

ARQUITECTURA E TURISMO

EVOLUÇÃO DO MODELO HOTELEIRO MODERNO PORTUGUÊS



ARQUITECTURA E TURISMO

EVOLUÇÃO DO MODELO HOTELEIRO MODERNO PORTUGUÊS

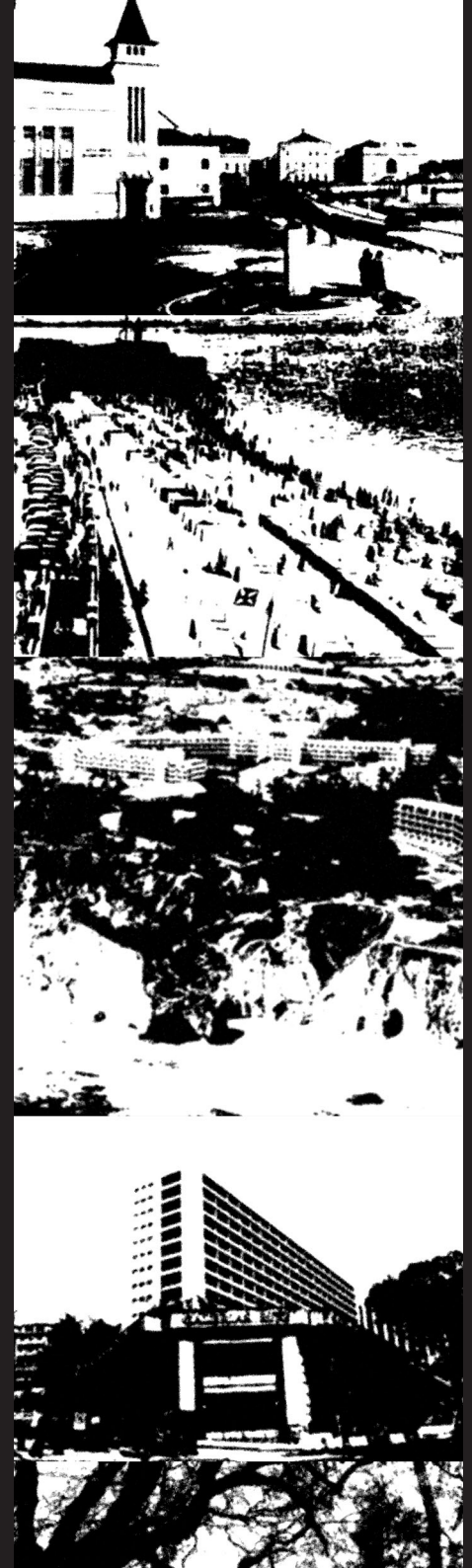
Prova Final de Licenciatura em Arquitectura orientada pelo Prof. Doutor José Fernando Gonçalves
Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Miguel Maria Sampaio de Abreu de Serpa Oliva
Coimbra, Outubro de 2008

ÍNDICE

PONTO DE PARTIDA	
Introdução ao trabalho	7
MAPAS E ITINERÁRIOS	
Movimento Moderno	13
Tempos Livres e Turismo	21
Turismo em Portugal	29
A VIAGEM	
Grande Hotel da Figueira da Foz	39
Hotel Ritz	53
Hotel do Mar	71
O Caso Particular do Algarve	83
Hotel Algarve	87
Hotel da Balaia	99
DESTINO FINAL	
Considerações Finais	115
NOTAS	125
CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS	130
BIBLIOGRAFIA	132
AGRADECIMENTOS	139

PONTO DE PARTIDA



No âmbito da Prova Final surgiu a oportunidade de uma primeira abordagem a um trabalho de investigação com um cunho pessoal crítico, apoiado em 5 anos de formação académica. Por interesse pessoal, ganhou corpo uma reflexão mais demorada sobre um capítulo da história da arquitectura portuguesa heterogéneo e fervilhante, o **movimento moderno**.

Época em que se verifica alternância entre fases de desenvolvimento e estagnação, quer a nível cultural, económico ou social, é fortemente condicionada por factores externos como a Guerra Civil de Espanha (1936-39) e a II Guerra Mundial (1939-45), e factores internos como a ditadura do Estado Novo e a Guerra Colonial (1961-1974). Contudo, o intervalo de tempo que medeia a década de 1920 e o fim da década de 1960 é fértil em criações arquitectónicas que marcam o séc. XX em Portugal.

A história das instalações hoteleiras associadas à fruição dos espaços costeiros nasce no país no início do séc. XX, depois de um período áureo da actividade ligada às virtudes dos tratamentos termais que motivavam grande volume de migrações. À medida que esta rotina foi cedendo o seu lugar às novas vontades da sociedade que preferia as práticas balneares, foram introduzidas alterações de monta no alojamento. O aparecimento e desenvolvimento de novas tipologias no período moderno, entre as quais se destaca a ligada à hotelaria, consequência de uma internacionalização do país e da preferência pelo **turismo** nas áreas litorais, é o motivo

maior para esta reflexão.

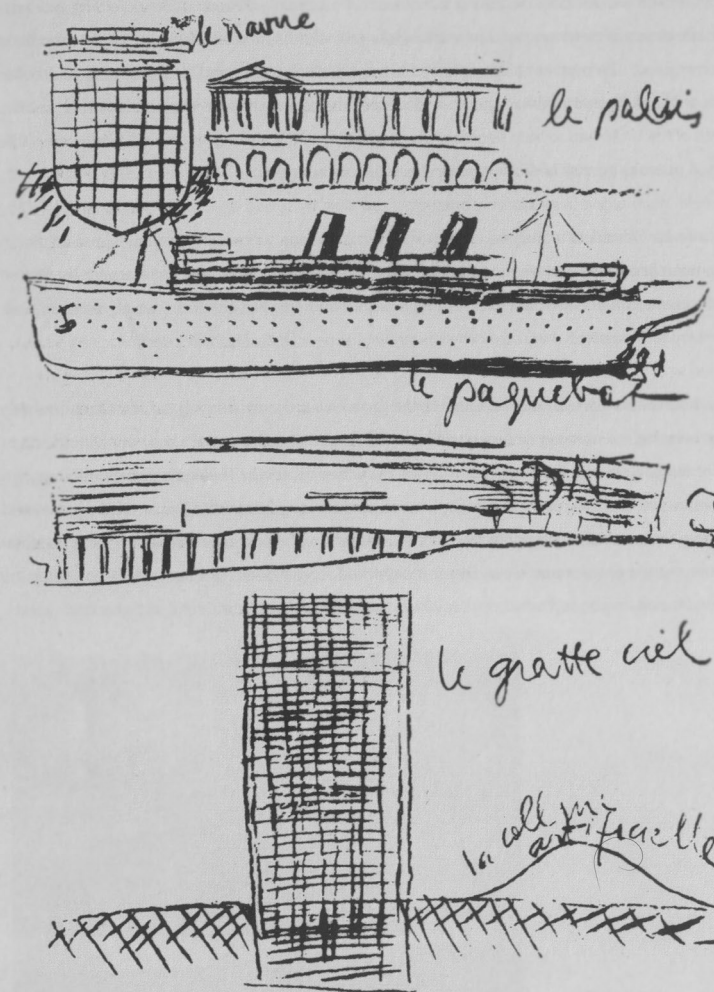
Os *palace* que pontuavam um pouco por toda a capital e que haviam sido adaptados para uma função hoteleira que não possuíam ou sequer ambicionavam – porque confiavam no meio urbano para a satisfação dos desejos dos hóspedes –, são aos poucos substituídos por edifícios construídos de raiz, com áreas e programas mais adequados. No fim da primeira metade do séc. XX, o Hotel Ritz é a primeira experiência de um equipamento de grande dimensão na cidade de Lisboa e assume um carácter autónomo, em contraponto com os primeiros que no cenário urbano desempenhavam um papel complementar. A obra de Pardal Monteiro resulta da cooperação de uma equipa de especialistas de áreas diferenciadas e procura resolver um programa abrangente e complexo, que pela primeira vez se abre à cidade e proporciona aos utentes uma série de serviços concentrados numa “ilha urbana”.

A assunção do hotel enquanto microcosmos, isolado da envolvente mas com uma polivalência que permite uma estadia com todas as comodidades, tem o seu expoente máximo nas obras realizadas na costa algarvia durante a década de 1960, durante a qual o turismo em Portugal conhece a sua maior expansão. A implantação longe dos aglomerados urbanos, obrigando a avultados investimentos para a dotação de infraestruturas indispensáveis, e a extensão das intervenções que propiciam o desenho paisagista, criam um universo controlado que procura sanar os malefícios

da vivência nas cidades, oferecendo novo fôlego aos turistas que procuram descanso e distração, potenciando os seus **tempos livres**.

A ideia de um organismo auto-suficiente não era nova: no mar, os transatlânticos cruzavam os oceanos desde o início do séc. XX com equipamentos a que alguns passageiros não tinham acesso sequer em terra; restaurantes, bibliotecas, ginásios ou piscinas eram espaços cuidadosamente estudados em função de uma organização que garantia o perfeito funcionamento do navio. Este aspecto tecnocrata e extremamente minucioso suscitou em Le Corbusier uma admiração fora do normal, fruto das viagens que efectuou em 1929 à America do Sul a bordo do *Giulio Cesare*. Fascinava-o a necessidade de cortar em todos os aspectos supérfluos para eliminar peso e espaço, a habilidade em conjugar zonas públicas e privadas mantendo as suas características essenciais, tão distintas mas ao mesmo tempo fisicamente tão próximas, e acima de tudo, deslumbrava-o a atmosfera saudável que se respirava no deck do navio: um ambiente limpo, cheio de luz e ar puro, um sentimento de comunidade e convivência que o arquitecto buscaria futuramente nas suas obras.

Dentro do leque de projectos do arquitecto suíço nascido em 1887, um dos mais emblemáticos e no qual se notam claramente as influências desta forma de pensar e combinar os espaços é a *Unité d'Habitation* de Marselha, concretizada em 1952. Produto de uma investigação demorada em torno da tipologia habitacional, este volume compacto ergue-se da envolvente e, fruto da sua implantação junto ao Mediterrâneo, goza de uma vista folgada sobre o horizonte. Da cobertura, semelhante a um deck de navio, com duas chaminés proeminentes e um ginásio que pode ser visto como um casco invertido, pode percorrer-se uma pista de 300m e usufruir de uma piscina e solários, conjugados para proporcionar a vida saudável que Corbusier tanto apregoava com um cenário de mar e montanha.



1. Analogia entre edifício e transatlântico, esquisso de Le Corbusier

O programa do edifício constitui-se maioritariamente por apartamentos que são servidos por ruas interiores através das quais é feita a distribuição, mas contempla também zonas públicas nos pisos centrais (restaurante, bar, lojas, lavandaria, padaria, cabeleireiro ou escritórios). O complexo pretende-se independente, capaz de se sustentar, contribuindo com um conjunto de serviços diversificado para uma vida mais completa e são dos seus habitantes – um antecedente da ideologia subjacente aos projectos hoteleiros da segunda metade do século.

Como se passa então da mera adaptação de edifícios já existentes no meio urbano, sem condições ou área condizentes com o estatuto de hotel, para os amplos *resorts* edificados no Algarve, com vários hectares de intervenção, programas públicos extensos e diversificados, isolados da envolvente e totalmente autónomos? Neste trabalho proponho-me analisar a evolução da tipologia hoteleira em Portugal, desde os seus primeiros exemplos até ao último “hotel de autor” no país, o Hotel da Balaia, fazendo a comparação e análise crítica às obras mais significativas do período moderno. Este trabalho de confrontação assenta no material gráfico e escrito disponível, composto essencialmente por plantas, artigos de jornais e revistas de época.

Por razões diversas mas revestindo-se de grande importância, os exemplos escolhidos justificam-se pela sua sequência cronológica, espelhando as transformações que ocorriam no país e no fenómeno do turismo em particular: o Hotel Ritz é a primeira experiência hoteleira de grande envergadura em Portugal segundo os moldes internacionais, de encomenda pública e resultado de um trabalho de cooperação entre as várias vertentes de projecto. Apesar de se distanciar dos restantes casos de estudo no que respeita à sua implantação e público-alvo (por se inserir em contexto urbano e ter uma vertente mais profissional), era impensável não incluir neste trabalho a obra que colocou o país a par das sociedades europeias mais desenvolvidas. Para além da

componente formal, trata-se de uma situação excepcional, uma vez que ocupa um quarteirão inteiro numa realidade urbana já consolidada mas consegue afirmar-se como uma ilha, com uma expressão volumétrica autoritária e marcante.

O Grande Hotel da Figueira assume-se como primeira unidade de luxo de carácter moderno implantada à beira-mar, num movimento de valorização das marginais que começara já na década de 1920 e que culminará nos anos 60 com os investimentos no litoral português.

O Hotel do Mar é pioneiro na abordagem ao programa hoteleiro para as massas, ainda numa fase embrionária, de pequena escala mas grande cuidado com a integração na envolvente. O seu carácter experimental – associado ao desconhecimento das verdadeiras necessidades inerentes ao turismo balnear – exigiu uma ampliação pouco tempo depois da sua abertura que a dotasse das valências necessárias à sua subsistência, alargando as áreas públicas comuns.

Com a deslocação da actividade turística e investimentos inerentes para os territórios meridionais, importa analisar as propostas para a região sul, a que registou um crescimento mais rápido e mais significativo. O Hotel Algarve, da autoria de Raul Tojal, é um exemplo da actividade praticada na costa algarvia durante a década de 1960, com áreas de intervenção cada vez maiores e equipamentos públicos em número crescente, verdadeiros microcosmos que permitiam aos hóspedes uma estadia prolongada com todos os confortos. A sua implantação em locais isolados, nas falésias junto às praias e longe do meio urbano, exigia grandes esforços financeiros e causava grandes desequilíbrios no campo ambiental e social. Neste conjunto também se incluem obras como o Hotel do Garbe, cuja escala de intervenção mais contida não personifica de forma tão clara as ambições dos investidores.

Por último, o Hotel da Balaia, projecto integral do Atelier Conceição Silva (à data da realização uma equipa extensa com

elementos das mais diversas especialidades) em muitos aspectos semelhante ao Hotel Alvor-Praia, de Alberto Cruz. Contudo, os moldes totalmente diferentes dos praticados até então no que respeita à comissão da obra, tornam o Hotel da Balaia a escolha mais interessante: a construção de um empreendimento “chave-na-mão” permitiu ao Atelier o desenho de todos os elementos necessários, desde o próprio edifício à iluminação, mobiliário ou grafismo.

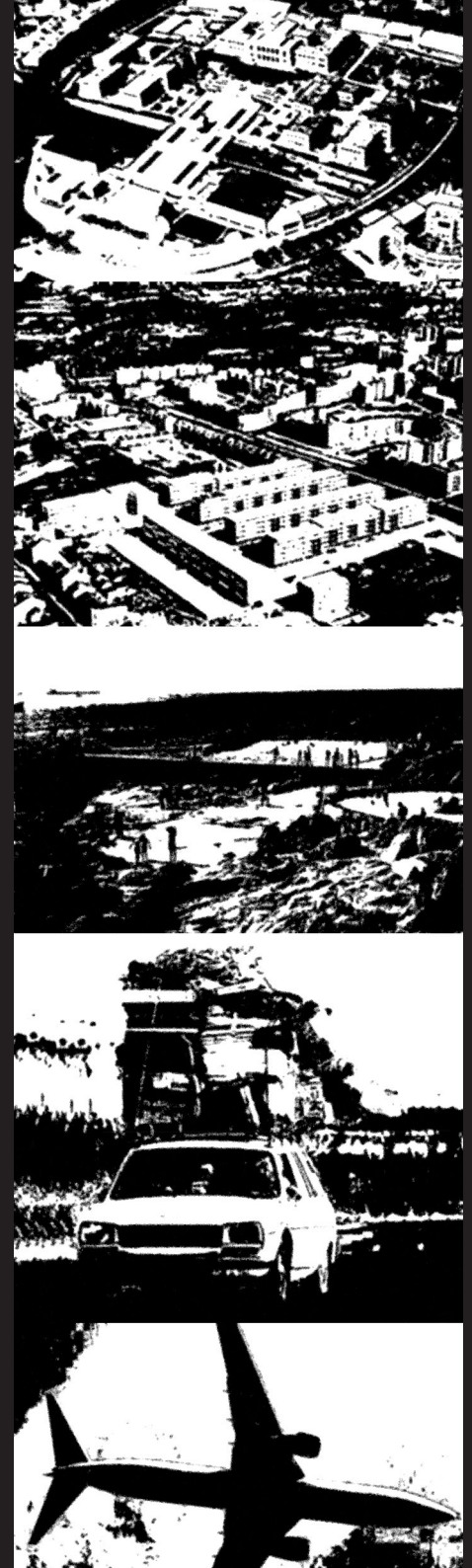
Não será objectivo desta prova uma descrição exaustiva das características formais dos edifícios em questão, centrando-se o estudo na organização dos espaços internos – para além da sua divisão, funções, hierarquia, relações –, imprescindível na compreensão do funcionamento de circuitos independentes que garantem a funcionalidade da proposta. A criação do hotel enquanto cápsula que permite um escape à realidade obedece a um planeamento rigoroso, tendo em vista a total rentabilidade dos tempos livres. Exigência de uma sociedade sobrecarregada de trabalho e com pouco tempo para o relaxamento, o cuidado imposto nos mais pequenos pormenores eleva as instalações hoteleiras à categoria de máquina, uma máquina de lazer. A implantação e as ligações à envolvente, as relações com o exterior, e o tratamento das áreas adjacentes à edificação, ganham relevo na formulação de um juízo crítico que se pretende ser uma constante no trabalho, apesar do pendor analítico e descritivo de determinadas fases.

A presente prova estrutura-se em 4 capítulos distintos: um primeiro, introdutório, lança as bases para a compreensão global do tema, motivações e ponto de vista. O segundo capítulo afigura-se como um conjunto de sub-capítulos, desenvolvimento de alguns conceitos que merecem uma abordagem mais profunda e que se encontram destacados neste texto introdutório. A terceira parte reúne a análise dos casos de estudo escolhidos e no quarto e último capítulo procuro sintetizar as conclusões decorrentes do trabalho comparativo, não só entre as diversas propostas, mas também entre a data de projecto (e inauguração) e a situação actual, avaliando o desempenho dos edifícios estudados e o papel da evolução da envolvente. Os espaços programados no projecto primordial cumprem ainda hoje a sua função satisfatoriamente ou os parâmetros da oferta turística implicaram ampliações ao edifício proposto? A implantação isolada de que alguns empreendimentos gozavam há 40 anos atrás ainda se mantém ou o desenvolvimento da construção mudou completamente o seu enquadramento? Esta evolução hipotecou as soluções iniciais ou a proximidade do meio urbano é uma mais-valia?

Espero com este trabalho proporcionar algumas respostas para as questões em aberto, deixar uma base para eventuais próximos estudos e suscitar o interesse na herança arquitectónica do país, tantas vezes desacreditada.



MAPAS E ITINERÁRIOS



1º Modernismo – um estilo

A arquitectura acusava o modo de construção utilizado
Pardal Monteiro^A

O primeiro ciclo moderno não pode ser desligado do facto de o betão armado marcar presença em cada vez maior número de edificações no país na década de 1920, facto consumado pela estabilização política do pós-I Guerra Mundial e consequente incentivo à construção. Este novo material trazia novas possibilidades estruturais e formais, mas as suas potencialidades não foram devidamente exploradas, “não foi um método de trabalho ou uma metodologia projectual. Foi, sim, mais um estilo”¹.

A própria atitude do Estado em relação ao Modernismo era de “indiferença, ou mesmo de tolerância (uma vez que) a ideia de modernidade, associada a progresso, poderia contribuir para o fortalecimento da imagem do novo poder instituído”². Apesar de tudo, o despontar de uma geração de arquitectos abertos “à invenção de novas sínteses formais”³, distribuída um pouco por toda a Europa⁴, propiciou a afirmação do betão armado enquanto um método construtivo, derrubando dogmas antigos: a arquitectura enquanto arte não podia agora ignorar uma vertente técnica.

Nesta época, a classe dos arquitectos beneficiou do grande investimento feito pelo Estado na promoção de obras públicas, das

quais se destacam o Instituto Superior Técnico, por Pardal Monteiro em 1927 (primeira obra pública verdadeiramente modernista), o Pavilhão do Rádio, por Carlos Ramos em 1927 e a Casa da Moeda, por Jorge Segurado em 1931.

Os concursos para vários liceus que se iam instalando de Norte a Sul mostram a vontade em afirmar a nova linguagem, que se estenderá ao resto do país pelas mãos de Duarte Pacheco (Ministro das Obras Públicas e Comunicações a partir de 1932), promovendo Planos de Urbanização no Porto, Coimbra, Évora, Beja, Faro, Vila Real e Guimarães.

Os anos 30 recebem o título de “Década de Ouro das Obras Públicas”⁵ devido à iniciativa de reorganização fomentada pelo MOPC (Ministério das Obras Públicas e Comunicações) pela mão de Salazar e Pacheco, dinamizando a construção de novas tipologias e a modernização das já instituídas.

As redes rodoviárias e de telecomunicações expandem-se a todo o território⁶, a ampliação da rede dos CTT consagra Adelino Nunes, a existência de uma hierarquia dentro dos estabelecimentos prisionais propicia a construção de novas instalações, Luís Cristino da Silva é responsável pela construção de uma rede de balcões para a Caixa Geral de Depósitos⁷, os concursos para escolas primárias e liceus uniformizam a linguagem destes equipamentos e Cassiano Branco colabora nos projectos de barragens para o Vale do Sado e Campina de Idanha.

Dentro da tipologia hoteleira, destaque para o Hotel Vitória (1934-36) de Cassiano Branco, obra marcante dos códigos modernistas “desenvolvido na assimetria da sua composição, com lâminas dinamicamente curvas cortadas vigorosamente por flechas verticais”⁸.

Apesar de tudo, neste primeiro ciclo, o Modernismo não se conseguiu impor em pleno no campo artístico e técnico, quedando-se por um apontamento do que poderia vir a ser o Movimento Moderno.



3. Instituto Superior Técnico de Lisboa, Pardal Monteiro, 1927-35

4. Pavilhão de Rádio, Carlos Ramos, 1927-33



Arquitectura do Estado Novo – Afirmção de poder

La arquitectura publica de la Alemania de Hitler, la de la Itália de Mussolini, la de la Rusia de Stalin (...), para todos ellos, el asunto era la expresión de poder, una arquitectura que proyectara orden, estabilidad, grandeza, permanencia. Fue la falta de comunicabilidad del Estilo Internacional a ese nivel lo que en último término lo descalificó a ojos del público
Spiro Kostof⁸

A Exposição do Mundo Português, em 1940 (comemora-se não só o oitavo centenário da independência mas também o terceiro da Restauração), marca o início dum segundo período da arquitectura portuguesa que se concretizaria pela mão da ditadura, caracterizado por um retorno aos valores acentuadamente nacionais de outrora. A arquitectura do Estado Novo pauta pela monumentalidade⁹, pela simbologia do poder ditatorial mas também por uma renúncia ao Modernismo, motivada pela posição extremista de Salazar, Duarte Pacheco e António Ferro e pela contestação da própria sociedade, que via nas obras da década anterior apenas os problemas técnicos que a aplicação de métodos construtivos ainda em fase embrionária suscitavam¹⁰. A entrada em Portugal de um estilo classicizante, de raízes tradicionais e intenções nacionalistas é contemporânea à sua afirmação um pouco por toda a Europa, uma vez que se manifestava não só em regimes autoritários, mas também em França, em Inglaterra ou nos Estados Unidos¹¹.

A referida Exposição tinha diversos pretextos, entre eles o consolidar do entusiasmo português, oferecendo uma montra de positivismo materializada em diversos pavilhões que percorriam os feitos históricos dos portugueses, com o Mosteiro dos Jerónimos como cenário e o Rio Tejo – estrada principal da “capital do império” – sempre omnipresente. Por outro lado, era

uma oportunidade soberana para projectar a imagem do país além-fronteiras, canalizando os dinheiros públicos para a construção de obras perenes, que perpetuassem a iniciativa do Ministério das Obras Públicas, "com o intuito de afirmar a capacidade realizadora de Portugal, os seus serviços à civilização, e o contraste entre os nossos recursos sempre diminutos e os resultados obtidos sempre admiráveis"¹².

Estas incluíam o melhoramento de vias de comunicação, a construção de estações ferroviárias e marítimas e a criação de mais e melhores estabelecimentos hoteleiros em Lisboa para albergar



5. Exposição do Mundo Português, 1940, Entrada

quem acesse à Exposição, que era do interesse geral que obtivesse "repercussão internacional"¹³.

A arquitectura assume nesta época, mais que nunca, uma faceta de "arte política porque cristaliza o domínio público, os valores sociais partilhados, e os objectivos culturais a longo prazo"¹⁴. Daí que os arquitectos que na década anterior tinham estado na vanguarda modernista, sintam agora o peso da herança histórica e ponham de parte os volumes puros, limpos e os grandes vãos rasgados; a simbologia historicista e a ornamentação carregada ocultavam o betão armado, imiscuído em edifícios que deviam

exaltar os valores da Nação¹⁵.

Curiosamente, enquanto no plano formal podemos dizer que houve um retrocesso em relação ao período anterior, no capítulo tectónico a situação inverteu-se: na década de 1930 o betão era utilizado maioritariamente em sistemas mistos, ocultados por uma "face" que se insurgia como vanguardista; já na década de 1940, o carregado semblante dos edifícios de carácter mais português escondia uma estrutura total de betão armado.

O ciclo modernista caía pela mão dos arquitectos, rendidos a um nacionalismo inconscientemente imposto, pela



6. Exposição do Mundo Português, 1940, Praça do Império

falta de bases teóricas mas também pelo Estado, que amordaçava tentativas furtivas de trazer de novo um estilo mais internacional, acabando com os concursos para obras públicas, instituindo modelos em "linguagem regional-monumental, fatalmente eclética e trapalhona"¹⁶ que, por condicionar a distribuição espacial interior a uma casca classicizante, lhe castrava todo o interesse. Em suma, "a geração moderna, que centrara as suas principais atenções na resolução de problemas funcionais (...), aponta agora as suas preocupações para o carácter comunicativo, simbólico, culturalmente alinhado da imagem exterior do edifício"¹⁷.

Pós-II Grande Guerra – resistência e reafirmação do moderno

*Projectar, planear, desenhar, não deverão traduzir-se
para o arquitecto na criação de formas vazias de sentido,
impostas por capricho da moda ou por capricho de
qualquer outra natureza.*

Fernando Távora^c

A governação instável durante a II Guerra Mundial, com períodos de grande exaltação social rapidamente abafados pela força da repressão e violência, somada à vitória dos regimes democráticos sobre os fascistas, obrigam Salazar a fazer algumas cedências, abrindo um pouco as malhas do apertado controlo que se tinha mantido nos anos anteriores. Assim, não é de estranhar o aparecimento de Exposições Gerais de Artes Plásticas, promovidas pelo MUD (Movimento de Unidade Democrática) a partir de 1946, a criação de organismos como o ICAT (Iniciativas Culturais Arte e Técnica) em 1946 - que pela mão de Keil do Amaral renovariam a revista *Arquitectura*, utilizando-a como veículo transmissor de ideias - e a ODAM (Organização dos Arquitectos Modernos) em 1947, que propagandeavam a arquitectura moderna. Estas duas últimas congregações vão ter um papel determinante na concretização do I Congresso Nacional de Arquitectura, realizado em 1948.

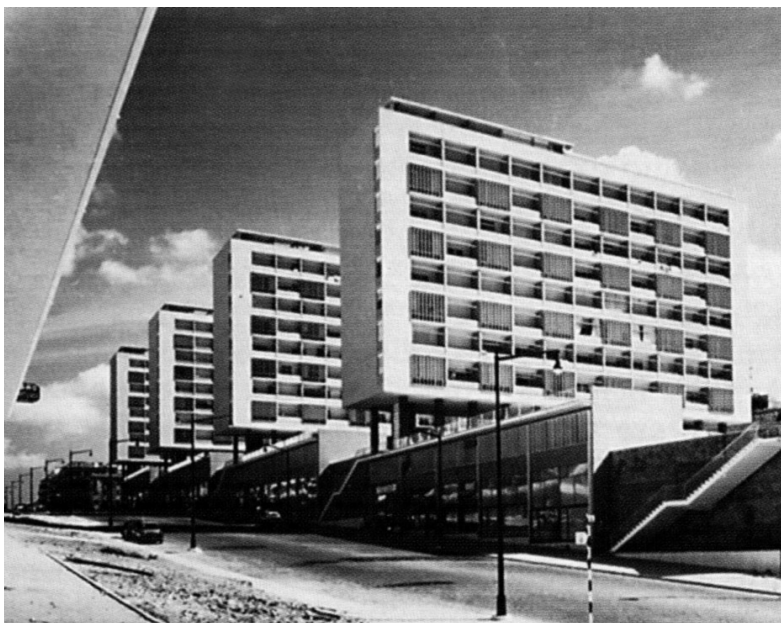
A vontade do Estado em se demarcar da postura conservadora que tinha mantido, ao mesmo tempo que buscava a estabilidade necessária ao progresso depois de uma guerra que obrigou a demasiados sacrifícios, levou a um investimento nas grandes infra-estruturas e indústrias, procurando transmitir a imagem de um país moderno, seguro na sua reconstrução, industrializado e com uma consciência de futuro. A indústria da electrificação conta com Keil do Amaral e permite a Januário Godinho notabilizar-se pelas diversas pousadas que projecta, já num estilo que pouco se assemelhava aos paradigmas ditatoriais e

mais próximo dum modernismo mais “maduro”, enquanto Teotónio Pereira colabora no desenho de estações elevatórias de água em Lisboa.

Porém, nas encomendas oficiais mantém-se o mesmo esquema monótono, baseado em projectos-tipo anónimos para escolas, liceus, tribunais ou quartéis, reflexo do punho firme de Salazar mas também da contenção exigida pelas contingências da Guerra Fria (teve o seu início no pós-II Guerra e estendeu-se até 1991). No que concerne à habitação o cenário é diferente, por via dos investimentos das Caixas de Previdência (aplicando os capitais dos trabalhadores que não são gastos em saúde ou previdência) que se tornará, “por mais de vinte anos, a maior promotora de habitação não-lucrativa”¹⁸, porventura antecipando as preocupações dos arquitectos que participariam no Congresso.

A publicação do ensaio de Fernando Távora “O problema da Casa Portuguesa”, em 1947, vem cimentar as bases de um descontentamento que reinava já no seio da comunidade dos arquitectos e que culminaria no I Congresso Nacional de Arquitectura. Neste debatem-se os problemas graves de habitação do país, reitera-se a renúncia dos modelos do Estado Novo, exige-se o alargamento da área de intervenção do arquitecto até à escala da cidade e perspectiva-se a arquitectura como salvação de uma sociedade que se encontrava fragmentada e em condições de habitabilidade precárias.

É uma vitória do modernismo, dos princípios funcionalistas de Le Corbusier e dos CIAM¹⁹, da reconquista da liberdade de expressão dos arquitectos mas também do próprio Governo, que aproveita a onda de entusiasmo em torno dos novos paradigmas para apoiar as primeiras obras de índole moderna: o Bairro das Estacas (1949-1955), o Conjunto Habitacional da Avenida dos Estados Unidos da América (1955) e da Avenida Infante Santo(1956), e os planos de Olivais Norte e Sul (1955 e 1959, respectivamente). Fruto da admiração dos modelos



7. Blocos na Avenida Infante Santo, A.Pessoa, Hernâni Gandra, João Manta, 1956

brasileiros, possíveis pela banalização do betão armado e maior domínio das técnicas construtivas a ele associadas e pela procura dos ideais higienistas de salubridade, impõem-se os grandes blocos habitacionais standardizados, baseados em estruturas modulares e que se aproximam da casa como “máquina de habitar” (Le Corbusier).

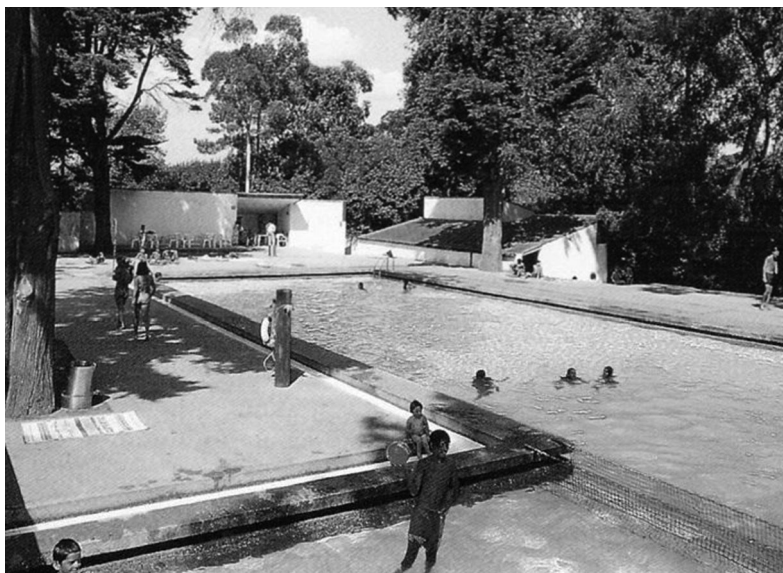
A eleição de um grupo de arquitectos modernos para os corpos directivos do SNA (Sindicato Nacional dos Arquitectos, criado em 1933), entre os quais Keil do Amaral, vem propocionar o apoio necessário aos ideais modernos para se instalarem definitivamente nos mais variados programas: cinemas²⁰, mercados²¹, escolas²², cafés, restaurantes e lojas²³, pavilhões de exposições e desportos²⁴, hotéis²⁵, tudo serviu para a projecção de um regime com maior abertura política, racionalidade, desenvolvimento, eficácia e cuidado com o bem-estar social, uma nova imagem transmitida a uma Europa cada vez mais livre e democrática.

A maturação do moderno – questionamento

*Tem-se admitido também que para projectar um edifício destinado a determinada região do país, se devem copiar ou estilizar os elementos arquitectónicos mais interessantes da região, para que o edifício se integre no ambiente regional. Maneira primária de conceber o problema da integração em ambientes pré-existentes, e por consequência a própria Arquitectura
Arquitectura Popular em Portugal^P*

A produção arquitectónica do início da década de 1950 caracteriza-se pela adopção dos códigos modernistas propagandeados nos CIAM, essencialmente no que respeita aos programas de habitação colectiva, reflexo do deslumbramento pela máquina e pelo progresso, um conjunto de casas-tipo, concebidas para as necessidades-tipo de um utente-tipo, concebido ele próprio como uma máquina²⁶. No entanto, o Bloco das Águas Livres (1953-1959) em Lisboa, da autoria de Teotónio Pereira e Bartolomeu Costa Cabral, vai marcar uma mudança na abordagem ao moderno: em vez de uma solução tipificada, marcada pela pré-fabricação e formalmente regida pelo Estilo Internacional, anuncia já uma preocupação com o contexto em que se insere, rejeitando uma implantação monumental e desligada da envolvente. Inaugura-se assim um período de descrença em relação às intervenções simplistas massificadas da reconstrução do pós-guerra e de resistência aos resquícios de esquematismo vernacular do Estado Novo - que seria completamente erradicado apenas no final da década -, abrindo caminho aos postulados teóricos de Keil do Amaral, Teotónio Pereira ou Fernando Távora que procuravam conciliar o modernismo com a arquitectura portuguesa tradicional.

Estavam lançadas as bases para a realização do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, que se inicia em 1955 e foi



8. Piscinas da Quinta da Conceição, Álvaro Siza, 1958

9. Pousada de Santa Bárbara, Manuel Tainha, 1955



publicado em 1961. Não se pretendia um inventário de formas e técnicas construtivas, antes uma compreensão dos mecanismos de apropriação e vivência dos espaços pelos portugueses. Este trabalho veio mostrar que não há um material característico de um determinado movimento, mas que se devem encontrar as melhores estratégias para uma resposta adequada aos programas solicitados. Colocou em cheque a ideia de Raul Lino, que defendia que a arquitectura regional do país teria um modelo único, ao mesmo tempo que passava uma rasteira ao Governo que tinha visto no Inquérito a possibilidade de reafirmar um jogo formal nacionalista. As conclusões demonstraram que as soluções são tão variadas como as regiões e que mesmo a arquitectura tradicional portuguesa era moderna, já que sempre se adaptou de forma racionalista aos condicionamentos, clima, economia, materiais e técnicas disponíveis. Conduziu a uma reflexão da linguagem, “repensada entre a fidelidade ao Movimento Moderno e o compromisso da realidade e da acção do tempo histórico”²⁷, difundida a partir de 1956 pela revista *Arquitectura*, através da acção de Nuno Portas.

Neste mesmo ano confirma-se a degradação dos pontos defendidos na Carta de Atenas durante a realização do CIAM X²⁸, onde ganham evidência as propostas do Team X, defendendo a aproximação a uma arquitectura mais humana, menos segregacional e mais consciente do seu papel social. Em Portugal a 1ª Reunião dos Arquitectos realiza-se em Lisboa em 1957 (cerca de 10 anos depois do I Congresso) e vem confirmar uma posição anti-racionalista. Em jeito de balanço, constata-se que as reivindicações de 1948 se mantinham, uma vez que a acção dos arquitectos continua “limitada à encomenda isolada, desintegrada ou mal programada”²⁹.

O final do decénio materializa a vontade de atribuir à arquitectura um maior papel social, manifestando um cuidado na abordagem não só ao sítio (com as suas componentes históricas, topográficas e materiais) como também à própria comunidade: não devia ser a arquitectura a moldar os comportamentos dos

habitantes, mas o contrário; a crítica ao funcionalismo, a criação de espaços de qualidade e o abandono de regras modulares proporcionariam uma simbiose mais próxima entre o utilizador e o espaço de que disfruta. Fernando Távora dá o mote com a Casa de Ofir (1956), Januário Godinho confirma as suas preocupações na adaptação ao terreno com as pousadas de Venda Nova (1950), Salamonde (1954) e Pisões (1959), Manuel Tainha revela o projecto da Pousada de Santa Bárbara (1955), Conceição Silva resolve de forma exemplar o Hotel do Mar (1956-63), inicia-se o trabalho brilhante de Álvaro Siza Vieira na piscina da Quinta da Conceição (1958) e, porventura os dois trabalhos mais importantes e que marcam a fronteira para o período seguinte, a Igreja do Sagrado Coração de Jesus (1961) de Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas, e a Sede Museu da Fundação Calouste Gulbenkian (1959) de Alberto Pessoa, Pedro Cid e Ruy d’Athouguia.

10. Igreja do Sagrado Coração de Jesus, Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas, 1961



Abertura à Europa – o turismo e o moderno em pleno

Se o arquitecto se fica na aceitação passiva do contexto que lhe for dado para o seu problema de desenho, dá agora prova de miopia, oportunismo ou conformismo, serve-se talvez, mas não serve a sua comunidade, negando irremediavelmente os princípios éticos e a metodologia mais genuína da «revolução» da arquitectura moderna

Nuno Portas^E

A Igreja do Sagrado Coração de Jesus e a Sede Museu da Fundação Calouste Gulbenkian marcam uma nova abordagem ao moderno: em vez das formalizações “de catálogo” propostas por um Estilo Internacional resultante da massificação de elementos pré-fabricados, faz antes valer a integração e interpretação de soluções arquitectónicas, materiais de construção ou técnicas regionais, denunciando também uma vontade de participar e se aproximar do espaço público. A Igreja, pela sua pioneira apropriação do espaço urbano dentro desta tipologia, e a Fundação, pelo cuidado na implantação e tratamento dos volumes assumidamente horizontais que se organizam de forma regrada na Natureza, simbolizam uma nova etapa na arquitectura portuguesa.

A década de 60 vai ser marcada pelo estalar do conflito nos territórios coloniais (1961-1974), mais uma acha para a fogueira que consumia o regime ditatorial e que vem pôr um ponto final nas já tímidas expressões da arquitectura do Estado Novo, um modelo enfraquecido e que dá lugar a um moderno mais sensível às questões do lugar. A obra escrita de Norberg-Schulz, *Intentions in Architecture* (1964), vem reforçar esta posição: apesar de não defender explicitamente um regionalismo, defende que a forma urbana, como todas as formas, é apreendida através de esquemas culturais intrínsecos, ou seja, o arquitecto deve inserir a sua criação

num tempo e num lugar particulares. Álvaro Siza Vieira terá um papel significativo nesta época, afirmando a sua mentalidade inovadora através da Casa de Chá da Boa Nova (1958-1965) e das Piscinas de Leça da Palmeira (1961-1966), demonstrando uma habilidade em fazer dos condicionalismos e limitações de determinado lugar o ponto central do projecto, conciliando tradição e renovação: a adaptação aos meios disponíveis, além de constituir um afastamento em relação à tecnocracia, atribui às edificações um espírito e identidade regionais.

A par das pequenas criações de autor, constituíram-se grandes grupos de projecto e gestão de obras, fruto das exigências imobiliárias motivadas pela procura turística de destinos portugueses, essencialmente no sul do país, de uma sociedade cada vez mais exigente de tempos livres. A abertura aos mercados internacionais e a entrada nos circuitos de férias, a democratização das viagens, a expansão das vias e meios de comunicação³⁰ e a preferência por destinos balneares vão precipitar o desenvolvimento e a construção no Algarve. O facto de o Governo ver no turismo uma fonte de rendimentos para equilíbrio das contas concedeu permissividade aos investidores e abriu o caminho à especulação imobiliária. Os sucessivos planos de ordenamento e tentativas de protecção da orla costeira não eram cumpridos, e os complexos hoteleiros sucediam-se nas arribas algarvias: Hotel do Garbe (1959) de Frederico Santana e Jorge Chaves, Hotel da Balaia (1965) do Atelier Conceição Silva, Hotel Algarve (1967) de Raul Tojal, Hotel Alvor-Praia (1967) de Alberto Cruz.

Como em épocas anteriores, as novas ideias projectuais encontram aplicação preferencialmente nas pequenas obras – encomenda privada e programas pouco extensos, maioritariamente habitações unifamiliares -, onde se exprimem as tendências de forma inovadora, mas o edifício “Franjinhas” em Lisboa (1965-1967), de Nuno Teotónio Pereira, denuncia a abertura a programas mais complexos e de maior dimensão. A componente social cada vez mais

presente na actividade dos arquitectos e a vontade em actuar a um nível mais abrangente, abrindo caminho ao esquecido urbanismo, vai alargar a intervenção arquitectónica à escala da cidade e ampliar o protagonismo do espaço público. A crítica e produção teórica de autores nacionais (Nuno Portas, Keil do Amaral) e internacionais (Robert Venturi, Aldo Rossi, Jane Jacobs, Christopher Alexander) que coloca Portugal a par da Europa na vanguarda, defende o retorno aos valores da cidade tradicional, pontuada pela sua complexidade e miscelânea de funções, em oposição ao zonamento rígido dos aglomerados urbanos modernistas de Le Corbusier. A rua, a praça, o quarteirão, a malha ortogonal insurgem-se de novo e ganham terreno às “Unités de Marselha” perdidas nos vastos espaços relvados reservados a peões. O esquematismo de tábua-rasa da Carta de Atenas é definitivamente posto de parte pela necessidade de se preservar o património histórico, a memória do lugar que não podia ser apagada.

A afeição e respeito pelo local, a necessidade da arquitectura se adaptar à sociedade estilhaçada por teorias idealistas desligadas da realidade, a valorização de uma estética regional e o cansaço dos modelos anónimos e elitistas acabaram com o sonho moderno de uma arquitectura de valores absolutos. Com o fim da década de 1960 chega também ao fim o período moderno, derrubado por uma vontade de “uma pausa para solidificação da cidade e da identidade”³¹.

2.2 TEMPOS LIVRES E TURISMO

A noção de tempo livre, tida pelo senso comum como um conceito simples por mera oposição ao tempo ocupado pelo trabalho, tem tido ao longo dos tempos significados diversos com diferentes reflexos sociais. Da mesma forma, o turismo nas suas diversas valências não teve desde sempre uma definição estanque. Contudo, e porque é ponto assente que o turismo é parte integrante do universo maior que são os tempos livres, exige-se clarificar o percurso de dois conceitos que são inseparáveis.

A definição de tempo livre remete-nos inevitavelmente para a parcela de tempo que se opõe a um período constrangido pelo horário de trabalho, que ganha corpo nas sociedades industriais de meados do séc. XIX em que, fruto dos métodos de produção sistemáticos e rotineiros, é possível discernir uma jornada de trabalho diária. Os primeiros escritos acerca desta problemática surgem no início do séc. XX, pela mão de H.Fairchild³² que separa as 24 horas do dia em intervalos simples: trabalho, necessidades básicas e tempo livre, este último um tempo residual, algo sobranete. Contudo, esta visão redutora mereceu críticas diversas, uma vez que algumas actividades, como obrigações familiares, domésticas ou sociais não poderiam incluir-se na esfera do tempo livre, vista como um período de total liberdade.

Actualmente, praticamente todas as teorias existentes assentam numa mesma base, lançada pela investigação de Joffre

Dumazedier na década de 1960³³. Este autor defende que o tempo livre ou lazer é essencial para a realização do sujeito, uma vez que só nestas alturas tem à disposição total liberdade para desenvolver as actividades essenciais para o seu desenvolvimento psicológico e descanso físico. Há 4 características do tempo livre inerentes a esta definição: possui um carácter discricionário (é fruto de livre escolha), desinteressado (não tem qualquer fim lucrativo), hedónico (pela procura de um estado de satisfação) e pessoal (corresponde a necessidades individuais). Porque é condicionado pelos hábitos profissionais das sociedades modernas e se relaciona directamente com estes, é também divisível em 4 períodos diferentes de tempo de lazer, diferenciáveis pela sua periodicidade e volume: o lazer do fim do dia, o lazer do fim-de-semana, o lazer anual (as férias) e o lazer do fim da vida activa (a reforma). Ou seja, a fruição destes tempos discricionários é fortemente influenciada pela posição social do indivíduo, uma vez que as suas escolhas são decorrentes da sua profissão e do grupo social com o qual se identifica, impelindo-o para determinadas actividades em detrimento de outras.

A definição avançada por Dumazedier é completada por J.Patmore³⁴, que lhe acrescenta uma dimensão pessoal baseada nos pré-conceitos de cada indivíduo; na prática isto significa que uma mesma acção (até mesmo as acções fisiológicas mais básicas) pode ser catalogada de trabalho ou lazer, consoante a mentalidade do indivíduo. Esta vertente subjectiva torna extremamente difícil

uma sectorização dos tempos livres, a que se acrescenta o facto da inexistência de conceitos absolutos; no fundo, trabalho e tempos livres são “tempos limites de um tempo social total entre os quais se posiciona um complexo heterogéneo e denso de situações intermédias relacionadas com obrigações familiares e sociais que correspondem a um leque gradativo de possíveis práticas e usos desse tempo social balizado por aqueles dois tempos de vocações e formas de uso distintos”³⁵.

Pode assim afirmar-se que o tempo livre não é um intervalo perfeitamente definido com fronteiras claras, mas um período de actividade maioritariamente discricionário pontuado por imposições sociais (sejam obrigações familiares e religiosas ou as próprias regras de vivência em sociedade); o próprio tempo de trabalho pode ser sobreponível ou confundível com estados ou práticas de lazer.

Da impossibilidade de definir uma linha divisória entre tempos verdadeiramente discricionários e tempos de vinculação, sobra apenas a certeza que a evolução das relações de produção tem condicionado a vida social, essencialmente ao nível dos tempos livres, uma vez que trabalho e lazer são pólos opostos e não existem um sem o outro.

O turismo é também um produto das sociedades industriais modernas, resultado da redução dos horários de trabalho, da democratização dos transportes e das instalações hoteleiras e do aumento dos direitos dos trabalhadores. Como ficou demonstrado na crise financeira à escala mundial de 1929, que deixou milhões de famílias à beira da ruína, não bastava apenas produzir, era necessário dar aos trabalhadores ocasiões para poderem consumir os bens fabricados, o que levou à criação de um período de férias, garantindo um rendimento mínimo de modo a manter e a reanimar o sistema produtivo. Efectivamente, os tempos livres são o contraponto às actividades quotidianas e, tendo por objectivo o



11. Cenário vivido durante a Grande Depressão de 1929

12. Viagem por motivos religiosos - peregrinação a Fátima



repouso físico e mental, o desejo de evasão surge como consequência natural dos habitantes das cidades cada vez mais frenéticas e desgastantes.

É aqui que se situa a diferença entre lazer e turismo, uma vez que este último envolve uma deslocação espacial, ou seja, nem todas as actividades de lazer podem ser consideradas turismo. Paralelamente, não se pode considerar que toda e qualquer viagem seja de lazer, uma vez que são inúmeras as motivações, no campo profissional (hoje em dia com o fenómeno da globalização este caso é evidente), religioso ou familiar, que podem levar à necessidade de abandonar o local habitual de residência. Também ao nível das motivações podemos encontrar diferenças entre estes dois conceitos, uma vez que o turista materializa a sua vontade num acto turístico – as férias –, que engloba viagem e alojamento; por sua vez, as motivações ligadas ao lazer prendem-se acima de tudo com “práticas recreativas, podendo ou não integrar a actividade e consumo turísticos”³⁶.

O fenómeno do turismo é directamente proporcional à necessidade de repouso, divertimento e cultura, expandindo-se progressivamente, tanto qualitativa como espacialmente. De facto, o turismo é uma das actividades que mais dependência apresenta do território, já que a sua matéria-prima básica é o espaço físico, uma área qualificada que possui determinadas características que a tornam atractiva à luz das preferências de uma sociedade de modas, levando à rotatividade dos destinos turísticos mais requisitados, por influência directa da propaganda junto das massas.

O turismo apropria-se do solo impondo-lhe mutações em termos do seu valor comercial, da compatibilidade com outras actividades económicas e principalmente em termos formais, uma vez que se assume como pólo transformador e dinamizador da região. Cria na sua envolvente novas formas urbanas num processo semelhante ao de desenvolvimento das cidades, do qual a arquitectura – desde sempre ligada à materialização dos espaços de

tempo livre, seja da sociedade romana até aos centros comerciais – não se pode desligar.

O impacto do usufruto de determinado local por uma comunidade turística que provém essencialmente de meios urbanos mais desenvolvidos, origina um ciclo vicioso que o aproxima do local de proveniência: a exigência de padrões de conforto e valências similares produz um mundo à parte que se afasta do regionalismo local. “Aventando partir e trocar a cidade pelo campo, o actual pelo antigo, o igual pelo diferente ou o centro pela periferia, o turista acabaria afinal por reproduzir e divulgar o urbano no rural, o actual no antigo, o igual no diferente e o centro na periferia, atirando sempre para mais longe aquilo que pretende perseguir”³⁷.

A necessidade imperiosa de quebrar rotinas, de fugir da vida profissional, de retemperar forças e satisfazer um crescimento cultural, atribuiu ao turismo uma posição destacada e uma grande mais-valia económica dentro das actividades de lazer, que se afirmam como essenciais para repouso físico e mental e para a posterior rentabilização dos períodos de trabalho. Se hoje em dia os tempos livres assentam em bases firmes e estão perfeitamente justificados, tempos houve em que o trabalho era proclamado como a verdadeira essência do Homem e tudo o mais eram actividades inúteis e nocivas para a sociedade. Vêm das civilizações egípcias, gregas e romanas as primeiras referências a acções que se assemelham ao turismo moderno. Os seus modos de produção baseados na exploração de mão-de-obra escrava, permitiam a ascensão de uma classe privilegiada rica, liberta de obrigações e que usufruía dos tempos livres a seu bel-prazer.

Durante o período áureo da civilização grega, a dicotomia entre trabalho e lazer não se reportava à actividade diária de um indivíduo, era sim sinónimo de uma diferenciação de classes que permitia aos escalões mais elevados da sociedade uma vivência ociosa, em contraste com as práticas de escravos e artesãos que, pela sua dedicação total ao trabalho – com um ciclo determinado

pela luz do dia, do nascer ao pôr do sol - não eram sequer considerados cidadãos. Os tempos folgados de que gozavam os homens livres permitiam-lhes deslocações do foro religioso, recreativo e desportivo (os Jogos Olímpicos eram o mais importante acontecimento do mundo grego), porventura as primeiras formas de turismo.

No Império Romano, o trabalho perdeu alguma da sua carga negativa mas continuava a ser apenas uma elite que gozava o *otium* (ócio, lazer). A riqueza dos cidadãos mais abastados permitia-lhes edificar residências secundárias, traduzindo-se na fundação de *villae* fora dos aglomerados urbanos em grandes propriedades agrícolas, para onde os seus proprietários se deslocavam procurando repouso e distração. A frequência de banhos com fins terapêuticos longe das cidades também se limitava aos mais privilegiados, enquanto a maioria do povo se entretinha com o circo e o teatro (os primeiros equipamentos recreativos públicos): o lazer passa a ser uma actividade mais democrática, aberta a escravos ou homens livres.

As viagens por motivos culturais, comerciais, familiares ou de saúde, integram-se conceptualmente naquilo a que se pode chamar "turismo antigo" e que tiveram as suas consequências: "estalagens e outros equipamentos de apoio logístico, como os inerentes à resposta às necessidades de alimentação, era recomendado que se fizessem, ao mesmo tempo que se reconhecia a importância destes movimentos para o engrandecimento das cidades"³⁸. Contudo, estes movimentos viriam a cessar com o fim das sociedades escravagistas e declínio dos impérios - fruto das invasões bárbaras -, mantendo-se irrisórios e reservados apenas a uma minoria da população até ao Renascimento.

A redescoberta do espírito clássico e o idealismo humanístico corporizam-se num fenómeno originário de Inglaterra, denominado *Grand Tour*: um circuito pela Europa Ocidental que permitiria aos jovens aristocratas ingleses, sobretudo de Oxford ou

Cambridge, uma preparação intelectual que os estudos somente através dos livros não ofereciam. Esta viagem, inicialmente com propósitos estritamente educacionais e culturais, ganhou o estatuto de símbolo de pertença a uma elite, pelo que rapidamente se alastrou à maior parte das famílias mais abastadas norte-europeias, ao mesmo tempo que adquiria uma vertente de prazer e distração, motivada pela curiosidade e espírito de exploração. A viagem passou a ser uma obrigação para aqueles que aspiravam a uma condição intelectual mais elevada, a aprendizagem devia ser feita *in loco*, vivenciando lugares diferentes.

Pela condição económica desafogada da minoria que se deliciava com tais périplos, ganham forma as deslocações não apenas do foro educacional, mas "relacionadas com modalidades de termalismo e de veraneio balnear e, numa fase ulterior, com modalidades de climatismo de inverno e montanhismo"³⁹, nas quais encontramos já algumas similitudes com o actual fenómeno do turismo. Estas deambulações pelo território europeu mantiveram-se reservadas a um modo de vida aristocrático, tendo terminado abruptamente por ocasião da Revolução Francesa e das Guerras Napoleónicas, no final do séc. XVIII.

A aproximação de práticas de lazer a estratos mais alargados da população está intimamente ligada a transformações nos modos de produção, e a Revolução Industrial não foge à regra. A sua génese em Inglaterra, impulsionada por uma Revolução Agrícola que proporcionava grandes dividendos, por iniciativas políticas favoráveis, por avanços tecnológicos⁴⁰ e por uma dinâmica comercial sustentada numa vasta rede de vias de comunicação, desencadeou processos de alteração e recomposição das forças sociais. Esta evolução permitiu a transição do *Grand Tour* e de outras práticas assumidamente elitistas para versões mais abrangentes e económicas, abrindo o capítulo do turismo moderno. A industrialização não se processou simultaneamente em todos os continentes - abarca todo o séc. XIX - , mas acabou por se tornar

um fenómeno à escala global que modificou por completo e de forma irreversível as regras de mercado, as tecnologias e a atitude do Homem perante o trabalho, a economia e os tempos livres.

As novas estratégias industriais trouxeram consigo um novo conceito de tempo e espaço: o tempo deixa de ser contabilizado apenas pelas estações do ano ou ciclos solares e passa a ser organizado em função do calendário laboral; as antigas oficinas de manufactura, que funcionavam nas sociedades pré-industriais paredes-meias com a habitação do artesão, são substituídas pelas fábricas às quais os trabalhadores acorrem diariamente, separando e clarificando cada vez mais os espaços físicos de trabalho e residência. Paradoxalmente, a introdução da maquinofactura não reduziu as horas de trabalho, antes conduzindo ao seu aumento pela ânsia de amortização do capital investido; nestas condições, o tempo livre dos trabalhadores era consumido pela função de descanso e restabelecimento e apenas as excursões de um só dia se assemelhavam a práticas turísticas.

Mantém-se o turismo enquanto símbolo de prestígio social e diferenciação classista, reservado que estava a uma burguesia endinheirada em ascensão, com recursos e tempo disponível para viagens retemperadoras e recreativas. Estas apoiavam-se no desenvolvimento dos meios de transporte, concretamente o comboio e o barco a vapor (impulsionador das grandes viagens intercontinentais), na emergência de cadeias hoteleiras nos principais itinerários e destinos⁴¹, e na visão vanguardista de Thomas Cook (1808-1892) que introduziu o conceito de viagem como uma qualquer outra transacção comercial, impulsionando definitivamente o turismo. Cook tornou-se o primeiro agente de viagens ao introduzir a noção de serviço a preço fixo: a população agastada pelo trabalho árduo, sem tempo nem condições para planear viagens (pela grande dificuldade nas reservas e precaridade dos meios de comunicação), optava assim por adquirir “pacotes” totalmente organizados, que incluíam o transporte, o alojamento



13. Termas do Gerês, Postal Ilustrado

14. Hotel Ritz em Paris, 1898, o primeiro da cadeia



e a alimentação. Este esquema retirava às deslocações o carácter aventureiro e imprevisível do *Grand Tour*, mas tornava-as acessíveis a uma maior percentagem da população, pelos preços mais baixos que as reservas para grupos permitiam.

Contudo, só no final do séc. XIX é que se verifica um decréscimo das jornadas de trabalho: à medida que eram introduzidos no processo produtivo os modelos de organização taylorista e fordista, e depois de décadas de reivindicações por parte dos trabalhadores, começa a haver consciência do patronato da relação directa entre a redução do horário de trabalho e o aumento da produtividade. A natureza das tarefas industriais opera também uma mudança na mentalidade em relação ao valor dos tempos livres, substituindo-se a crítica do ócio pela crítica do trabalho, ou seja, o lazer deixa de ser entendido como período de improdutividade para se tornar uma recompensa pelo esforço laboral, um estímulo à produção e acima de tudo uma necessidade, visando o bem-estar do ser humano.

O aproximar dos sectores trabalhadores de vários países, lutando pelas mesmas causas, resulta na criação da Associação Internacional dos Trabalhadores⁴² (em 1864, na cidade de Londres) que, no seu primeiro congresso em 1866, estabelece como ponto primordial a redução dos horários de trabalho para 8 horas diárias. A pouco e pouco as exigências do proletariado vão sendo concretizadas por via legal, sendo o avanço mais significativo a criação de uma instituição ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1919, no pós-I Grande Guerra.

A OIT defende logo na primeira convenção datada de 1919, a fixação dos horários de trabalho em 8 e 48 horas, diárias e semanais, respectivamente; em 1921, com a Convenção nº14, estipula o direito a um dia de descanso semanal na indústria e mais tarde, em 1935, com a Convenção nº47, estabelece a redução da carga horária para 40 horas semanais, por forma a que os trabalhadores

possam beneficiar dos rápidos progressos tecnológicos associados à indústria⁴³. Contudo, e como seria de esperar, os "rápidos" progressos da técnica não encontraram paralelo na obtenção dos direitos proclamados, quer pela resistência do patronato, quer pela falta de fiscalização: a título exemplificativo, refira-se que enquanto a Convenção nº1 era ratificada ainda durante o ano de 1919 um pouco por toda a Europa, em Portugal isto só sucederia quase uma década mais tarde, em 1928.

O outro grande cavalo de batalha das classes trabalhadoras era o direito a férias remuneradas, uma vez que o repouso diário e semanal não era suficiente para a total recuperação física e psicológica. Os países mais desenvolvidos cedo perceberam a necessidade e as vantagens de tempos de lazer mais prolongados⁴⁴; contudo, este direito hoje consagrado e que viria a revelar-se pedra basilar para o impulsionar do turismo moderno, só tardiamente foi generalizado: a Convenção da OIT nº52, de 1936, celebrava o direito a pelo menos 6 dias de férias remunerados após um ano de trabalho; 12 anos depois, em 1948, é aprovada pela Assembleia-Geral da ONU a Declaração Universal dos Direitos do Homem, cujo artigo 24º proclama "direito ao repouso e aos lazeres e, especialmente, a uma limitação razoável da duração do trabalho e a férias periódicas pagas".

A efectivação de um horário máximo da jornada laboral diária e semanal, a institucionalização na maior parte dos países do direito a férias e o seu aumento gradual, sustentaram o alargamento do turismo a uma camada cada vez mais extensa da sociedade para a qual o tempo livre se transforma num novo facto social. As férias são tão essenciais como o trabalho, assumindo-se como reguladoras do funcionamento da vida quotidiana, uma imprescindível compensação que permitia a vivência numa sociedade já fortemente industrializada. Segundo Dumazedier, o lazer exprime e cumpre para o sujeito três funções primordiais, por ordem de importância: descanso, divertimento e desenvolvimento

da personalidade⁴⁵.

Apesar de a procura turística ter já um volume assinalável durante a década de 1930, é no pós-II Guerra Mundial que verdadeiramente se pode falar em turismo de massas. Para a generalização das férias a todos os estratos contribuiu sobremaneira a evolução dos direitos dos trabalhadores, mas revestem-se de grande importância outros factores como o contexto de paz, prosperidade e melhoria das condições de vida, o desenvolvimento de uma sociedade de consumo, o avanço exponencial associado aos meios de transporte, comunicação e informação, o baixo preço do petróleo e o papel do Estado na esfera da promoção turística e no apoio ao investimento. A recuperação das economias depois do conflito mundial propiciou rendimentos mais elevados às famílias, que puderam aplicar parte dos ordenados na aquisição de bens não fundamentais, como é o caso do turismo. As actividades de lazer ganham volume nos gastos dos aglomerados familiares, ao mesmo tempo que diminui o peso relativo das despesas em consumos básicos.

O desenvolvimento do turismo de massas está directamente ligado ao progresso registado no domínio dos transportes e comunicações, factores básicos na evolução das práticas turísticas. A contribuição da indústria automóvel com produtos mais acessíveis, seguros e com maior autonomia possibilitou uma mobilidade privada dispersa que o comboio, com itinerários condicionados, não disponibilizava; a utilização do avião pela população civil com estabelecimento de rotas aéreas e voos *charter* no período de paz posterior à II Grande Guerra, alterou a noção das distâncias e aproximou os países menos desenvolvidos que, pelo seu isolamento, se tinham mantido fora dos circuitos internacionais de turismo; as inovações nas comunicações com o telefone e o fax, num mundo onde a velocidade e a eficiência da informação são vitais para o funcionamento do sistema, vieram influenciar positivamente o desenvolvimento do turismo e configuram-se

como um pressuposto básico para a facilidade do processo de globalização.

A ligação facilitada entre as principais cidades criou uma rede, constituída por focos emissores e áreas receptoras que muitas vezes se sobrepõem. As cidades mais ricas são os maiores focos de emissão por se concentrarem nestes centros os rendimentos mais altos e um tipo de vida mais agitado, totalmente regulado pelo trabalho e que suscita uma necessidade de evasão. A sua duplicidade enquanto focos emissores e áreas receptoras espelha-se na importância dos cenários urbanos no espaço cognitivo, na centralidade e facilidade de acesso por uma ampla rede de transportes, no facto de serem locais de decisão económica e política, com maior frequência de acontecimentos (desportivos ou culturais) e publicidade nos meios de comunicação, originando uma maior vontade de conhecimento e descoberta. Simultaneamente, a maior oferta de atracções faz com que a indústria hoteleira aposte nos centros urbanos de maior dimensão, acentuando o fenómeno de concentração.

A uniformização do espaço turístico e a sua conceptualização enquanto objecto de consumo, acabam por ter também reflexo na própria morfologia das cidades, que se degladiam por maior atractividade. A arquitectura assume um papel preponderante na transformação e valorização da paisagem urbana, na criação de espaços agradáveis que alojem as actividades mais concorridas e, mais recentemente, na edificação de símbolos que tornem a cidade conhecida e um destino desejado.

O caminho percorrido pelo turismo é tão longo como a sua história. De devaneio elitista a actividade quase obrigatória em todos os escalões sociais, é o impulso dado pela industrialização da sociedade que mais se destaca nos factores que permitiram a sua expansão a um nível tão abrangente. Actualmente, a sociedade capitalista transformou o período de férias num processo fordista (cada qual viaja para determinado lugar e executa as mesmas

actividades, no mesmo espaço de tempo), suportado por uma teia de comunicações que eliminam as distâncias. Sob pena de as vantagens no desenvolvimento e dinamização da vida local toldarem a sensibilidade para os problemas das clivagens territoriais e canibalização de recursos, o turismo deve ser respeitado mas, acima de tudo, manter o maior respeito pelo ser humano e pelo lugar.



2.3 TURISMO EM PORTUGAL

Em Portugal, os fenómenos turísticos mais antigos referem-se às actividades ligadas ao termalismo, pela riqueza do país em nascentes termo-minerais e pelas suas vantagens há muito conhecidas no tratamento de enfermidades. Ao longo dos séculos, a hidroterapia estava acessível apenas às classes mais abastadas – nas quais se incluía a própria Corte Portuguesa –, mas só na segunda metade do séc. XIX, com a construção de instalações para a sua exploração, é que o fenómeno do termalismo ganha consistência. A juventude e desconfiança nas técnicas ligadas à quimioterapia, a expansão demográfica nas cidades associada à Revolução Industrial e o desenvolvimento dos transportes terrestres com a construção de linhas de caminho-de-ferro e estradas, proporcionaram o crescimento das termas, mais notório nas melhor servidas de vias de comunicação e com uma situação geográfica mais propícia, perto de centros urbanos populosos. Neste conjunto enumeram-se as estâncias do Gerês, Vizela, S. Pedro do Sul, Caldas da Rainha e Lisboa.

A viragem do século XIX está ligada à expansão do termalismo, ao mesmo tempo que desperta o interesse pelo veraneio balnear: “o ar do mar era tido como revigorante, sobretudo para as crianças, e o banho como terapêutico”⁴⁶. A preferência pelos períodos passados à beira-mar, que ganhava adeptos um pouco por toda a Europa, facilmente foi acompanhada por Portugal, beneficiado pelo seu extenso território costeiro. Também no que

respeita ao desenvolvimento de pólos balneares, este sustentava-se nas acessibilidades, tendo maior expressão os situados junto a cidades importantes, como o eram na altura Lisboa, Porto ou Coimbra. Apesar da sua expansão pela costa, o turismo balnear do final do séc. XIX não tem associada a construção de equipamentos hoteleiros ou qualquer planeamento urbano, socorrendo-se de “residências secundárias e aluguer de casas e quartos”⁴⁷ para satisfazer as necessidades de alojamento. Todavia, esta situação altera-se no primeiro decénio de 1900, não só com a criação da Repartição de Turismo em 1911, integrada no Ministério de Fomento e tendo em vista a promoção e organização da actividade, como também com a publicação do Decreto nº1.121 de 28 de Novembro de 1914. Neste documento, *Incentivos à Construção Hoteleira*, reitera-se a importância da actividade turística e a crença de que tal seria indispensável para o arranque económico do país, uma vez que “o movimento turístico virá produzir notável melhoria em todas as manifestações económicas e financeiras da vida nacional”⁴⁸.

O rápido desenvolvimento dos principais aglomerados balneares implica a criação de instrumentos reguladores de apoio à actuação municipal, materializados nos Planos Gerais de Melhoramentos: para se alcançarem mais altos níveis de salubridade e circulação, propõe-se a construção das principais infra-estruturas (água, luz, esgotos, arruamentos) e delimitam-se zonas de intervenção, procurando uma qualificação do espaço

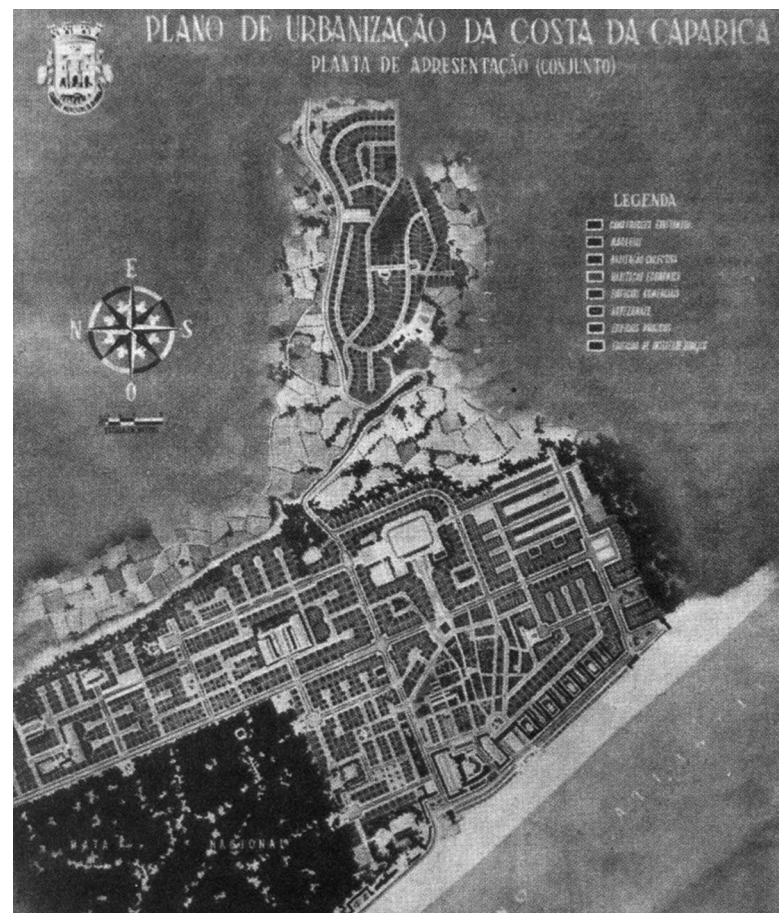
urbano; "são estruturadas as marginais oceânicas, ou *avenidas do mar*, junto à *praia de banhos*, consolidando e desenhando a relação com o areal em *terraços-esplanadas*"⁴⁹. Fruto dos privilégios concedidos à edificação hoteleira pelo decreto atrás referenciado, o Plano apresentado em 1914 (mas que só viria a ser concluído em 1931) para a área do Estoril que se estendia até Cascais (a Costa do Sol) propunha a primeira intervenção planeada em Portugal.

A dinâmica deste sector económico é refreada pelo eclodir da I Guerra Mundial e mantém-se em apatia até à constituição do Estado Novo, em 1926, apesar da criação de Planos para o Funchal, em 1915, para a Póvoa de Varzim e para S. Martinho do Porto, ambos de 1920. Durante cerca de duas décadas (1910-1930) o termalismo e o veraneio balnear mantêm índices de ocupação semelhantes, ainda que as estâncias termais tenham de se socorrer de equipamentos desportivos e recreativos complementares para cativar os turistas, progressivamente mais interessados nas actividades ao ar livre e no ambiente festivo e saudável associado às praias da moda. Entretanto, o Estoril ganha projecção internacional, beneficiando da proximidade da capital e de um planeamento cuidado, apostando no conjunto da praia, termas e jogo - este último pela implantação de Zonas de Jogo Balneares, promovendo o Estoril e a Madeira a zonas de jogo permanente⁵⁰.

O início da década de 1930 marca a inversão nas preferências nacionais, que se rendiam à riqueza e diversidade da costa portuguesa, em detrimento do ambiente bucólico das termas, suplantadas pelo turismo de inverno que despontava na Serra da Estrela e desacreditadas pelos avanços farmacêuticos e da quimioterapia. Impulsionado pelo Estado com a publicação de legislação no sentido de disciplinar a actividade, e com a criação de instrumentos de apoio fiscal e financeiro, o turismo conhece durante este decénio um forte desenvolvimento. A política intervencionista de Duarte Pacheco que pretendia relançar o país através da construção de grandes obras públicas, preparando o

cenário para a Exposição do Mundo Português em 1940, oferece as bases para o desenvolvimento da actividade turística: a criação da Junta Autónoma de Estradas e dos Serviços Aéreos Portugueses, em 1927, e o estabelecimento de rotas aéreas comerciais regulares pela Aero Portuguesa, a partir de 1934, tornaram as deslocações mais rápidas e deram aos portugueses uma mobilidade até então desconhecida.

16. Plano de Urbanização da Costa da Caparica, Faria da Costa, 1947



Pela necessidade de regar o avanço da indústria turística, o mesmo Duarte Pacheco instaura em 1934 a obrigatoriedade do planeamento das obras de extensão e urbanização dos aglomerados, criando os Planos Gerais de Urbanização. Estes planos procuravam transmitir uma imagem moderna e cativante aos olhos dos investidores privados que, pela edificação de unidades hoteleiras de qualidade, visavam conquistar os fluxos internacionais dotando o país de instalações capazes de mobilizar os turistas estrangeiros. No seguimento desta política, e pela excessiva concentração dos hotéis mais requintados nos aglomerados urbanos litorais, começa a construção, ainda na década de 30, de uma série de pousadas no território nacional em locais de pouco interesse para a iniciativa privada.

O 1º ciclo de Pousadas é um projecto inovador, uma vez que há uma estratégia de intervenção à escala do país, criando uma rede de pontos de passagem, ligados pelas principais vias de comunicação. Por iniciativa do Secretariado da Propaganda Nacional (que havia sido criado em 1933 como organismo de propaganda e controlo das actividades informativas, culturais e turísticas), lança-se em 1939 a primeira pedra das Pousadas de

Elvas, Marão e Serém, a que se vão juntar as de Alfeizerão, São Brás de Alportel, Santiago de Cacém e Manteigas. O conjunto formado por estas instalações, inauguradas entre 1942 e 1948, é a primeira fase de um plano mais abrangente que conhecerá um segundo impulso na década de 1950. Estes edifícios “não possuem, sem dúvida, o número de quartos suficiente para satisfazer certas necessidades locais”⁵¹, mas têm a função de espalhar por Portugal um novo tipo de alojamento, ligado aos valores mais regionalistas e socorrendo-se dos recursos do lugar, distanciando-se da tipologia do comum hotel, oferecendo um atendimento mais personalizado e atencioso, destinado a um público com posses.

Contudo, o primado atribuído ao turismo para elites altera-se quando o Estado reconhece a importância dos movimentos internos a nível social e profissional, ao mesmo tempo que devido à Guerra Civil espanhola, se torna necessário rentabilizar a actividade turística, com um caudal de cidadãos estrangeiros muito menor. As medidas implementadas fomentam o turismo de massas e passam pela criação de tarifas reduzidas nos transportes e edificação de colónias de férias e parques de campismo. Neste particular, os movimentos de campismo fixo já apresentavam alguma consistência

17. Pousadas de Marão, 1942 e Elvas, 1942 (esq. para dir.)



em 1932, com a criação do GEAL (Grupo Excursionista Ar Livre), e destaca-se a intervenção da FNAT (Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho), criada em 1935, que se comprometia, no Artigo 1º, a “promover por todas as formas ao seu alcance o aproveitamento do tempo livre dos trabalhadores portugueses por forma a assegurar-lhes o maior desenvolvimento físico e a elevação do seu nível intelectual e moral”.

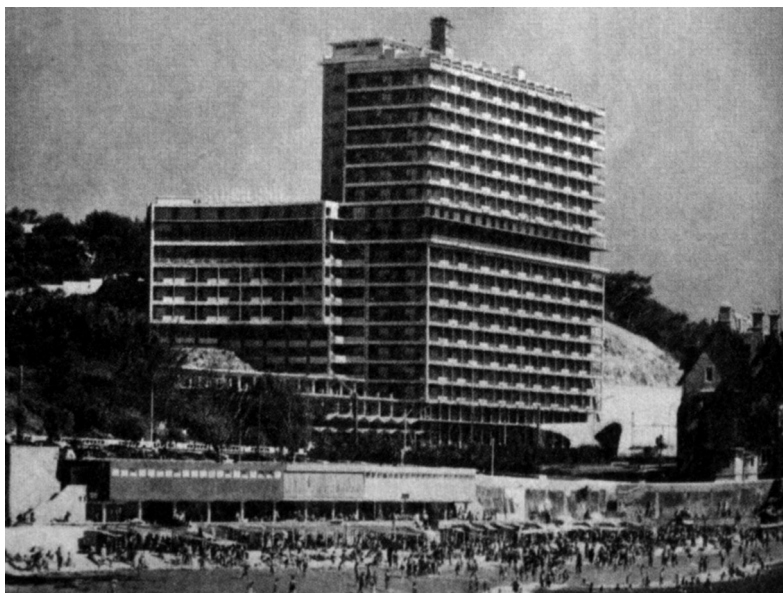
A II Guerra Mundial marca mais um hiato no desenvolvimento do turismo internacional mas sem qualquer estagnação em Portugal, que beneficia de uma posição neutral no conflito para se assumir, “para aqueles que fugiam da guerra, não só a placa giratória entre a Europa e o continente americano mas também um verdadeiro ponto de acolhimento para os refugiados oriundos da Europa ocupada”⁵². A onda de cidadãos que fogem à guerra põe a descoberto a insuficiência da capacidade hoteleira em Portugal e a sua fraca qualidade, com Lisboa a manter-se no topo das preferências e a Figueira da Foz a afirmar-se como praia mais movimentada do Continente.

Durante a década de 1940 mantém-se o investimento nas Pousadas e fecha-se um primeiro ciclo com as últimas inaugurações (Santiago do Cacém em 1945, e Manteigas em 1948 são as últimas a abrir portas), reforça-se a aposta no desenvolvimento na linha de costa do Estoril (a área de Lisboa é o maior receptor de turistas em Portugal, enquanto o Sul não se revela) e aumentam exponencialmente as deslocações por motivos religiosos, especialmente a Fátima - que se torna o centro religioso do país. Apesar de o regresso dos tempos de paz não estar ainda garantido, recomeçam as viagens motivadas por negócios, desporto, política e cultura, é inaugurado o Aeroporto de Lisboa em 1942 e criada a TAP (Transportadora Aérea Portuguesa) em 1945. A iniciativa privada ganha expressão nos anos de recuperação económica do pós-guerra e promove a construção de novos equipamentos turísticos, mas mantendo-se até ao início da década de 1950

como uma actividade incongruente e com uma estratégia pouco globalizante. Excepção feita ao Plano de Urbanização da Costa da Caparica⁵³, que veio pôr termo a um crescimento casuístico e deficiente, traçando linhas orientadoras que sustentaram o seu posterior desenvolvimento, o turismo no país caracterizava-se pela desorganização, alheamento e crise.

Um primeiro aparente sinal de mudança surge com a aprovação do I Plano de Fomento, previsto para o período de 1953-58. Apesar da posição reticente do Governo que ideologicamente não via com bons olhos a expansão turística e consequente circulação de pessoas e ideias do exterior, cobijava a sua prosperidade económica para cobrir a delicada situação das contas públicas, minadas pela Guerra Colonial. Face ao insucesso de anteriores medidas pró-turismo de inícios do séc. XX, e dado o interesse para a economia nacional, este documento atribuía regalias à actividade hoteleira através de isenções fiscais e benefícios na construção. A criação do Fundo de Turismo em 1956, no âmbito do Secretariado Nacional de Informação (SNI)⁵⁴, concede apoio financeiro às iniciativas privadas⁵⁵ e camufla a verdadeira intenção de Salazar - procurava a recuperação económica e considerava o turismo uma infecção dos costumes e da moral do país -, espelhado nas directrizes do I Plano: no topo dos objectivos da política económica estava o desenvolvimento das comunicações e dos aproveitamentos hidráulicos, e sobretudo a industrialização, tida como a única actividade com potencialidade para arrastar os sectores mais lentos da economia.

A iniciativa privada, sustentada pelos benefícios proporcionados pelo Plano de Fomento e acompanhando a preferência por destinos de férias balneares, que se ia sobrepondo às estadias nas termas ou na capital, inaugura e reforça uma nova tipologia, o hotel de praia à beira-mar. A litoralização da actividade turística vai trazer até à marginal uma imagem de modernidade e luxo, materializada em obras como o Grande Hotel da Figueira(1953)



18. Hotel Estoril-Sol, Raul Tojal, 1964

19. Piscina do Tamariz, Manuel Tainha, 1956



de Inácio Peres Fernandes, ou o Hotel Estoril-Sol (projecto de 1958, inaugurado em 1964) de Raúl Tojal, aos quais se juntam as piscinas de praia de Isaías Cardoso na Figueira da Foz (1953), de Manuel Tainha no Tamariz (1956) e de Álvaro Siza em Leça da Palmeira (1966). O conjunto destes equipamentos, de construção e acabamentos cuidados e forte presença formal, destinava-se maioritariamente aos turistas estrangeiros, cuja entrada no país no final da década de 1950 era já assinalável.

O início do decénio de 1960 marca a grande mudança no espaço turístico português, com uma aproximação de Portugal à Europa e a internacionalização da economia nacional a permitirem a entrada nos circuitos mundiais do turismo de massas. Este efeito foi potenciado pela assinatura da Convenção de Estocolmo, que em 1960 instituiu a Associação Europeia do Comércio Livre (EFTA – European Free Trade Association), permitindo a supressão das barreiras alfandegárias entre os países membros, criando uma zona de comércio livre. Encerravam-se as medidas proteccionistas da política de nacionalismo económico vigente desde o final da II Guerra Mundial e permitia-se a abertura do Algarve a uma procura por novas praias, consequência dum movimento europeu que valorizou as ilhas e a costa mediterrânica de Espanha, França, Itália e África. A descoberta da costa algarvia aumentou exponencialmente os fluxos turísticos, sendo que a capacidade de recepção não conseguiu acompanhar a expansão da procura, sobretudo por hotéis e pensões de luxo.

De forma a dar resposta à elevada afluência de turistas estrangeiros, que em 1964 ultrapassaram pela primeira vez a barreira de 1 milhão, é aprovado um Plano Intercalar de Fomento, previsto para 1965 e durante um período de 2 anos. Este documento colocava o turismo no topo das prioridades⁵⁶, já que depois do falhanço da aposta na industrialização constante no I Plano de Fomento, a precariedade financeira do país e as evidentes contrapartidas económicas da actividade, não permitiam que se ignorasse por

mais tempo o fenómeno turístico. Tal como no final dos anos 30, a maior fatia do investimento era dedicada às instalações de primeira classe, apesar de se fomentar a instalação de empreendimentos para turistas de recursos económicos mais baixos. Paralelamente, promove-se a criação de meios complementares de alojamento, para além dos exclusivamente hoteleiros, com especial incidência nos equipamentos desportivos (o golfe e o ténis), permitindo um alargamento e diversificação da oferta.

As condições de que dispunha a zona algarvia, com praias de qualidade e um clima que possibilitava uma larga estação balnear – essencial para a rentabilização dos investimentos –, tornaram-na região de desenvolvimento prioritária. Para o sucesso desta iniciativa o próprio Governo toma medidas de captação de clientela estrangeira: melhoramentos das vias e meios de transporte em direcção ao sul (inauguração do aeroporto de Faro em 1965 e da Ponte Salazar em 1966), formação profissional hoteleira e campanhas de propaganda e promoção, não só nos *media* nacionais como além fronteiras. A recuperação económica dos países industrializados afectados pela guerra, a generalização do automóvel e das férias pagas, a par do aumento exponencial do tráfego aéreo (levando a uma redução nas tarifas e tornando as viagens mais acessíveis), encurtaram a distância que separava Portugal dos principais mercados europeus, levando à construção em ritmo desenfreado de empreendimentos turísticos, essencialmente no Algarve, mercê dos facilitismos concedidos pelo Estado e financiados por investimentos privados estrangeiros que não deixaram escapar a oportunidade.

A prática turística da área meridional portuguesa altera-se por completo, deixando de servir apenas os turistas ibéricos (provenientes do Alentejo e das províncias espanholas mais próxima) com recursos financeiros contidos para almejar a presença de cidadãos europeus, com maior poder de compra e exigências acima da média.

A proliferação desregrada destes complexos traria diversas complicações a uma região que não soube preparar-se para tal desenvolvimento, apesar dos avisos de Keil do Amaral em 1961, no artigo “Nuvens negras sobre o futuro do Algarve”⁵⁷. Neste texto, Keil afirma que “a costa algarvia, com efeito, está-se transformando com incrível rapidez num vasto campo de especulações financeiras”, reiterando a necessidade de criação de “um planeamento que atenda aos diversos e importantíssimos factores a considerar, que não apenas à possibilidade de *grandes lucros e rápidos*”, através de um zonamento cuidado e da definição de áreas naturais a proteger, sustentado num levantamento das necessidades da região em termos de infra-estruturas. Keil elaborou mesmo um relatório em 1962, “Bases para o desenvolvimento turístico do Algarve” que serviria o “Plano de Valorização Turística do Algarve”, realizado por Paulo Cunha em 1963, e o “Plano Regional do Algarve”, de 1966, desenvolvido por uma equipa de técnicos italianos. Contudo, e apesar de se acrescentar a isto um estudo preliminar de “Ordenamento Paisagístico do Algarve”, realizado por arquitectos paisagistas em 1967, o planeamento não conseguiu acompanhar a intensidade da construção e, contrariando todas as recomendações, desenvolveram-se núcleos dispersos, longe dos aglomerados urbanos.

A implantação dos hotéis de praia explora as riquezas de uma paisagem virgem, com forte atracção pelas características naturais e paisagísticas, mas sem qualquer apoio infra-estrutural. Sucedem-se as obras que se socorrem de lugares com acentuada componente natural, primeiro com o Hotel do Mar (1962) de Conceição Silva, depois com o Hotel do Garbe (1963) de Frederico Santana e Jorge Chaves, o Hotel Balaia (1965), de Conceição Silva e o Hotel Algarve (1967) de Raul Tojal. O isolamento que permitia a estas construções a fruição de paisagens ímpares impunha também grandes investimentos para garantir condições vitais (abastecimento de água, energia eléctrica e alimentos, recolha de esgotos), criando-se



20. Hotel do Garbe, Frederico Santana e Jorge Chaves, 1963

núcleos auto-suficientes que encerravam no seu interior todas as comodidades para que os utentes não tivessem a necessidade de se deslocarem para o exterior.

Assiste-se assim a uma mudança radical na tipologia hoteleira vigente na primeira metade do século: a hotelaria tradicional (hotéis, pensões), geralmente confinada em torno do produto turístico e junto de aglomerados urbanos com áreas de implantação restritas, é substituída por conjuntos extensos de hotéis e moradias essencialmente no litoral, com um programa comercial e amplas áreas exteriores, que permitem a realização de desportos individuais e colectivos. Este modelo evolui até à criação de aldeias turísticas de raiz, como é o caso de Vilamoura e da Península de Tróia, autênticas cidades de lazer para uma clientela que exigia não apenas um tempo de descanso, em que não se faz nada, mas um período de férias recheado de actividades, em geral associadas às práticas náuticas.

O III Plano de Fomento, elaborado para 1968-1973, já com Marcello Caetano no Governo, cimenta as opções anteriores de aposta num turismo de luxo, voltado para o exterior e com um forte apelo ao investimento estrangeiro, uma vez que a dimensão, características e poder de compra do mercado interno eram insuficientes para sustentar a actividade. Propunha-se a criação de 3 pólos de crescimento, Lisboa, Algarve e Madeira, onde se verificariam os maiores investimentos que deviam catalisar a actividade e o desenvolvimento da envolvente, atenuando as diferenças regionais através de um processo progressivo de integração dos espaços periféricos.

A realidade traçou uma versão diferente: a política de pólos de crescimento criou o efeito contrário, já que a concentração geográfica dos capitais económicos nas 3 áreas predefinidas levou a uma maior disparidade entre as diferentes regiões. O interior, que se socorria do turismo de montanha, da gastronomia e do termalismo para o seu sustento, é preterido pelas férias de sol, areia e mar no litoral, levando à falência e encerramento de algumas estâncias termais que não conseguiram acompanhar as preferências europeias da época, sobrevivendo as restantes à custa do turismo interno e beneficiando do acréscimo populacional dos que regressam da Guerra Colonial; Lisboa mantém-se o principal receptor de turistas, registando quase metade das dormidas nacionais em 1970, não só pela sua superior capacidade hoteleira e qualidade dos equipamentos públicos, mas também pela antiguidade do fenómeno turístico na capital e pela diversidade e complementaridade turística existente.

Ao contrário do que sucede no Sul, o distrito de Lisboa possui uma oferta abrangente a nível cultural, de negócios e congressos, o que evita uma acentuada sazonalidade; no Algarve, o distrito de Faro triplicou as dormidas entre 1960-1970 e a situação complica-se ao longo da época balnear, durante a qual se registam os maiores picos e as infra-estruturas atingem o seu ponto de

colapso. A monocultura do turismo de praia, sujeita às flutuações climáticas e dos gostos turísticos, periga o rendimento de uma actividade espacialmente concentrada numa fina faixa costeira, acentuando as diferenças para o interior. O turismo foi considerado motor de desenvolvimento económico mas, sem um plano global e uma política de ordenamento do território e aproveitamento dos espaços, assiste-se à destruição e descaracterização das zonas turísticas e ao desgaste do património e ambiente pela falta de protecção dos espaços envolventes.

O período de expansão do turismo em Portugal sofre um decréscimo no ano de 1968, fruto da instabilidade político-social francesa que culminou no Maio de 68 e que teve eco por todo o continente europeu e americano, o último já a braços com a guerra no Vietname. A quebra nas entradas de turistas estrangeiros, que comprometia as contas nos hotéis mais luxuosos do litoral, levou o Governo a virar-se para o interior, cuja grande capacidade hoteleira proporcionada pelos complexos termais outrora grandiosos permitia direccionar o turismo para as classes médias. Surge também o Turismo em Espaço Rural com o intuito de promover a dispersão territorial da actividade turística, procurando conquistar as preferências através de um atendimento mais personalizado, em oposição ao anonimato das grandes estâncias balneares. Apesar destas iniciativas mantém-se o desinteresse pela oferta do interior do país, mantendo-se a atractividade pelos núcleos litorais, materializada no aumento da capacidade hoteleira das regiões costeiras e em especial do Algarve, que se ia aproximando do peso relativo de Lisboa em relação às entradas de turistas estrangeiros.

Apesar de ligeira recuperação verificada no início da década de 1970, o ano de 1973 vai ser um novo marco negativo pela crise económica, resultado do embargo petrolífero pelos países da OPEP. A inflacção dos combustíveis, sentida particularmente no sector dos transportes, e a desvalorização das principais moedas internacionais provocam um arrefecimento nas viagens de lazer que se reflecte

imediatamente no país. A par da instabilidade generalizada, junta-se em Portugal a falência do modelo de organização económico adoptado, o esgotamento das medidas políticas e o crescente descontentamento interno, que culminaria na Revolução de Abril.

O turismo em Portugal desde o início do séc. XX até esta data é pontuado por períodos fulgurantes e outros de assumida estagnação, provocados quer por factores de instabilidade exterior, quer pela própria inércia do Governo, nomeadamente durante a vigência do Estado Novo. De início sediado nas principais estâncias termais e na capital, a progressiva litoralização da actividade por influência europeia trouxe o turismo até às praias portuguesas, onde prosperou mas também arrastou consigo problemas sociais e uma forte clivagem entre litoral e interior. No geral, as políticas turísticas demoraram a impor-se e pautaram-se por intervenções pontuais, desarticuladas, pouco globalizantes e, na maior parte dos casos, por planeamentos que ficaram por cumprir.

A VIAGEM



GRANDE HOTEL DA FIGUEIRA DA FOZ

Projecto de:

Inácio Peres Fernandes

Data de inauguração:

1953

Localização:

Praia da Claridade, Figueira da Foz
40° 09,07.50' N / 008° 51,99.47' W

Capacidade:

110 quartos

O início do projecto do Grande Hotel da Figueira data do final da década de 1940, numa altura em que se esboçava uma recuperação das baixas humanas, da destruição patrimonial e do caos social provocado pela II Grande Guerra e os regimes ditatoriais europeus capitulavam aos ideais democráticos. Apesar de em Portugal Salazar manter a sua governação, esta foi fortemente abalada, permitindo o aparecimento de vários movimentos pró-modernistas no seio da arquitectura que, utilizando as publicações da especialidade como meio de propaganda, organizaram em 1948 o I Congresso Nacional de Arquitectura.

Uma nova geração de arquitectos, agastada pelos moldes nacionalistas e retrógrados impostos durante as décadas anteriores, ansiava por oportunidades para materializar os pressupostos modernos constantes na Carta de Atenas e que em Portugal se começavam a manifestar nos programas de habitação colectiva, essencialmente na capital. Estes novos aglomerados rompiam com os postulados do Estado, deixando de ser conjuntos de habitações unifamiliares em favor da construção em altura, defendida por representar um decréscimo das áreas de implantação e infra-estruturas, consequentemente libertando o espaço ao nível da rua.

Inácio Peres Fernandes (1910-1989) fez parte duma segunda geração de arquitectos, nascidos a partir de 1910, que no Congresso reivindicou uma prática profissional sem constrangimentos de ordem política, aproximando-se dos princípios modernos que norteavam a arquitectura e urbanismo europeus. Integrou a par de Keil do Amaral, ambos do ICAT, a lista que em 1949 ganhou as eleições para os corpos directivos do Sindicato Nacional de Arquitectos, altura em que foi encarregue do desenho de um programa hoteleiro de luxo para a praia mais concorrida da Beira Litoral, a Figueira da Foz.

Tendo-se afirmado como destino de eleição durante as primeiras décadas do

séc. XX para uma sociedade que via nos “banhos” a cura para as enfermidades, o seu crescimento foi cimentado pela facilidade de acesso ferroviário e proximidade à cidade de Coimbra, reforçando a sua atractividade com a promoção a zona de jogo temporária e a instalação de diversos equipamentos públicos. Num período de 60 anos o número de quartos aumentou quase 5 vezes em relação a 1879, registando-se um total de 663 em 1942, distribuídos por 28 estabelecimentos⁵⁸, entre hotéis e pensões, sem que no entanto nenhum deles se destacasse pelas suas qualidades exemplares no que respeita às condições de habitabilidade, áreas disponíveis ou serviço prestado.

Apesar da capacidade da cidade em acolher os turistas que vinham essencialmente do distrito conimbricense e da vizinha Espanha, exigia-se a construção de um hotel que comportasse os acontecimentos e personalidades mais importantes, oferecendo condições acima da média. No Jornal “O Figueirense”, de Julho de 1953, constata-se que “A Figueira da Foz não estava, como gratuitamente se dizia, mal servida de hotéis e pensões, nem os que possuía eram insuficientes para albergar a população flutuante desta estância balnear, salvo em dias de excepcional movimento. (...) Mas fazia falta, na verdade, um hotel com a categoria do que no último domingo foi inaugurado na Av. Salazar”.

A concessionária da zona de jogo até 1946, a Sociedade do Grande Casino Peninsular, viu a sua concessão rescindida por não cumprimento da cláusula contratual de construção de um hotel, pelo que a Sociedade Figueira Praia, constituída em 1948, se prontificou a edificar um hotel com um mínimo de 100 quartos que acompanhasse o prestígio da zona, materializado naquele que se viria a chamar Grande Hotel da Figueira.

A obra situa-se no Bairro Novo de Santa Catarina, fundado no final do século XIX pela expansão do aglomerado populacional, que até então havia crescido à beira-rio sustentado pelo porto de pesca, e impulsionado pela construção de uma importante

sala de espectáculos (o Teatro Circo em 1884) que aumentou o interesse naquela localização. Esta mais recente zona da cidade tornou-se uma área cosmopolita onde se concentrava a actividade comercial, casinos⁵⁹, equipamentos públicos (o Tennis Club, ligado ao desporto, construído em 1917) e a Praia da Claridade, eleita pelas classes mais altas para a fruição dos dias de sol. Erigido frente à Avenida Dr. Oliveira Salazar (Av. 25 de Abril desde Junho de 1974), o edifício do Hotel ergue-se acima do casario existente na época para se afirmar como um marco na marginal, usufruindo da sua proximidade com a praia para projectar uma imagem de modernidade e desenvolvimento.

Este projecto é marcante no panorama hoteleiro português, uma vez que inaugura uma nova abordagem à ocupação costeira que serviu de mote a intervenções posteriores, caracterizando-se pela grande proximidade do mar e do areal, ao mesmo tempo oferecendo condições de alojamento acima da média para um público mais específico.

Contudo, o seu início foi atribulado, já que Inácio Peres Fernandes foi chamado a elaborar não um projecto de raiz, mas a refazer uma intervenção que havia já começado pela mão de outro arquitecto e que foi chumbada pelo Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI⁶⁰). De imagem ainda fortemente ligada ao regime, austera e imponente, era constituído por um corpo horizontal de rés-do-chão e 4 pisos que culminava numa emblemática torre.

Por ocasião da inauguração do Hotel, em 1953, foi impresso um número único comemorativo no qual o arquitecto explicitou as condicionantes do pedido que lhe foi endereçado: “fui chamado para, aproveitando o que estava feito e custara já bom dinheiro, elaborar um novo projecto”, tendo em conta que “tinha-se procedido a todo o desaterro, tinham-se aberto caboucos e enchido fundações e a estrutura geral de betão armado do mesmo projecto crescia a olhos vistos”. Enclausurada numa malha já bem definida,

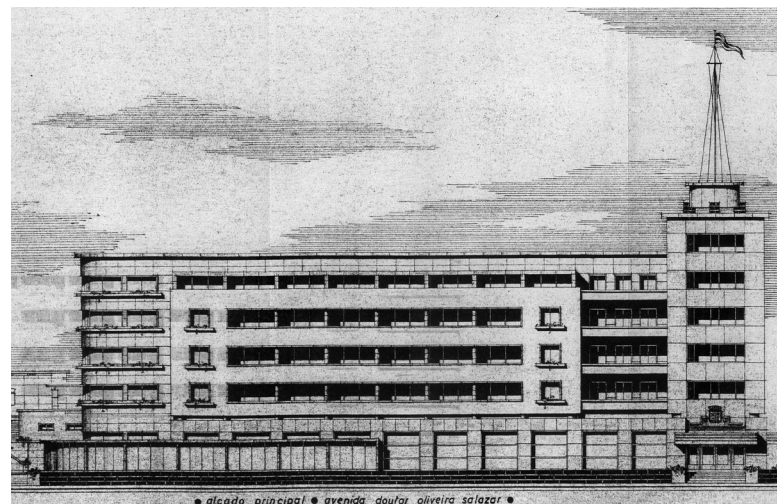
a obra que perdurou até aos dias de hoje teria uma configuração e distribuição totalmente diferentes, caso não se tivesse imposto o aproveitar das obras concluídas até à data.

Peres Fernandes lamenta as opções tomadas e sublinha diversos pontos de discórdia que se centravam na disposição do edifício, quer em termos da implantação, quer da própria distribuição das zonas públicas e privadas: “Porquê transformar um terreno de encosta, descendo fortemente no sentido poente, num patamar de nível com a magnífica alameda que é a Avenida Dr. António Oliveira Salazar? Porquê projectar corredores na direcção Norte-Sul, privando do panorama marítimo cerca de 50% dos quartos? Porquê localizar a zona de estar dos hóspedes no rés-do-chão? Porque não recuar generosamente o edifício em relação aos dois arruamentos principais que limitavam o seu terreno?”.

A solução idealizada passaria por um esquema em “U” aberto a poente, na direcção da praia, dentro do qual se desenvolveriam galerias, dotando os quartos de condições mais equitativas, ao mesmo tempo que se poderiam “ter resolvido todos os problemas, incluindo o duma boa esplanada de acesso no andar térreo ou num nível superior, se o edifício se tivesse apoiado sobre pilares de sustentação, com aproveitamento dos baixos para outros fins”.

Passados os desabafos iniciais, o projecto avançou na forma de um corpo paralelepípedo, disposto de forma paralela à Avenida segundo o seu eixo longitudinal e adossado a uma torre que se eleva acima da cobertura sobre a zona da entrada. O programa produziu um aumento da área disponível e distribui-se por 6 pisos com as principais zonas técnicas e públicas no piso térreo, à cota da rua, 4 pisos de quartos virados a nascente e poente, e um último piso com quartos apenas para nascente, num total de 110 aposentos.

Este último nível está dotado de um terraço amplo com vista panorâmica cuja área se destina a actividades lúdicas do



21. Grande Hotel da Figueira - alçado Poente do projecto inicial

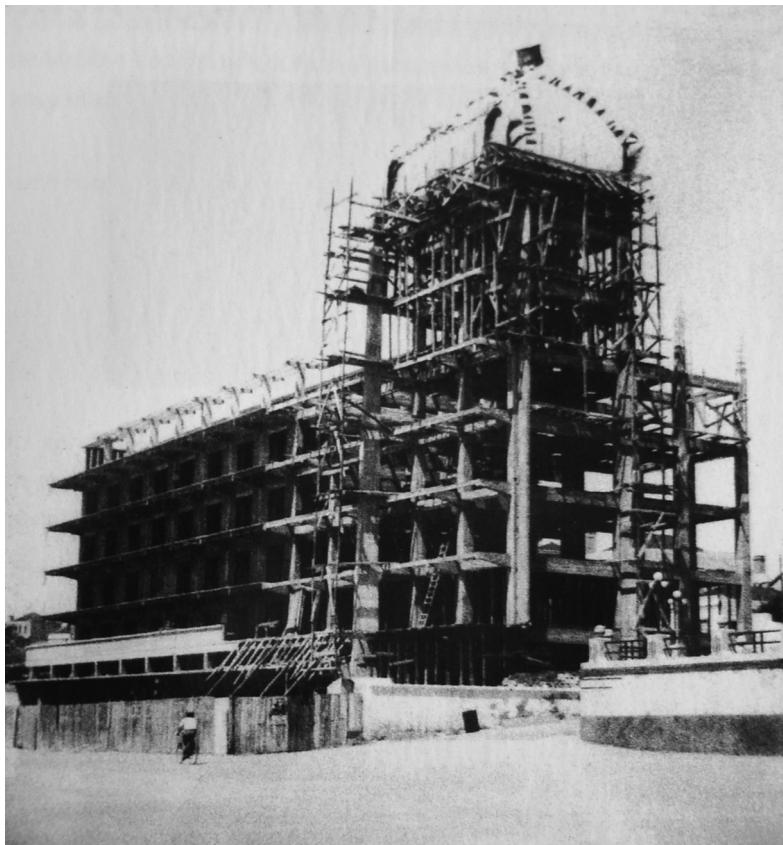
22. Avenida Dr. Oliveira Salazar antes da construção do Hotel



próprio hotel e/ou solário, enquanto a torre comporta uma área técnica no seu nível mais alto e formalmente aproxima a construção de uma imagem náutica, por se assemelhar a um navio.

A relação com a envolvente é de grande destaque, distanciando-se em termos volumétricos por apresentar um volume maciço que pousa pesadamente no terreno, de escala significativamente maior em comparação com as habitações das imediações, maioritariamente de 3 ou 4 pisos. A existência de uma

23. Grande Hotel da Figueira durante a fase de construção



zona de esplanadas, a Sul, de um terreno baldio a Norte (onde posteriormente seriam erguidas as piscinas do Hotel, um projecto de Isaiás Cardoso) e da própria praia a Poente dão espaço ao edifício para respirar e se demarcar, sem necessidade de uma altura desmedida e inapropriada.

PROGRAMA

Piso de Entrada

A entrada principal para o edifício faz-se pela fachada que se assume como principal, a Poente, alvo de maior atenção e cuidado por se virar à praia e à Avenida Dr. Oliveira Salazar. Marcado por uma pala de grandes dimensões, o ingresso no hotel conduz à recepção e ao vestíbulo, centro de distribuição para as principais peças da composição: a sala de estar, o restaurante e a sala de jogos com bar.

O bar enquanto componente comum dos hotéis, só a partir dos anos 40 conheceu algum desenvolvimento. Este espaço, normalmente associado aos restaurantes, foi trazido para o programa hoteleiro durante a II Guerra Mundial pelo afluxo de refugiados europeus que traziam consigo novos hábitos para os portugueses.

O vestíbulo afirma-se como núcleo principal do edifício, de onde partem as comunicações verticais para os pisos de quartos, num esquema de distribuição simples e de fácil orientação, até porque não se trata de uma obra muito complexa.

É já notória a preocupação de dotar o hotel de serviços não apenas para usufruto dos hóspedes mas para o público em geral, como ressalva o jornal "O Figueirense"⁶¹: o serviço de refeições estava muito para além da capacidade do próprio edifício, sustentado por uma "enorme cozinha, onde logo ao primeiro relance



24. Grande Hotel da Figueira - vestibulo

se nota a mais exemplar ordem”, equipada com um “monumental fogão (...) com capacidade para confeccionar refeições para duas a três mil pessoas” e um “forno pasteleiro que abastece o Casino e o Hotel”. Para além desta vertente, o hotel possuía ainda algumas comodidades inovadoras para a época, como o refeitório infantil, os “salões de cabeleireiro para senhoras e cavalheiros” e outras mais vulgares, caso da tabacaria, dos gabinetes de escrever e de leitura e do salão de fumo. O programa hoteleiro deixa uma concepção introspectiva e reduzida aos serviços mínimos para passar a oferecer diversas valências a um público mais abrangente.

Para garantir o apoio aos pisos dos quartos de forma eficiente mas discreta é necessário que a parte técnica esteja distribuída por pontos-chave, ligados por comunicações verticais. O planeamento rigoroso do piso de entrada está patente na preocupação

em criar percursos diferenciados para os utentes e o pessoal do hotel, que utiliza uma entrada de serviço nas traseiras do edifício, disfarçada sob uma zona coberta para cargas e descargas, sem que estas sejam percebidas pelos ocupantes dos quartos nos andares superiores.

O carácter racionalista da obra mostra-se na organização dos espaços de apoio, sucedendo-se em percursos bem delineados, condensados pela área exígua do lote, com apenas 2.500m². As áreas de serviço concentram-se em bloco “escondidas” na zona oposta à Avenida, englobando a cozinha e suas dependências directas, a lavandaria, as instalações de pessoal (refeitório, vestiários, instalações sanitárias), o armazém geral, escritório de administração, a sala de bagagens e, porventura o mais importante para um serviço satisfatório, um ascensor de acesso aos pisos de quartos.

O facto de não haver um piso subterrâneo que pudesse albergar as funções de serviço limita a área disponível para as zonas sociais, que ocupam menos de metade deste piso e se abrem a poente, a zona mais favorável. Apesar de tudo, as relações com o exterior não são ainda muito ricas ou diversificadas, não só porque a área de implantação é reduzida mas também porque é necessário assegurar condições térmicas e de privacidade para os utilizadores das salas, descartando assim a hipótese de uma maior abertura às zonas pedonais que lhe fazem fronteira. O facto de o edifício não ser assente em pilotis elevado em relação ao solo permite pouca permeabilidade, antes definindo os limites do lote por se encontrar na zona limítrofe dos arruamentos.

Trata-se de uma intervenção urbana que se demarca das existentes pela linguagem utilizada, saindo do tradicional invólucro regionalista ou da aparência dos palacetes, mas falha na abordagem moderna ao espaço público por se encerrar nas suas quatro paredes, longe de propostas suas contemporâneas como o Bairro das Estacas, em Lisboa.

Pisos dos quartos

Do 2º ao 5º piso as plantas são muito semelhantes e a disposição repete-se mas sem qualquer rasgo de originalidade, pegando num modelo já testado de distribuição bilateral através de um corredor central, sem grande riqueza cromática ou formal. A partir do núcleo central de circulações verticais estendem-se duas alas, para norte e sul, rematadas por um vão; esta opção teria transitado do projecto inicial, uma vez que já se encontrava avançado quando Peres Fernandes foi chamado a intervir. As preocupações do arquitecto centraram-se nos aspectos de ordem técnica, visíveis quando escreve acerca das plantas dos pisos de quartos, em que foram introduzidos “todos os melhoramentos que se julgaram indispensáveis às respectivas funções”⁶².

Os quartos são todos constituídos por dormitório, roupeiro e instalação privativa, o que se constitui como luxo para os padrões da época. Diferenciam-se entre si pela exposição de que dispõem, sendo claramente depreciados os virados a nascente por não possuírem qualquer espaço exterior, terem um vão apenas mediano e uma área contida (23m²).

Os aposentos virados à fachada principal, para além da sua maior dimensão (26m²) possuem vãos amplos e beneficiam de varandas, com a função de prolongamento do espaço interior e de protecção da célula do quarto dos ventos fortes e da insolação directa. Estes espaços são essenciais quando se trata de valorizar o ambiente envolvente ao hotel, por permitirem a fruição das condições climáticas e a manutenção da privacidade, num esquema semelhante ao utilizado posteriormente no Hotel Ritz.

As áreas destinadas a pessoal nestes pisos resumem-se a uma pequena antecâmara frente ao elevador de serviço e um apoio de copa, concentrando-se o grosso das instalações no piso de entrada, onde é feito o tratamento dos sujos e a confecção das refeições. Estas áreas de apoio estão ainda longe

do desenvolvimento que vão conhecer em obras posteriores, não só porque estavam ainda pouco divulgadas, mas também porque o número reduzido de quartos por piso (23) assim o permitia.

Último piso

No último piso destinado aos hóspedes, um terraço a todo o comprimento da fachada ocupa o lado poente de distribuição do corredor central, remetendo os quartos para a fachada mais pobre a nascente, cobertos por telhado. Este espaço, “com as condições necessárias para o proteger dos ventos dominantes, com a ideia, não só da finalidade imediata, como do seu aproveitamento futuro para recinto de baile, restaurante ao ar livre, ou qualquer outro”⁶³, precede as soluções mais tardias, ligadas aos ideais modernos que, pela utilização de coberturas planas permitem a fruição do espaço exterior.

Acima deste nível, incorporado na torre que marca a entrada no edifício, encontram-se ainda o quarto do gerente do hotel com uma folgada área de 56m², arrumos, as áreas técnicas como a casa das máquinas e o depósito de água para garantir o abastecimento.

CONCRETIZAÇÃO FORMAL

Esta obra surge numa altura em que ainda se executavam construções segundo os moldes nacionalistas do regime, sendo das primeiras que comportam um programa hoteleiro e afirmam uma imagem segundo os padrões internacionais em voga, que até então se manifestavam essencialmente no norte do país. Pela mão de uma encomenda privada afastada dos constrangimentos do poder e com espírito empreendedor e dinâmico, surgem no Porto projectos de inesperada modernidade em edifícios de serviços, de



25. Grande Hotel da Figueira, terraço no último piso

26. Grande Hotel da Figueira, posição privilegiada sobre o areal



habitação ou em equipamentos públicos, como o Cinema Batalha (1946), de Artur de Andrade.

A aproximação a esta corrente e a necessidade de garantir sombreamento na fachada principal, “conduziram naturalmente à solução laminar que se adoptou e que é hoje corrente noutros países e com outros dispositivos”⁶⁴, resultando numa continuidade e acentuada horizontalidade que evidenciam a altura da torre sobre a entrada. Estas opções contrastam com a adopção de uma cobertura em telhado de quatro águas, demonstrando que a abordagem moderna não estava ainda totalmente esclarecida e imbuída na mente do arquitecto.

O domínio das técnicas construtivas associadas ao betão conduziu a uma construção porticada que liberta a fachada de uma função portante e permite envidraçar o 1º piso, atenuando a fronteira interior/externa. O tratamento das aberturas vem no seguimento do ideal de que a forma segue a função, reservando para as áreas mais frequentadas a exposição preferencial e os maiores vãos, minimizando as janelas dos espaços técnicos remetidos para os alçados das traseiras, claramente desinspirados em relação à fachada principal.

No interior houve colaboração com artistas plásticos para decoração, a exemplo do que já tinha feito anteriormente Pardal Monteiro com o convite a Almada Negreiros para a criação de painéis decorativos nas Gares de Alcântara, e que se verificaria em obras subsequentes numa tentativa de unificação das artes. As pinturas da autoria de Thomaz de Mello, Manuel Lapa e Molina Sanchez, e a escultura de Martins Correia na zona do restaurante destinam-se sobretudo a valorizar os espaços mais importantes, uma vez que na zona dos quartos a apresentação é sóbria e controlada, em contraste com a aparência festiva e elaborada das áreas do piso de entrada.

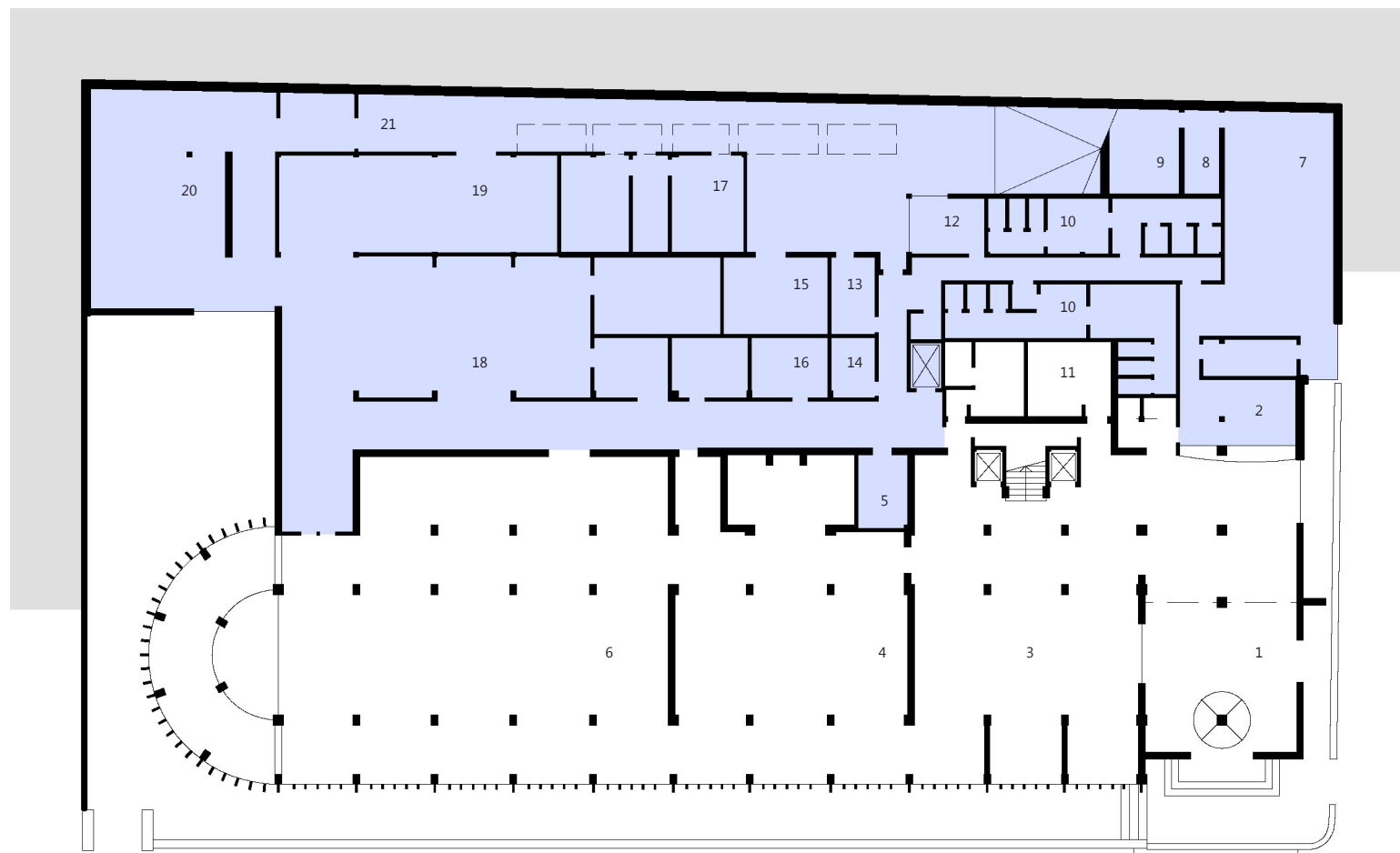
A exiguidade do lote e o reduzido quadro programático do projecto inicial revelaram-se insuficientes para as exigências



27. Piscina do Grande Hotel da Figueira, Isaías Cardoso, 1953

turísticas, reflectindo-se na construção de uma estalagem anexa ao Hotel com apoio de piscina, inaugurada no mesmo ano de 1953. Este conjunto, da autoria de Isaías Cardoso, implanta-se no terreno baldio a norte do edifício existente e desliga-se da avenida por se desenvolver num piso acima da cota da rua, propondo uma piscina de água salgada protegida do movimento do arruamento, para além de bar e esplanada. O seu volume comprido e de altura contida contrasta com o edifício do hotel num animado jogo formal, enaltecendo a qualidade da obra de Peres Fernandes.

NOTA: As plantas apresentadas são referentes ao processo de modernização do Grande Hotel, datado de 1995. Contudo, o texto foi redigido com base na informação disponível acerca do projecto inicial de Inácio Peres Fernandes.



Planta do Piso de Entrada

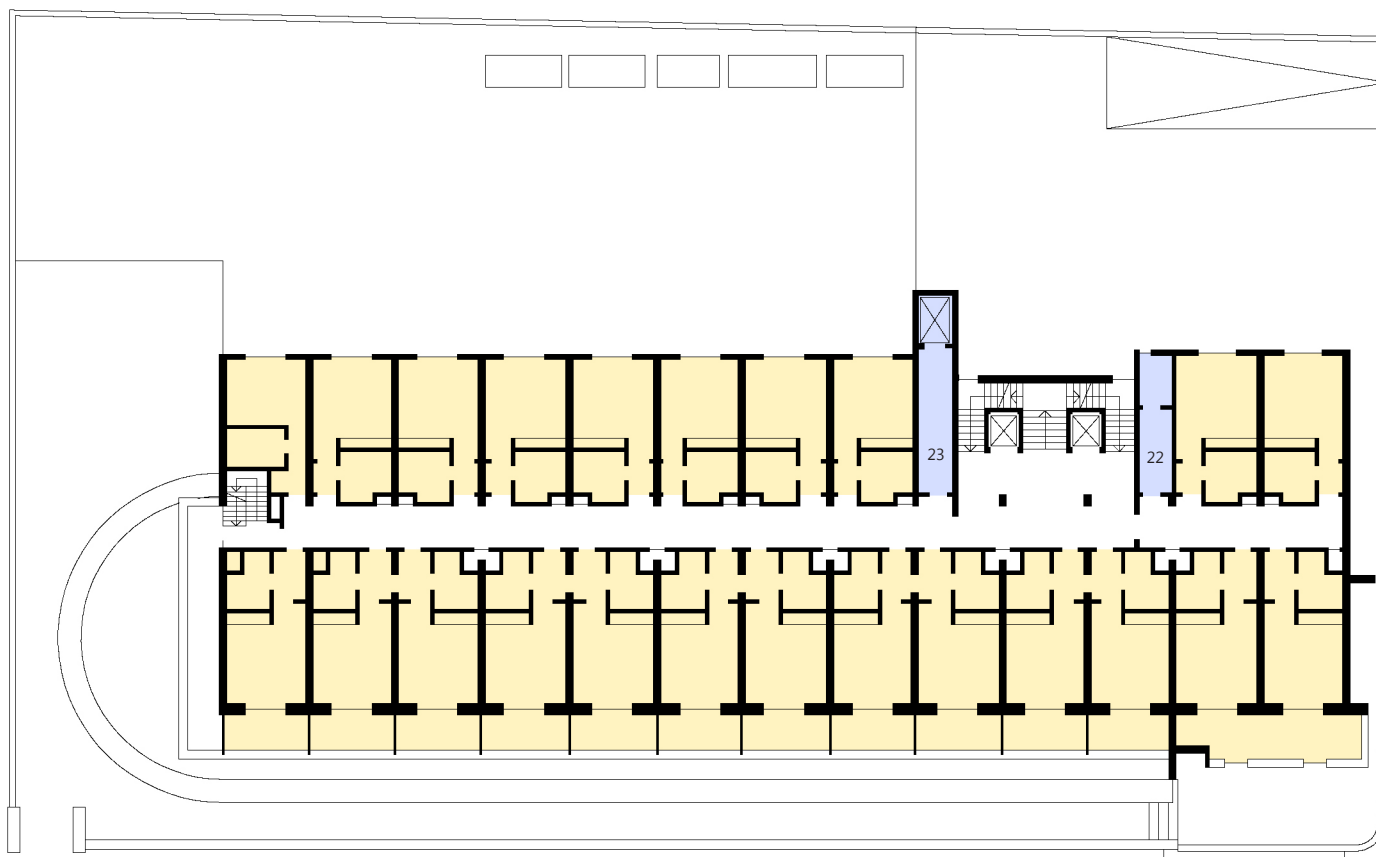
1. Entrada 2. Recepção 3. Foyer 4. Zona de Estar 5. Bar 6. Restaurante 7. Administração 8. Arquivo 9. Casa das Bombas 10. Vestiário e I.S. do Pessoal 11. I.S. Público
 12. Controlo 13. Lixo 14. Sala de Bagagens 15. Arrecadação 16. Depósito de Roupa 17. Posto de Transformação 18. Cozinha 19. Economato 20. Sala de Refeições do Pessoal
 21. Entrada de Serviço

Áreas de serviço / técnicas



0 5 10m





48

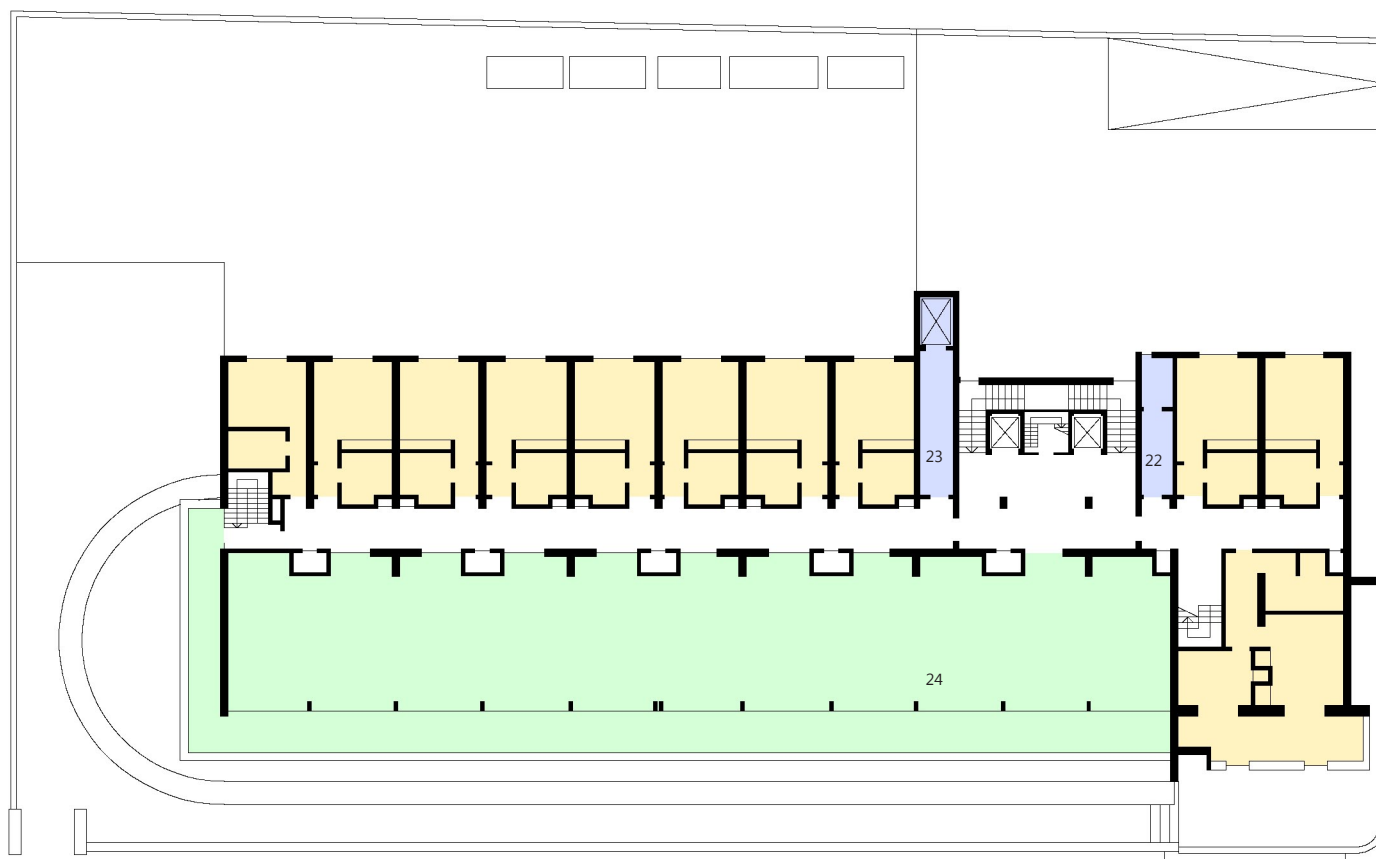
Planta dos Pisos de Quartos

22. Copa 23. Antecâmara

Áreas de serviço / técnicas  Áreas privadas (quartos) 

0 5 10m





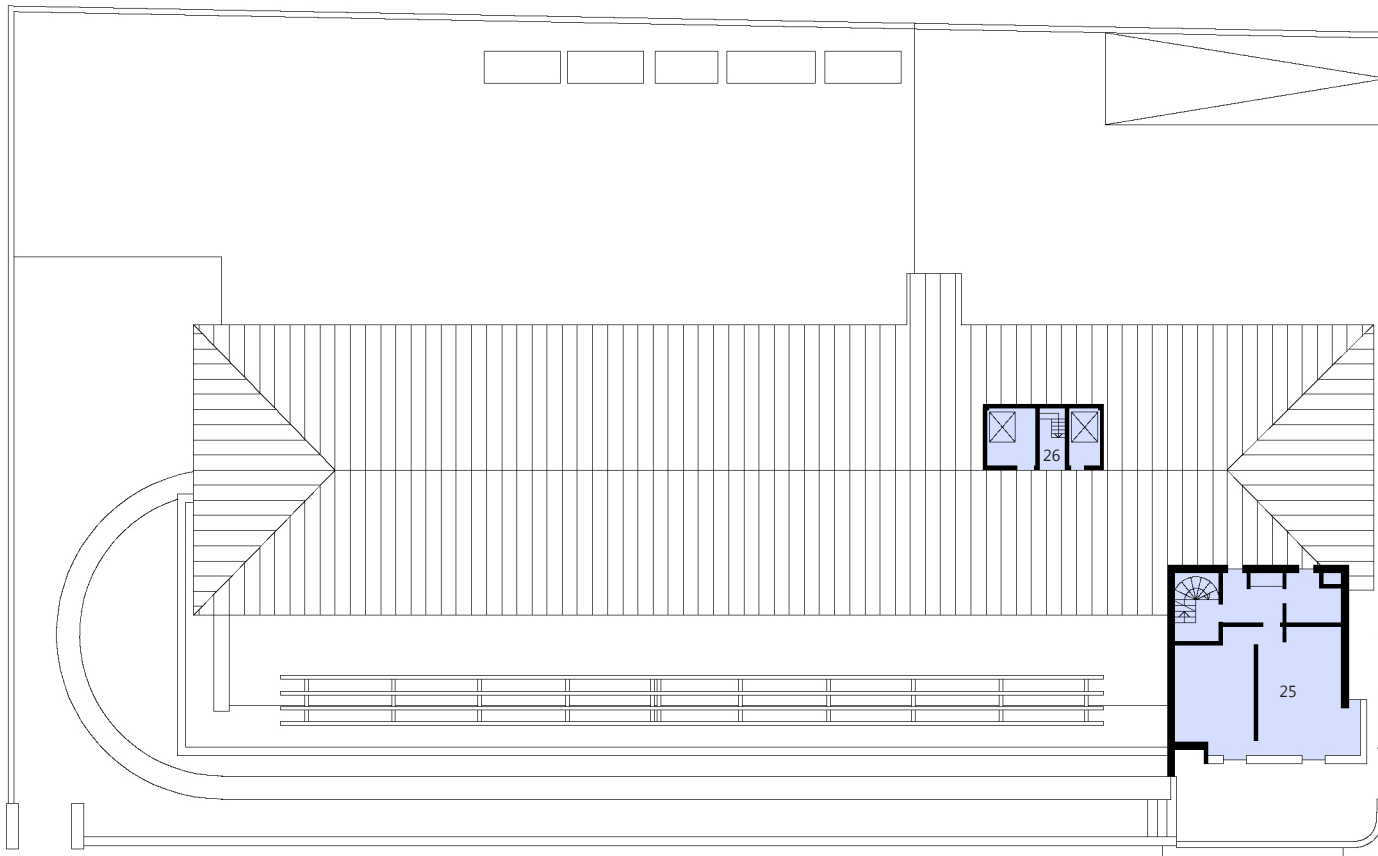


Planta do Último Piso



22. Copa 23. Antecâmara 24. Terraço

Áreas de serviço / técnicas  Áreas privadas (quartos)  Áreas exteriores públicas (varandas / terraços) 



50

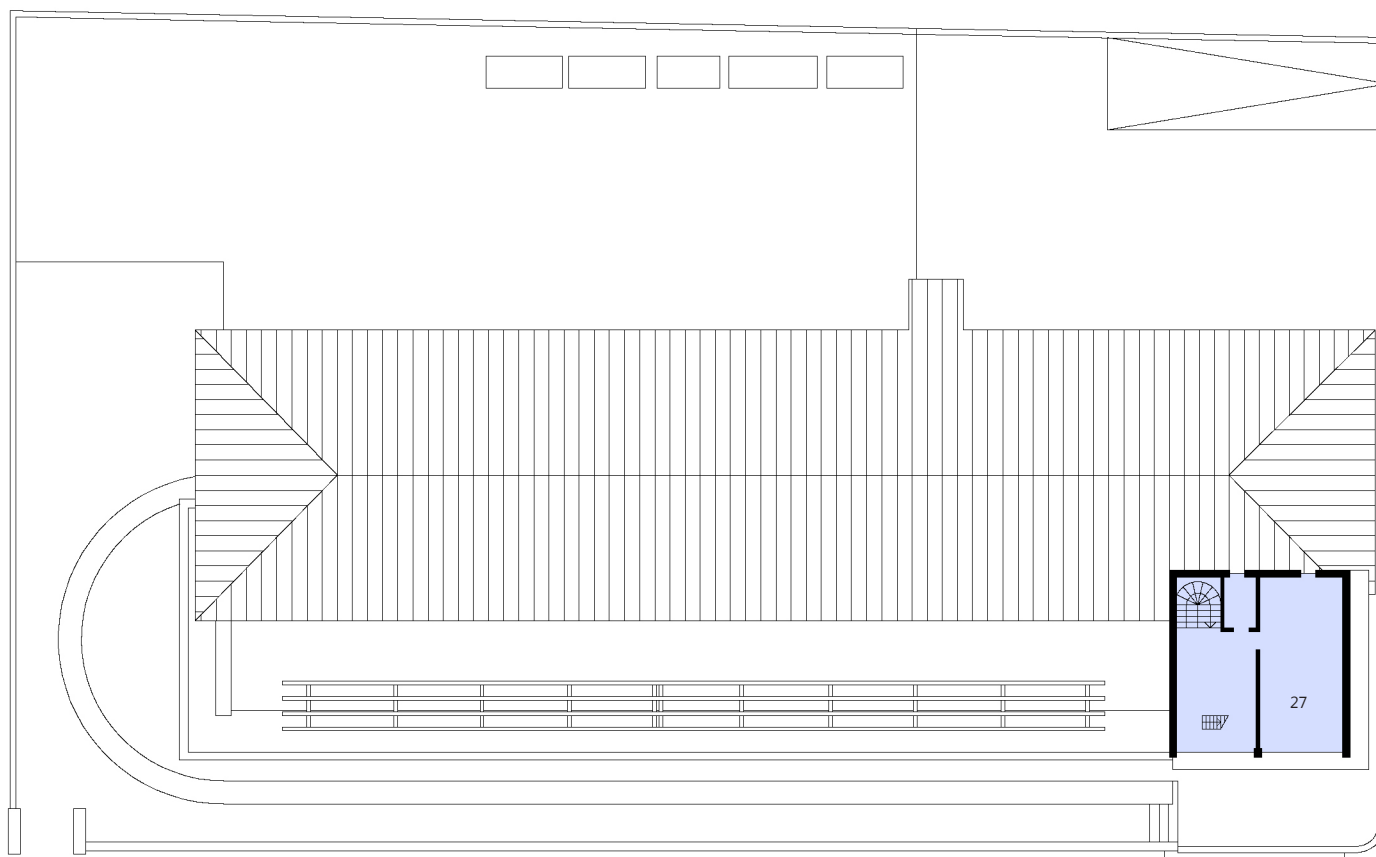
Planta da Cobertura

25. Quarto do Gerente do Hotel 26. Casa das Máquinas

Áreas de serviço / técnicas


0 5 10m





Planta da Torre

27. Arrumos

Áreas de serviço / técnicas 





HOTEL RITZ

Projecto de:

Porfírio Pardal Monteiro

Data de inauguração:

1959

Localização:

Lisboa

38°43,32.85'N / 009° 09,18.00' W

Capacidade:

300 quartos

O projecto do Hotel Ritz, apesar de não se enquadrar numa envolvente costeira como os restantes que serão abordados nesta prova e do seu programa revelar objectivos diferentes, não podia deixar de ser mencionado pela importância e pioneirismo que teve em Portugal. Trata-se de uma obra da autoria de Pardal Monteiro que, apesar de não a ter visto concluída, aquando da sua inauguração em 1959, marcou a hotelaria em Portugal com um edifício de qualidade fora de série e um programa abrangente e complexo, até então só concretizado nos países europeus que seguiam na vanguarda.

Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957), nascido ainda no séc. XIX, fez parte do grupo dos primeiros modernistas formando-se, como Carlos Ramos, por volta de 1920, tendo assinado algumas obras emblemáticas como o Instituto Superior Técnico, as Gares Marítimas de Alcântara ou a Igreja de N.ª Sr.ª de Fátima. Apesar da racionalidade das suas obras e da adopção dos códigos linguísticos modernos, a monumentalidade é uma característica indissociável do traço de Pardal Monteiro. Quer pelas simetrias de volumes e jogos de grandes escadarias, pela marcação das entradas através de grandes envidraçados e pilastras ou pela utilização de pedras nobres no revestimento de interiores, a escala humana tão do agrado racionalista soçobra à imponência.

A capacidade em expressar através das suas obras uma imagem de massividade e domínio foi determinante para a sua escolha como arquitecto do Regime pela mão de Duarte Pacheco, e levou-o a contribuir activamente na edificação durante o período do Estado Novo que buscava a sua afirmação através de uma arquitectura mais imperativa. Desenvolveu um papel predominante e inovador até à realização do I Congresso, no qual tomou parte na Comissão Executiva e que marcaria o início do declínio da sua geração no domínio do mercado. As novas gerações, descontentes com as imposições estilísticas do Governo e com a sua falta de abertura a novos moldes, reclamam uma "modernidade

plena, de cuja renovação técnica devia resultar uma renovação estética⁶⁵ que imprimiria mudanças no percurso profissional de Pardal Monteiro. A sua permeabilidade a estas novas reivindicações está patente nas opções para o Hotel Ritz, através da aceitação dos princípios modernistas veiculados aos CIAM e à Carta de Atenas.

Na memória descritiva para o Hotel Ritz pode ler-se que “a construção, em certos locais da Cidade, de alguns pequenos hotéis e a adaptação a este fim de edifícios concebidos com destino bem diverso não conseguiram, apesar de tudo, atenuar sequer o cada vez mais acentuado agravamento das necessidades de hospedagem provocado pela corrente turística⁶⁶. Por outro lado, a “construção de muitos novos hotéis (...) por toda a Europa livre⁶⁷ e a existência de uma “corrente de viajantes endinheirados (que) enche por toda a Europa os hotéis de grande luxo⁶⁸, alertaram o Governo para o défice do país na oferta de alojamento. A inexistência de um hotel de luxo com todas as características necessárias à recepção de altas personalidades na capital, lugar de maior fluxo turístico e capacidade hoteleira durante a primeira metade do séc. XX, levou a que Salazar “ordenasse” a construção de um edifício de tais requisitos, tendo para isso sido constituída a Sodim, Sociedade de Investimentos Imobiliários.

De facto, o modelo de hotelaria maioritário até aos anos 40, resultante de adaptações de palacetes ou edifícios comuns e com uma oferta de serviços muito reduzida, torna-se obsoleto e abre a porta a novas realizações. Os edifícios construídos de raiz, “de maior dimensão e exigência quanto ao traço arquitectónico⁶⁹, vestiam-se de materiais nobres nos átrios e corredores e ofereciam grande diversidade de distrações (sauna, ginásio, restaurante, bar-panorâmico), situados em áreas de crescimento urbano afastadas do centro, onde as restrições à edificação eram menores e as áreas disponíveis maiores, necessárias pela expansão dos programas.

A escolha de Pardal Monteiro para a realização de um projecto desta magnitude deveu-se essencialmente à sua ligação de

longa data ao Estado, que nele confiava, e ao facto de ter já relações profissionais com um dos sócios - inviabilizando a realização de um concurso público. O local para a implantação ficou resolvido com a venda por parte do Estado de um terreno no centro de Lisboa com aproximadamente 13.000m², junto ao Parque Eduardo VII, que oferecia condições excepcionais para a construção de um hotel que seria também o cartão de visita da capital e do país. A proximidade de um espaço verde, a facilidade de acesso ao centro da cidade e às vias de ligação com o aeroporto, a vista panorâmica sobre Lisboa que a cota do terreno permitia e a necessidade de valorização daquela área urbana, impulsionaram o arranque da obra.

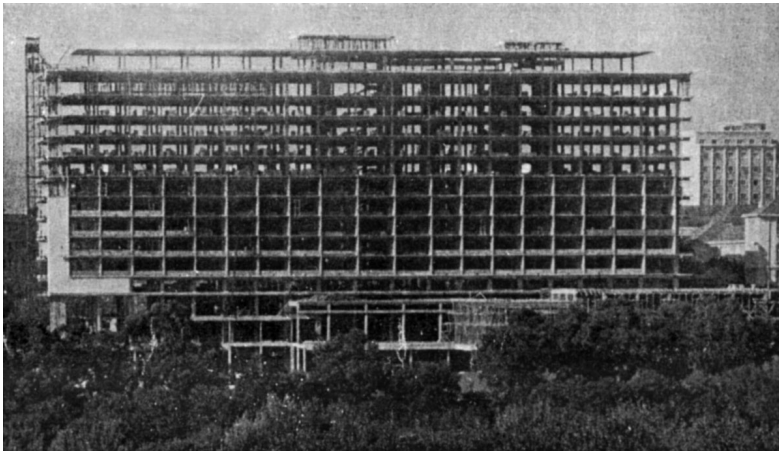
Pela sua complexidade, a necessidade de laborar com uma equipa numerosa impôs-se, tendo sido colaboradores activos Frederico Santana (chegou a ser director da revista *Arquitectura*) e Jorge Chaves, jovens arquitectos que pelo seu contacto com o que de mais recente se construía, contribuíram para a imagem final do hotel. Posteriormente esta dupla de arquitectos projectaria o Hotel do Garbe (1963), edifício de volumetria cuidada na falésia de Armação de Pêra que toca o areal.

O percurso projectual, iniciado em 1952, propiciou diferentes versões do programa constituído no máximo por 300 quartos, tendo sempre em conta as características do local, nomeadamente as diferenças de cota entre os dois vértices do terreno, a direcção dos ventos dominantes, as exposições solares preferenciais para os quartos e zonas públicas e a preocupação em valorizar o local “criando um conjunto arquitectónico que (...) pudesse contribuir para dar algum interesse a esta zona da Cidade⁷⁰. A versão final mantém a intenção explícita desde os primeiros desenhos de se demarcar do alinhamento de qualquer uma das ruas ou construções que circundavam o lote, desvinculando-se da malha urbana e sem impor uma axialidade como a presente no Instituto Superior Técnico. Destaca-se também em relação à envolvente e à forma



28. Terreno de implantação do Hotel Ritz

29. Hotel Ritz durante a fase de construção



como tinham sido apropriados até então os quarteirões traçados por Ressano Garcia, implantando um grande bloco sobre uma base ajardinada.

No essencial, dois corpos definem o programa e desvendam uma organização clara: um corpo de menor superfície e de geometria rígida desenvolve-se em altura, contendo as zonas privadas, assente parcialmente num mais baixo, mas de maior área, "espalhado" pela área disponível e de maior liberdade formal, albergando as funções públicas e técnicas. Este segundo corpo está dividido em 3 pisos, sendo que o mais alto e à cota da rua se afirma como piso principal por contemplar a entrada mais nobre e as zonas sociais mais frequentadas.

Imediatamente abaixo deste localizam-se as restantes zonas sociais e o piso de cota mais baixa é utilizado para garagens. Acima do piso de entrada, o elevado pé direito permite a existência de um piso intermédio que alberga os espaços destinados ao pessoal, com uma ligação em galeria até um corpo mais pequeno no exterior, no canto Noroeste, constituído por quartos para empregados pessoais de clientes do hotel.

O corpo mais alto, suportado parcialmente sobre pilotis e com um piso técnico na sua base, constitui-se por 10 pisos destinados a alojamento que se repetem, cada um com 30 quartos (número que provou ser o mais eficiente depois de diversos estudos) e áreas de apoio, coroado por uma cobertura que se previa vir a albergar um restaurante. As vantagens em não demarcar totalmente este volume do inferior passam por garantir uma maior e mais fácil ligação entre os programas públicos e os aposentos privados e, em termos formais, manter a coerência e uma expressão mais pesada mas de acordo com o seu estatuto altivo.

O Hotel Ritz evidencia-se por uma escala claramente superior à da cidade mas não entra em conflito com as construções limítrofes. A relação com a cidade não se esgota na envolvente directa e a altura do corpo dos quartos atribui a este edifício um

protagonismo e um efeito quase cenográfico que a sua localização sobranceira ao Parque Eduardo VII vem reforçar, afirmando um novo skyline para Lisboa. Como referido pelo arquitecto na memória descritiva, “Lisboa é a cidade sem torres, sem cúpulas, sem recortes, que quebrem a monotonia da sua chateza’, dizem todos os que nos visitam”, defeito que colmata “pela força das necessidades” mas com a preocupação de tirar partido de um “bom ajustamento local, afastando dos alinhamentos das ruas circundantes o corpo que mais se ergue, de modo a não afrontar as edificações vizinhas”⁷¹.

PROGRAMA

Piso de Entrada

Num programa destas dimensões, a necessidade de áreas de serviço mais extensas poderia condicionar o sucesso do hotel, caso não houvesse um planeamento cuidado na hierarquização e relação dos espaços, e um conhecimento dos movimentos de hóspedes e pessoal dentro do hotel. Como defende Pardal Monteiro, “a distribuição dos serviços só resultará eficiente quando concebida de modo a que todos contribuam para aquele fim nas condições mais úteis e favoráveis”, sem que o hóspede veja ou “suspeite da localização de todas aquelas instalações que, embora indispensáveis e vitais, lhe tirariam a ilusão de viver num local de prazer”⁷². A necessidade de criar circuitos de circulação diferentes, conciliando zonas de serviço e prevendo todas as situações possíveis assemelha este projecto ao ideal de Corbusier da casa como uma máquina de habitar.

O modelo de Marselha, que incluía para além da habitação um programa de comércio, escritório e serviços, com aproveitamento do terraço para zonas comuns, tem paralelo na criação de Pardal Monteiro que difere na forma como faz a distribuição das diferentes

valências. Neste caso, e porque “servir o hóspede, proporcionar-lhe a máxima comodidade, facilitar o seu acesso a todas as partes que lhe são especialmente reservadas, assim como ordenar os Serviços de maneira que o pessoal cabalmente desempenhe a sua missão”⁷³, o hotel ganha um estatuto de mundo à parte, onde devem ser postas à disposição todas as comodidades, sustentadas por uma rede invisível de serviço bem afinada.

O carácter de excepção deste edifício e o avanço em relação ao seu tempo também estão presentes na organização do programa e na sua abordagem moderna. A disposição das zonas comuns ultrapassa os problemas funcionais e assume um esquema quase diagramático, de fácil compreensão e orientação a partir dum ponto central situado logo a seguir à entrada que, para além de permitir um acesso horizontal às várias divisões do piso térreo, está na origem do eixo vertical que conduz aos pisos

30. Hotel Ritz, esquisso do vestibulo



de quartos. Encontrando-nos neste ponto de articulação, podemos aceder à Sala de Pequenos Banquetes e à de Pequenos-Almoços, estrategicamente situados junto às cozinhas a norte, permitindo ainda, por meio de escadas, o acesso ao piso inferior. A sul, uma escada que leva ao piso intermédio, uma zona de circulação ladeada por lojas, cabeleireiro, barbeiro, bar aberto para um espaço exterior e no final, uma grande escada de acesso ao Salão de Exposições, no andar imediatamente abaixo. Se do vestíbulo seguirmos a direcção nascente (a eixo da entrada), encontramos as zonas sociais mais frequentadas e com a melhor exposição: primeiro o Grande Salão, de seguida o Restaurante Principal e o Salão de Festas, os três disfrutando de amplas áreas envidraçadas e uma varanda virada ao Parque Eduardo VII, pairando sobre uma zona ajardinada que serve uma cota inferior.

O que marca a distribuição deste programa é o controlo

31. Hotel Ritz, Salão de Festas



sobre todas as situações e a preocupação em garantir máxima comodidade e celeridade no processo de recepção dos hóspedes.

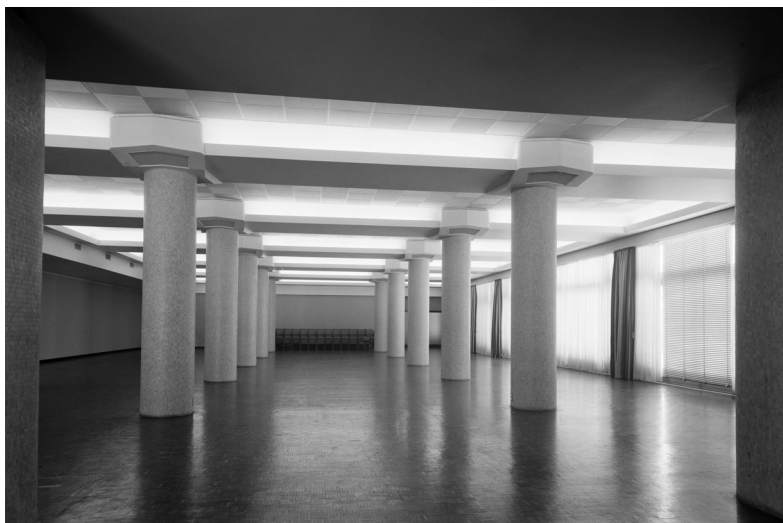
Esta eficiência é garantida por um grande núcleo de zonas de serviço que abrange a entrada e se expande para norte (porque são menores as exigências em termos de imagem e exposição), ocupando quase metade da área total do piso, donde se destaca o cuidado em prever zonas como o Serviço de Bagagens - sob alçada do porteiro e com acesso directo ao exterior -, o Posto de Fiscalização de entradas de pessoal e mercadorias, o Posto Médico, o Economato, a Cozinha com ligação aos Salões, ao restaurante e às duas salas de refeições de menor dimensão ou o Room Service, ligado aos pisos superiores por meio de 4 ascensores, garantia de um serviço rápido e sem falhas. Apesar de na zona dos serviços a distribuição não ser tão clara, a racionalidade foi posta no topo das prioridades, essencial para a criação de circuitos bem delineados que permitissem que a "máquina" continuasse o seu ritmo cadenciado mas imperceptível.

Outro aspecto inovador é a existência de entradas diferenciadas para o Salão de Festas, zona de convívio por excelência, directamente por dentro do edifício exclusivamente para os hóspedes e a partir do exterior através do piso inferior. A flexibilidade do salão e a pluralidade de usos que lhe estavam associados impunham a abertura do programa à cidade, permitida pela sua envolveria urbana, e abriam as portas à rentabilização do espaço, através da sua cedência para iniciativas externas ao hotel.

Nunca até agora um programa hoteleiro havia sido planeado com tal rigor, com tão grande variedade de espaços e riqueza formal e, simultaneamente, com a preocupação de dar a quem nunca tivesse entrado no edifício uma rápida percepção dos espaços à disposição.

Piso inferior (sob o de entrada)

O piso inferior, apesar de desenvolvido a uma cota mais



32. Hotel Ritz, Salão de Exposições

33. Hotel Ritz, Terraço do piso inferior



baixa em relação ao piso principal, encontra-se ainda elevado em relação à Rua Castilho. Este distanciamento é essencial para a manutenção da privacidade da zona ajardinada que caracteriza este nível. Aqui, as zonas destinadas aos hóspedes são em menor número e variedade, concentrando-se à volta do espaço verde trabalhado para uma sensação de alheamento do bulício exterior, tirando partido das vistas para o Parque Eduardo VII e da insolação propícia. O ajardinamento, apesar de mais extenso nas primeiras versões do projecto, vai de encontro aos ideais modernos de fruição do espaço exterior, apesar de subvertidos pelo programa. O tratamento do terreno com vegetação foi perdendo área à medida que a necessidade de mais amplas zonas técnicas se impunha, mas mantém-se a procura de uma imagem do edifício que pousa no verde.

Contudo, ao contrário do que era defendido na Carta de Atenas, esta área não serve o convívio e a utilização pública, antes segregando e isolando do ambiente exterior, criando-se um casulo dentro da cidade. Pardal Monteiro, não sendo um defensor acérrimo dos princípios modernos, deixou para segundo plano as formulações teóricas que defendiam a implantação sobre pilotis e a permeabilidade dos espaços públicos ao nível do piso térreo que, à luz da sua visão pragmática poderiam desvirtuar o programa.

Ao contrário do que sucede no piso principal, aqui são as zonas técnicas que ocupam a maioria da superfície coberta, enumerando-se as Centrais de Aquecimento e produção de água quente, a Central Eléctrica de Socorro, Tratamento de Águas, Posto de Transformação, Centrais de Ventilação e Condicionamento de Ar, Lavandaria, Rouparia, Oficinas e Instalações dos Empregados, valências pouco comuns mas que se exigem a um projecto desta dimensão que se quer auto-suficiente. As áreas destinadas à frequência social, em torno dos terraços que permitem o acesso aos jardins, são o Grande Salão de Exposições, o Jardim de Inverno, o Restaurante Grill e o Restaurante Típico, este último podendo funcionar também como "Dancing". Estes espaços que dentro do

quadro programático têm uma posição relativamente secundária e que, não sendo fundamentais a um programa hoteleiro, podem ser abertos a clientes fora do hotel, não devem causar qualquer interferência no normal funcionamento deste e são servidos por entradas independentes. “O Salão de Exposições necessita duma serventia própria, não só para a entrada do material ou dos artigos que forem expostos (automóveis, mobiliário, obras de arte, artigos de artesanato regional, modas, etc.), como para, quando conveniente, se facilitar a visita do público sem que este tenha de circular pelo interior do hotel”⁷⁴.

Abaixo do nível do piso inferior, e com entrada pela Rua Castilho (a leste, junto ao Parque Eduardo VII) encontra-se um piso destinado a garagens. A ligação ao interior do hotel é feita pelos ascensores que levam ao hall de entrada; uma segunda bateria de elevadores permite também o acesso às zonas de serviço e aos pisos de quartos.

Piso intermédio

O piso intermédio desenvolve-se acima do principal pelo aproveitamento parcial do pé direito alto, e dentro dos que pertencem ao corpo das zonas sociais, é o que tem a área inferior. A sua distribuição é estruturada por uma zona de circulação confinada entre as circulações verticais, junto às quais existe um núcleo central de chegada sobre o vestíbulo, denominada Grande Patamar. Deste, e dirigindo-nos para sul, acedemos à Sala de Jogos, Sala de Dactilografia, Sala de Leitura e Correspondência, caixa de escadas que leva ao piso abaixo e uma varanda coberta que remata o corredor. Estas salas, com alguma flexibilidade programática, tanto serviam os usos referidos como podiam, “quando da realização de congressos, servir para nelas se instalar o respectivo Secretariado, bem como as comissões de trabalho e, em certos casos, para a realização de reuniões”⁷⁵.

Como é regra nos restantes pisos (à excepção dos pisos de quartos, situados no volume mais alto), as divisões para o pessoal do hotel funcionam confinantes às dos hóspedes, neste caso englobando as residências do Director do Hotel e do Director do Restaurante, Copa, Arrecadação, Refeitórios e, através duma galeria que comunica com um volume no exterior a norte da entrada, os quartos para os empregados pessoais. Este possui um acesso pelo exterior, é constituído por 2 pisos sobre um andar térreo vazado ao nível da rua e articula-se com a zona de serviços do andar principal.

Piso técnico

As exigências infra-estruturais de um corpo de 10 andares, ocupado por quartos e respectivas instalações sanitárias, nomeadamente em termos de ventilação, abastecimento de água e drenagem de esgotos, levou à criação de uma grande caixa de visita com um pé direito de 2.20m e a mesma área dos pisos superiores.

As vantagens inerentes a este esquema prendiam-se com a facilidade de desviar as prumadas verticais provenientes dos quartos, levando-as na horizontal até às caixas de visita da rede geral de evacuação, para além de permitir a sua reparação sem incómodos. A área generosa desta galeria comporta ainda as condutas de ventilação e de distribuição do ar condicionado, as densas redes de canalizações de águas, electricidade e telefone, organizando-se a sua repartição horizontal e a chegada a todos os quartos sem complicações.

Apesar de se tratar de uma área pouco valorizada, é uma solução que evita sobrecarga de infra-estruturas nas paredes e junto aos pilares, prevenindo o aparecimento de problemas e oferecendo rápida solução, sem necessidade de deteriorar qualquer pavimento ou paramento do interior. Pardal Monteiro havia já utilizado este mesmo esquema no Hotel Tivoli, uma preocupação pouco comum

nos edifícios seus contemporâneos mas já estreada por Le Corbusier na Unité de Marselha, à qual o arquitecto português foi certamente buscar inspiração para as questões formais, técnicas e tipológicas.

Pisos dos quartos

Tratando-se de uma construção em altura orientada sobre o seu eixo longitudinal, e por forma a aproveitar o máximo do perímetro exterior, o partido adoptado para a distribuição dos quartos não podia ser outro que não uma galeria central. As comunicações verticais são asseguradas a meio desta galeria, num espaço que compreende os elevadores e a caixa de escadas, banhada por luz natural que acentua o seu carácter excepcional. Para além dos quartos, a necessidade de garantir os serviços com total eficiência ao longo dos 10 andares que se repetem, impõe a existência em todos eles de uma Copa de Andar (ligada ao Room Service do piso de entrada), dependências para a Governanta e criados de quartos, e arrumos para reservas, roupa e bagagens. Estas divisões estão localizadas na fachada Oeste, deixando para os aposentos as vantagens da sua exposição a Leste e, no interior, denunciam-se pelo alargamento da zona da galeria por questões funcionais, garantindo o cruzamento dos hóspedes com os carros de serviço de apoio aos quartos sem entraves.

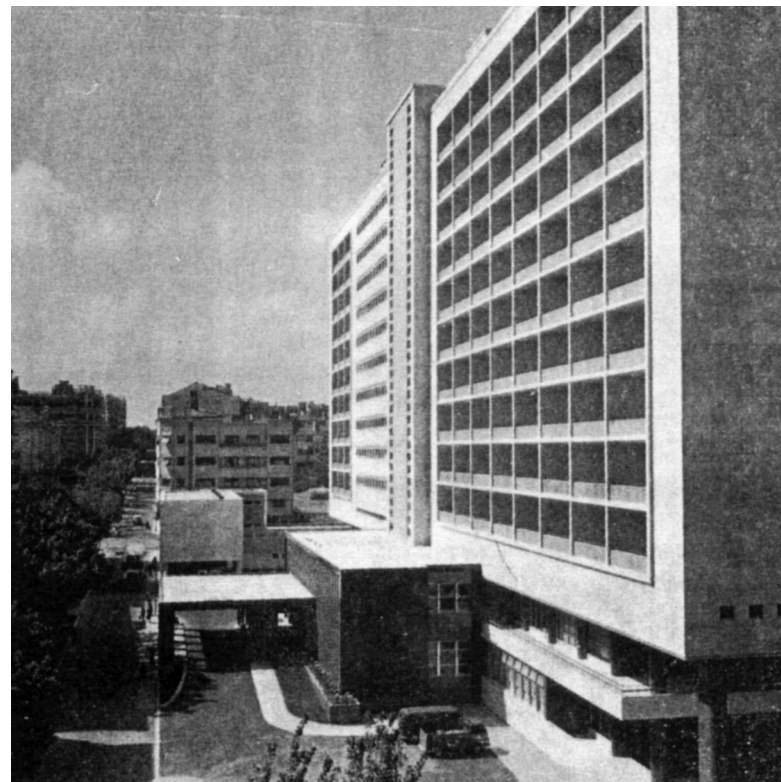
Os quartos, sucedendo-se como células habitacionais ao longo da galeria interior, são classificados em diferentes categorias consoante a sua área (variando desde 25 a 38m²), podem ser conjugados por forma a criar aposentos mais amplos e são constituídos por antecâmara, armários encastrados, um bloco de instalações sanitárias e varandas. Estas estão separados do interior por um vão envidraçado que ocupa toda a sua largura e foram projectadas para constituir uma barreira contra os ventos dominantes.

A versatilidade do uso dos espaços permite que apenas em

condições extraordinárias a capacidade seja de 300 quartos, já que em períodos normais é dado privilégio aos quartos dos topos e central, pela partilha de uma maior área em relação aos restantes.

A importância da fachada virada a nascente verifica-se não só em termos formais pelo uso da simetria, como também em planta pelo maior destaque atribuído aos quartos, em detrimento dos virados a Poente. De facto, e apesar de a frente ser a mesma em ambos os casos (5.20m), a maior profundidade da ala nascente resulta em áreas maiores e o esquema modular permite a combinação de um maior número de células (6, apenas 2 a poente).

34. Hotel Ritz, fachada Poente - relação do corpo de quartos com a entrada



Os quartos mais luxuosos situam-se a Sul, encerrando o piso em toda a sua largura, disfrutando de 2 varandas e da vista panorâmica mais ampla.

Cobertura

O tratamento da cobertura, sob a forma de terraço percorrível, acusa mais uma situação de filiação nos códigos modernistas e materializa a vontade da pureza volumétrica do corpo dos quartos. Pela sua localização e condições ímpares de que dispõe, a finalidade da cobertura seria servir um restaurante que se instalasse no volume já previamente estabelecido para esse fim – apesar de o espaço não ter sido apropriado à data de inauguração –, abrigado por uma comprida pala que, além das funções de sombreamento, permitia a ventilação das condutas sem que

35. Modelo do Hotel Ritz, fachadas Nascente e Sul



tão entusiasta como a de Corbusier (cujos espaços programados sustentam uma utilização mais frequente) ganha consistência e afirma-se nas opções dos arquitectos nacionais.

CONCRETIZAÇÃO FORMAL

O Hotel Ritz emerge num período pós-Congresso de defesa dos ideais modernos e só é possível pelo trabalho conjunto de arquitectos e engenheiros de diversas especialidades. A influência de colaboradores de gerações mais novas e a contribuição de engenheiros com perfeito domínio das técnicas construtivas associadas ao betão armado, propiciaram as ferramentas para o desenvolvimento de uma obra moderna, limpa e funcional. No seu conjunto, trata-se de uma obra muito rica, opondo a rigidez e autoritarismo do corpo alto dos quartos, altivo e parcialmente sobrelevado, ao corpo mais baixo, de limites mais retorcidos e moldado pela vontade da topografia do terreno.

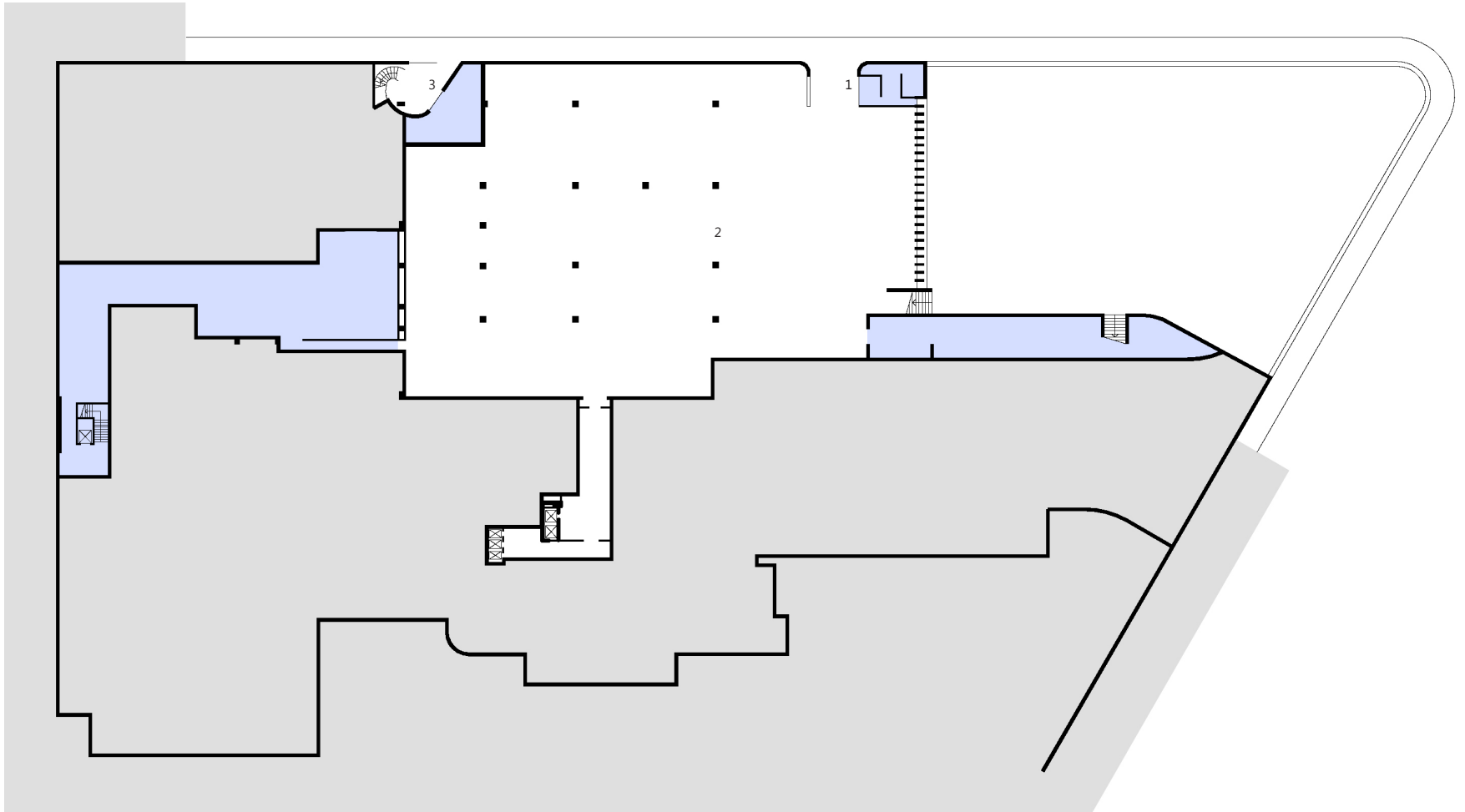
Em termos formais, as fachadas transpõem a linguagem internacional: as varandas utilizadas no corpo dos quartos, com motivações de carácter sobretudo funcional, permitem também a continuidade e unidade de desenho, o ensombramento dos envidraçados dos quartos e as condições de privacidade essenciais a espaços desta natureza. No corpo mais baixo, as fenestranças mais amplas estão associadas a espaços maioritariamente sociais de maior importância e vivência, que importa valorizar através das relações visuais e das qualidades do exterior. Contrastam com as pequenas aberturas reservadas às zonas técnicas e de serviço, essenciais para o bom funcionamento do hotel mas sempre escondidas na sombra.

Esta volumetria e linguagem modernas criaram alguns problemas para a aprovação do edifício, que o Estado, pela mão do SNI, teimava em não aprovar. Terá sido o responsável pelo parecer

técnico, Leonardo Castro Freire, posteriormente colaborador na obra que, por considerar o projecto "o melhor trabalho que em matéria hoteleira lhe tinha sido apresentado desde 1945"⁷⁶, permitiu a sua concretização.

Por se encontrar num lote urbano ladeado por ruas em todas as suas confrontações, não há uma clara diferenciação das fachadas em termos da sua importância, ainda que a Norte, por estar associada a unidades do programa menos nobres, tenha menor impacto. Com o seu trabalho na definição dos vãos, dos volumes e da distribuição dos diferentes espaços, Pardal Monteiro segue um dos princípios da Arquitectura Moderna e transparece a organização espacial interior para o exterior.

Contudo, Le Corbusier não ficaria satisfeito com a solução encontrada para o tratamento dos espaços exteriores. Quer pela área reduzida do lote (tendo em conta a extensão do programa pedido), quer pelo desnível acentuado dos pontos mais distanciados entre si, não foi possível criar uma plataforma verde de livre circulação sob o edifício, até porque nas situações em que este é assente sobre pilotis, a necessidade de privacidade e segurança obstrui os percursos de um caminho público livre. Se quando nos aproximamos do edifício por sul, a uma cota mais baixa, este parece pairar sobre a vegetação, com uma disposição diagonal à via que seduz, rapidamente nos apercebemos que a renúncia ao alinhamento dos arruamentos não surtiu efeito: o perímetro do lote, quase totalmente delimitado por espaços construídos - caso dos muros de suporte e das galerias Ritz, projectadas posteriormente por Castro Freire em 1964 e sem qualquer ligação interna ao hotel -, isolam o edifício num podium inacessível, apenas quebrado pelas entradas pontuais para os espaços de restauração ou exposições. "A indispensável nacionalização dos solos"⁷⁷ falha redondamente, num gesto que protege e resguarda os hóspedes.

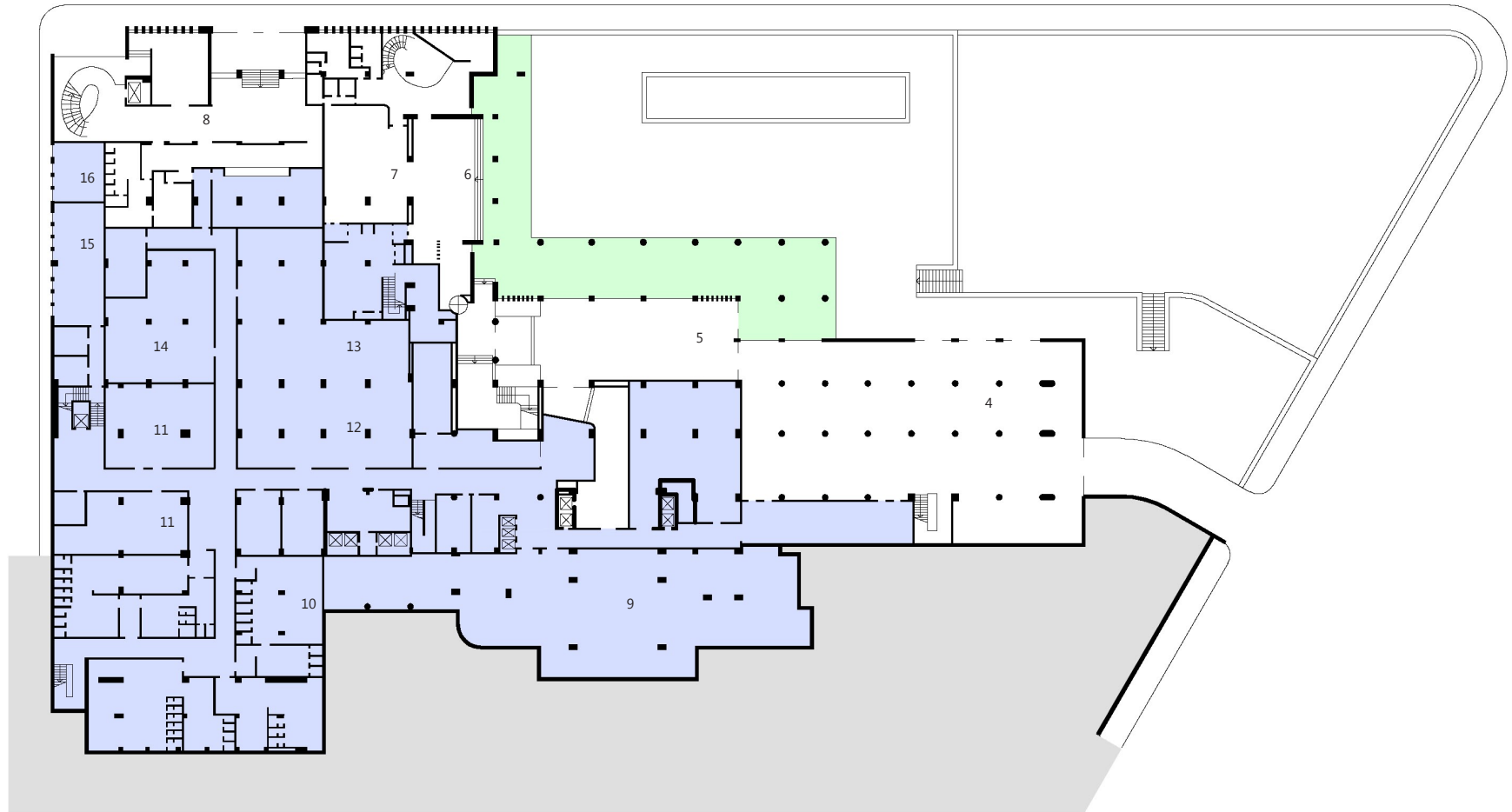


Planta da Garagem

1. Entrada e controlo 2. Lugares de garagem 3. Acesso aos Restaurantes

Áreas de serviço / técnicas





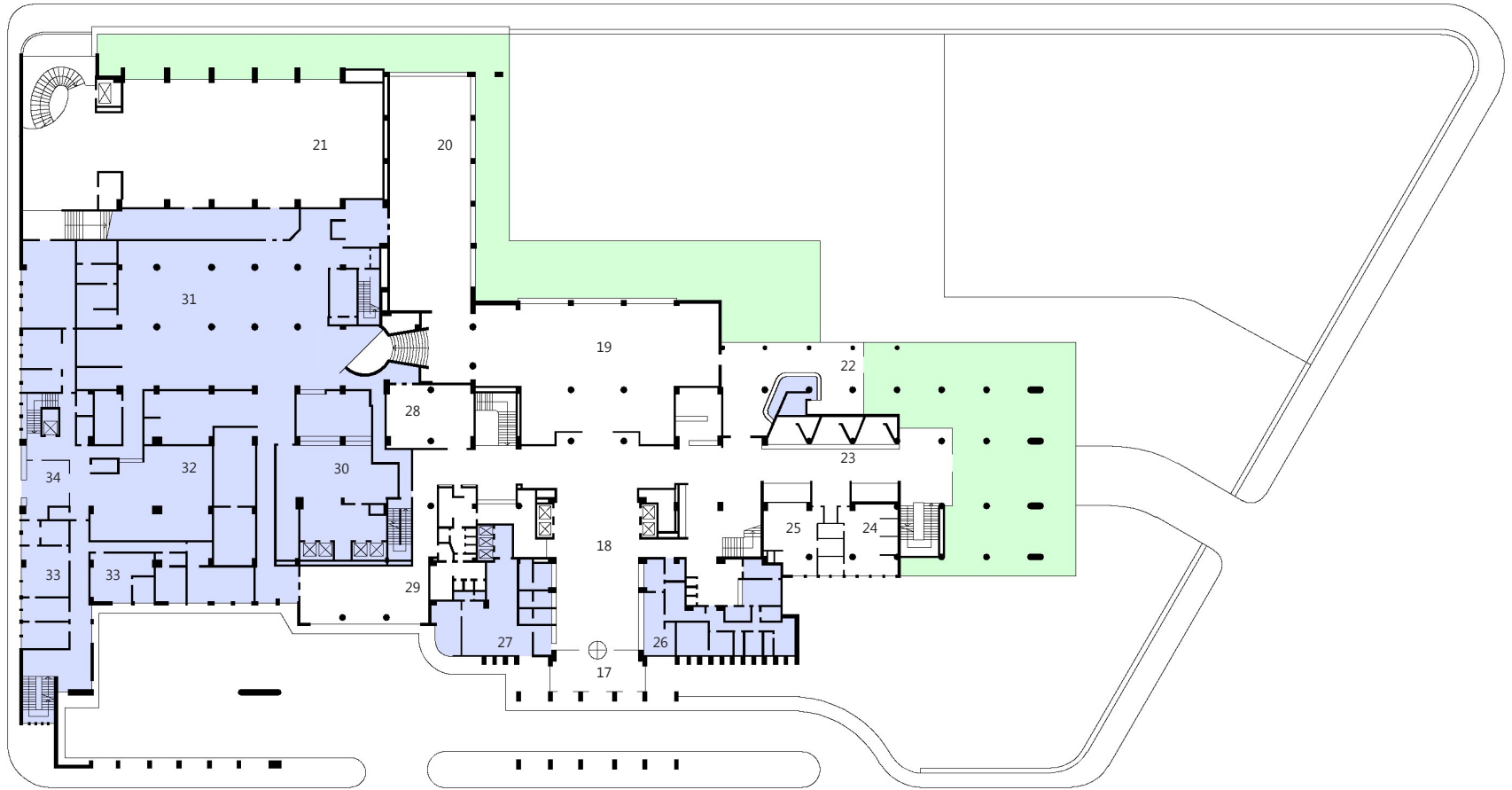
Planta do Piso Inferior

0 5 10m



4. Grande Salão de Exposições 5. Jardim de Inverno 6. Restaurante Grill 7. Restaurante Típico / Dancing 8. Acesso ao Salão de Festas 9. Lavandaria Rouparia 10. Instalações dos Empregados 11. Oficina 12. Aquecimento e Produção de Água Quente 13. Tratamento de Águas 14. Central de Ventilação e Condicionamento de Ar 15. Central Eléctrica de Socorro 16. Posto de Transformação

Áreas de serviço / técnicas Áreas exteriores públicas (varandas / terraços)

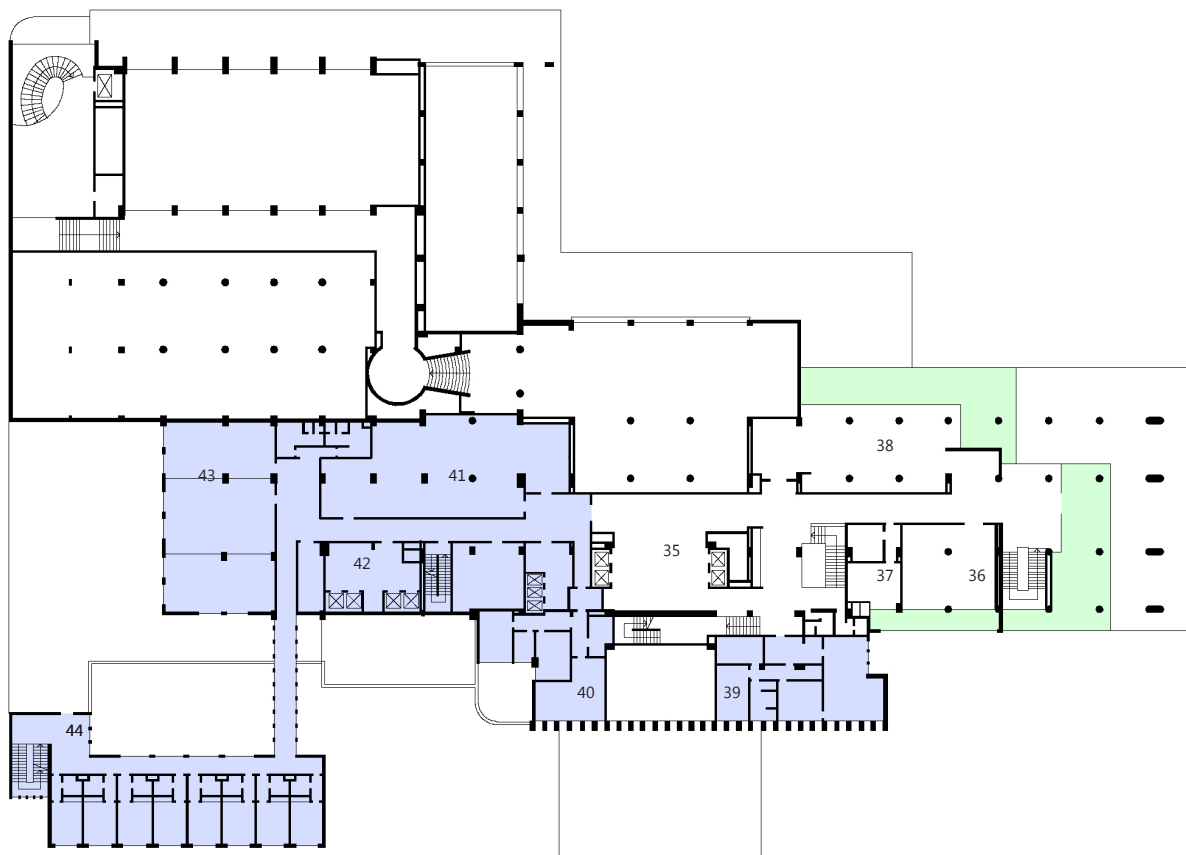


Planta do Piso de Entrada



17. Átrio 18. Vestíbulo 19. Grande Salão 20. Restaurante Principal 21. Salão de Festas 22. Bar 23. Lojas 24. Cabeleireiro 25. Barbeiro 26. Recepção / Administração
27. Bagagens 28. Pequenos Banquetes 29. Pequenos Almoços 30. Room Service 31. Cozinhas 32. Economato 33. Serviços Administrativos 34. Entrada de Serviço

Áreas de serviço / técnicas Áreas exteriores públicas (varandas / terraços)

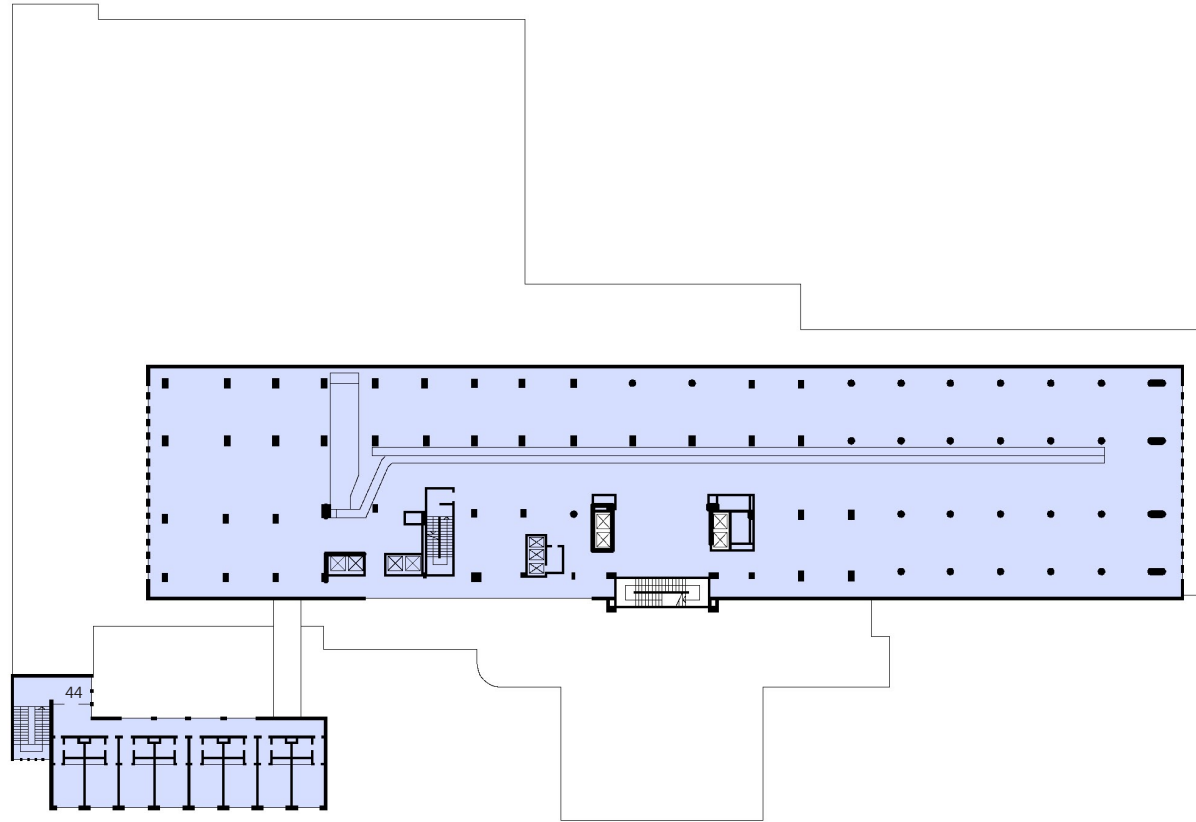


Planta do Piso Intermédio



35. Grande Patamar 36. Sala de Jogos 37. Sala de Dactilografia 38. Sala de Leitura e Correspondência 39. Residência do Director do Hotel 40. Residência do Director do Restaurante 41. Arrecadação 42. Copa 43. Refeitórios de Pessoal 44. Quartos de Empregados Pessoais

Áreas de serviço / técnicas Áreas exteriores públicas (varandas / terraços)

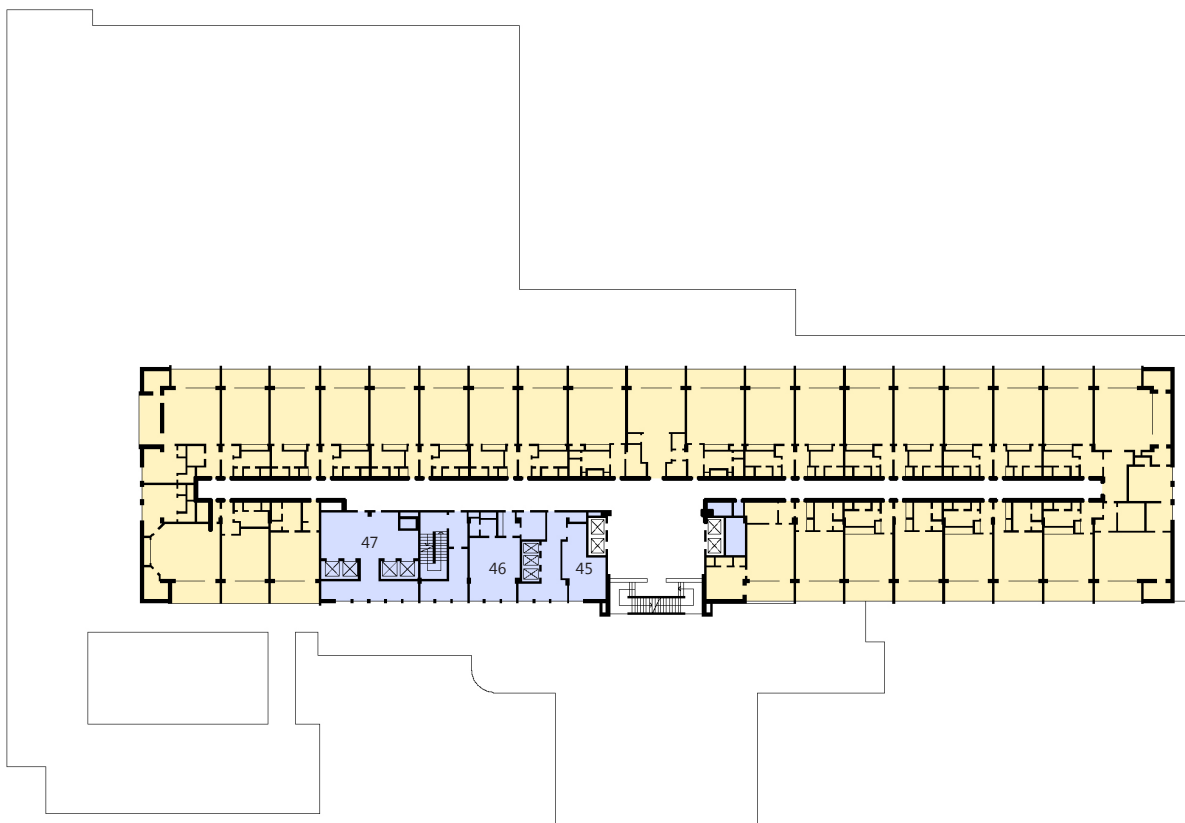


Planta do Piso Técnico

44. Quartos de Empregados Pessoais

Áreas de serviço / técnicas



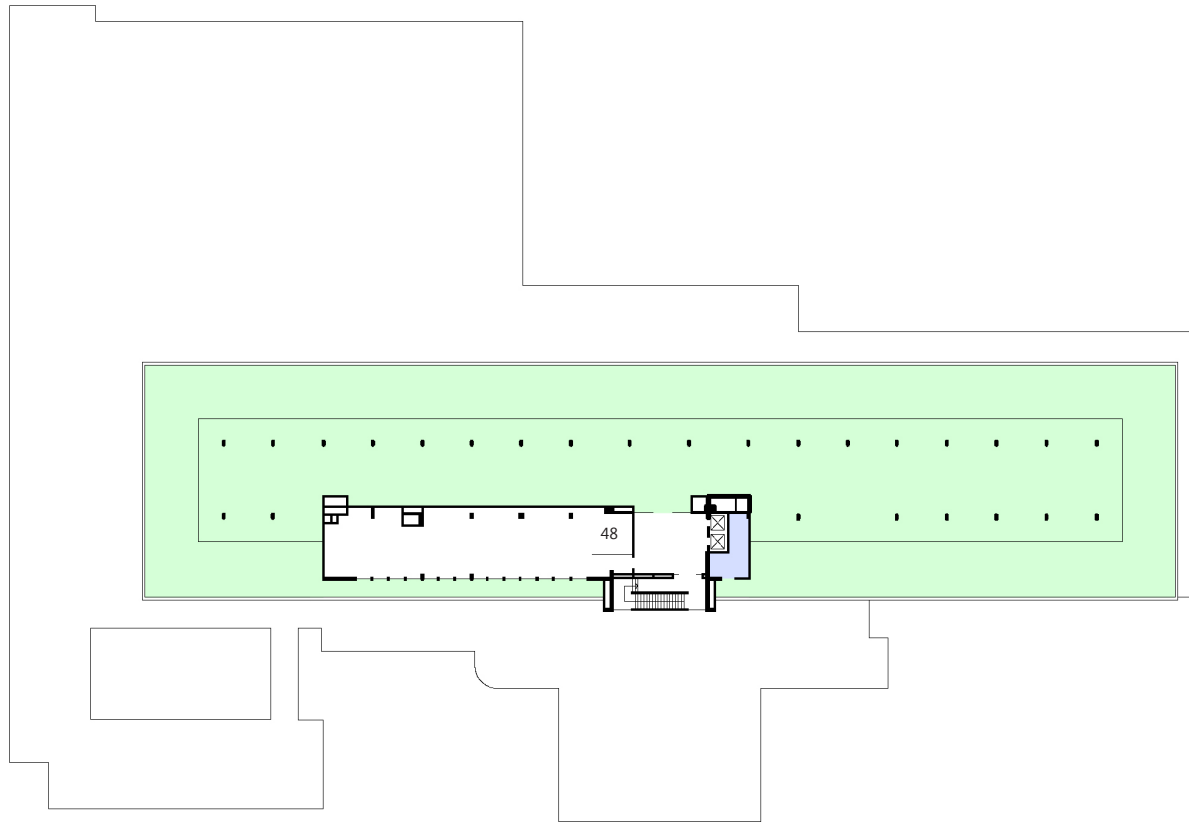


Planta dos Pisos de Quartos



45. Arrumos de Roupa e Bagagens 46. Quarto da Governanta 47. Copa de Andar



Áreas de serviço / técnicas  Áreas privadas (quartos) 



Planta da Cobertura



48. Espaço previsto para posterior ocupação

Áreas de serviço / técnicas  Áreas exteriores públicas (varandas / terraços) 



HOTEL DO MAR

Projecto de:

Francisco Conceição Silva

Data de inauguração:

1962

Localização:

Sesimbra

38° 26,59.60' N / 009° 06,36.09' W

Capacidade:

70 quartos

O Hotel do Mar é das obras mais marcantes de Francisco Conceição Silva, implantada numa colina debruçada sobre o mar da vila piscatória de Sesimbra. O arquitecto, nascido em 1922, fez parte da geração que afirmaria os ideais modernos no I Congresso e através dos CODA (Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto), concluiu a licenciatura na E.S. de Belas-Artes em Lisboa. Contemporâneo de nomes como Nuno Teotónio Pereira, Manuel Tainha ou Fernando Távora, frequentou o curso em estreito convívio com artistas ligados à pintura e escultura, caso de Almada Negreiros, João Cutileiro ou Júlio Pomar.

Será da proximidade com estas personalidades que Conceição Silva defenderá o conceito de Arte Total na prática arquitectónica, a aproximação das disciplinas artísticas para a concretização dum mesmo objectivo: a percepção da obra completa enquanto um todo, um conjunto harmonioso tendo por base a arquitectura. É a crença neste ideal que, décadas mais tarde, levará à constituição de um atelier pioneiro em Portugal, integrando profissionais das mais diversas áreas.

O início da sua actividade foi mais modesto, tendo iniciado em 1942, ainda sem o diploma (que só chegaria 7 anos mais tarde, em 1949), um trabalho em parceria com o arquitecto Adelino Nunes (1903-1948). Participou activamente no grupo ICAT (Iniciativas Culturais Arte e Técnica) e tomou parte nas exposições Gerais de Artes Plásticas, promovidas pelo MUD (Movimento de Unidade Democrática) no Porto, tendo chegado ao I Congresso Nacional de Arquitectura como acérrimo defensor do movimento moderno, em oposição aos moldes do Estado Novo e ao magistério de obras públicas de Duarte Pacheco. A partir de 1950 inicia a sua actividade em nome individual, primeiro no desenho de mobiliário e posteriormente com o projecto de lojas para a Baixa lisboeta, das quais se destaca a Loja Rampa, de 1955, associando a arquitectura ao design comercial.

A encomenda para a construção do Hotel do Mar parte da iniciativa privada, pela

mão do decorador João Alcobia, dono da Casa Jalco (com a família Gonçalves), uma importante loja de mobiliário sediada no Chiado, em Lisboa. A proximidade entre projectista e cliente e o perfeito entendimento entre ambos permitiu a Conceição Silva a aplicação do seu conceito de arte total, pela primeira vez numa obra de grande envergadura. A ambição em tornar Sesimbra um importante destino turístico propiciou o investimento num novo conjunto hoteleiro, numa altura em que apenas existiam “o pequeno hotel Espadarte e a Pensão Náutico, que viviam essencialmente dos adeptos da pesca desportiva de alto mar ao espadarte”⁷⁸.

Desde meados do séc. XIX que Sesimbra era frequentada por habitantes da área de Lisboa e do Alentejo, atraídas pelas propriedades terapêuticas que as águas ricas em iodo prometiam. Contudo, até à primeira metade do séc. XX, poucas foram as intervenções nesta comunidade, registando-se na década de 1940 a abertura do primeiro restaurante e na década de 1950 a construção do primeiro hotel de raiz, o Hotel Espadarte (1957). Esperava-se que a abertura da ponte sobre o Rio Tejo, à data já planeada, desse novo impulso à zona Sul e facilitasse o acesso às praias inseridas no grande maciço calcário da Serra da Arrábida.

Numa altura em que se espalham construções de “arquitectura medíocre”, desde “a Caparica até Vila Real de Santo António”⁷⁹, o Hotel do Mar destaca-se destas intervenções e traz uma lufada de ar fresco e alívio, implantando-se de forma harmoniosa e contida na encosta de grande declive com vista panorâmica sobre a baía e o aglomerado mais antigo. A obra de Conceição Silva merece destaque nesta prova final não pela sua linguagem, mas pela implantação cuidada e proporcionada, qualificando o processo de estabelecimento de hotéis de luxo junto à linha costeira iniciado pelo Grande Hotel da Figueira.

Trata-se claramente de uma experiência na abordagem ao estudo das necessidades de alojamento para um aglomerado de menor dimensão que, pelo seu carácter precursor, enfrentou algumas

adversidades e justificou posteriores acertos e ampliações.

Na memória descritiva acerca deste projecto, o seu autor Conceição Silva descreve as dificuldades encontradas, uma vez que “foi elaborado com um desconhecimento quase total das necessidades turísticas existentes na região. Com efeito, a falta de dados estatísticos não permitiu estabelecer um programa tendo por base elementos seguros que pudessem conduzir a qualquer resultado positivo que melhor resolvesse as necessidades locais”⁸⁰. De facto, a ignorância das reais exigências de alojamento e serviços levou à construção de um programa constituído por 70 quartos, que veio a revelar-se manifestamente insuficiente por contar apenas com “apoio dum serviço de ‘snack’ que garantisse aos seus hóspedes refeições ligeiras, por se prever o recurso, como é corrente noutros casos, aos restaurantes típicos da região”⁸¹.

A maior preocupação do arquitecto residia na implantação harmoniosa de um conjunto com estas dimensões no terreno proposto com cerca de 4.500m², localizado entre o mar e um antigo castelo: “o factor que determinou a solução foi fundamentalmente a preocupação de assegurar a integração do novo edifício num ambiente tão caracterizado pela tradição e por uma vida actual que se localiza em torno do mar”⁸².

A relação com o sítio e as características locais, que se afastavam da edificação impositiva e alheada por parte do movimento moderno, são a chave para o desenvolvimento deste projecto: porventura sorvendo parte da atitude de Januário Godinho quando desenha as pousadas no Cávado, no final da década de 1940, também Conceição Silva valoriza a topografia e as linhas de vista, combinando materiais regionais.

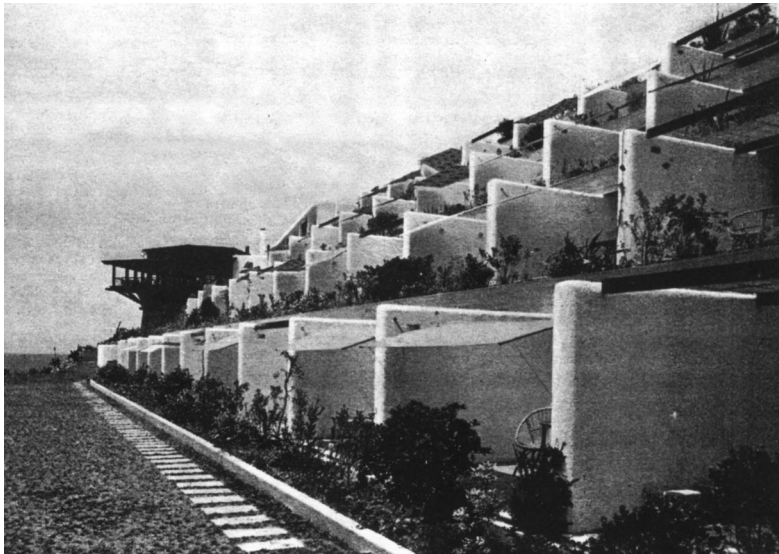
Esta posição crítica dos moldes internacionalistas do moderno está já presente em Keil do Amaral, arquitecto nascido durante a década de 1910 mas que rejeita uma vontade de constante reinvenção, antes adoptando uma atitude de autenticidade e simplicidade no seguimento da tradição popular portuguesa,

valorizando a relação com o lugar.

A solução encontrada para o desenho do hotel, num terreno de vantajosa exposição solar, virado a Sul e Nascente, é constituída por 4 pisos de quartos, com a entrada no nível mais alto, dispostos em degraus acompanhando a pendente do terreno e virados ao mar, contrapondo a horizontalidade das zonas privadas com a verticalidade das zonas sociais e serviços, contidas numa torre balançada sobre um plinto de alvenaria de pedra.

Este contraste é assumido também na adopção das técnicas construtivas, destacando-se o corpo de quartos, rebocado a cor branca e organicamente espraiado pela encosta, com a construção em madeira da torre que se assume como um pequeno forte, mas com uma varanda totalmente envidraçada que permite usufruir das vistas privilegiadas. A escolha dos materiais, numa combinação mediterrânica e de inspiração nórdica pela valorização da madeira, resultam numa unidade plástica que se estende a todo o interior

36. Hotel do Mar, vista do corpo de quartos com a torre em segundo plano



do edifício e transmite um sentimento de unidade.

A tentativa de Conceição Silva em conciliar uma linguagem moderna com o valor das tradições vai ao encontro da prática de Manuel Tainha, cuja interpretação mais emblemática é a Pousada de Santa Bárbara, situada em Oliveira do Hospital e cujo projecto teve início em 1954. Aqui, Tainha encontra-se a braços com uma envolvente essencialmente natural, cujo melhor partido procura potenciar através da utilização de materiais como a madeira e o granito, adoptando uma volumetria que não pretende impor-se no terreno, antes se subjugando à sua beleza.

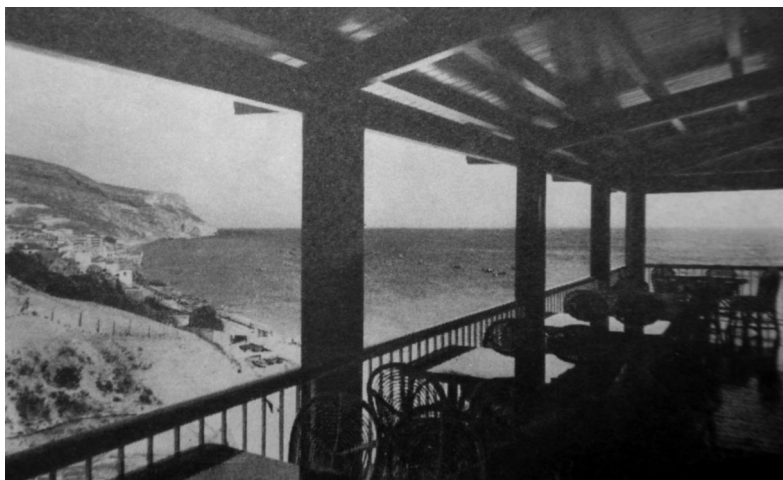
O Hotel do Mar, que seria inaugurado em 1962, valoriza a aldeia piscatória de Sesimbra e dinamiza a sua actividade, constituindo-se como principal pólo de atracção, ao mesmo tempo que impulsiona a expansão da vila para Poente.

PROGRAMA

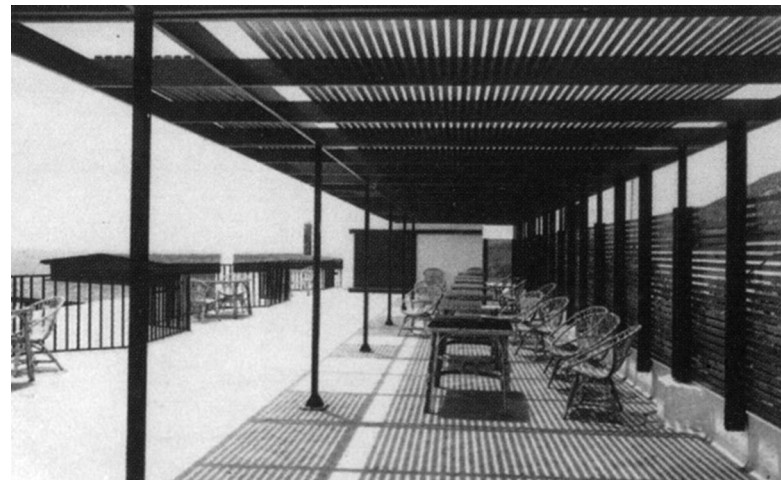
Zonas sociais e de serviço

O acesso ao hotel faz-se pelo 4º piso, zona de cota mais elevada do terreno virada a Poente. A existência de um arruamento (R.General Humberto Delgado) nesta frente e a discrepância do piso mais baixo, em termos altimétricos e lineares em relação à avenida marginal, justificam a escolha desta zona para ingresso no edifício, em detrimento de um acesso eventualmente mais vantajoso pela rua que palmilha a praia e onde a frequência de turistas é maior.

Uma vez no vestíbulo e caminhando perpendicularmente em relação ao eixo da galeria de distribuição dos quartos, o percurso é rematado pelo hall de acesso às zonas de convívio, desenhado com uma escada em caracol e dois elevadores que permitem as circulações verticais dentro do hotel. A sul do hotel encontram-se as zonas sociais, constituídas por uma sala de convívio, para a qual



37. Hotel do Mar, vista da varanda da sala de refeições



38. Hotel do Mar, solário e esplanada

se abre o bar, e uma sala de refeições, com pouco mais de 100m², onde são servidas as refeições ligeiras. Esta é a divisão onde se concentram os hóspedes, uma área beneficiada por se abrir à vista para o mar e exposição solar a Sul e Nascente através de vãos totalmente envidraçados.

As zonas de serviço, viradas a Poente, encontram-se organizadas entre a zona de entrada e a sala de refeições, permitindo o contacto com a área da recepção. A copa e cozinha, de capacidade apenas suficiente, estão ligadas ao piso inferior por uma escada e elevador de serviço, onde se localizam as restantes divisões destinadas ao pessoal.

A cobertura do corpo dos quartos, na qual se optou por uma solução de cobertura plana, permite o seu aproveitamento para a criação de um solário e esplanada virados ao mar. O terraço é servido por escadas no interior para serviço, e no exterior para acesso dos hóspedes, sendo o sombreamento garantido por uma pérgola de desenho cuidado onde mais uma vez é valorizada a utilização da madeira.

A influência da arquitectura escandinava também se evidencia na escala humana impressa aos espaços e no cuidado dedicado aos aspectos como a intimidade e vivência nos quartos.

No piso imediatamente abaixo ao de entrada, o hall que se repete com a mesma área do do piso superior faz a divisão entre a zona destinada aos hóspedes e a do pessoal, situada na base revestida a pedra que projecta a torre da sala de estar. Na zona técnica, que contempla uma entrada de serviço independente e estabelece circuitos diferentes para empregados e utentes, articulam-se as Caldeiras, o Tratamento de roupas, Vestiário e sanitário de pessoal, Quartos e Sala de Pessoal e uma divisão para Arrecadação. É servida por pequenos vãos que se exprimem discretamente na fachada, em oposição aos grandes envidraçados das zonas de maior frequência, o que permite destriçar claramente através do exterior as funções que se desenrolam no interior.

Com comunicação para o Hall existem ainda os sanitários para homens e senhoras, destinados a servir as zonas sociais do piso principal. O programa simples e de áreas contidas, com reduzido

número de divisões de serviço, fraca oferta em termos lúdicos e sem quaisquer infra-estruturas invulgares, contrasta com a visão de planeamento mais abrangente verificada no Grande Hotel da Figueira, ainda que no que respeita à distribuição as soluções adoptadas não sejam muito diferentes.

A organização em torno de um hall de entrada, definindo um eixo vertical que se ramifica para as zonas privadas através de eixos bem definidos, proporciona um esquema fácil e de orientação simples, característica recorrente nas obras de carácter funcionalista. Também a definição de percursos alternativos para hóspedes e serviços é um aspecto que importa salientar, uma vez que só assim é possível garantir o funcionamento do hotel dentro das melhores condições.

Zonas privadas – quartos

O corpo dos quartos é estruturado em degraus e todos os aposentos disfrutam da mesma orientação por se encontrar encostado ao terreno, parcialmente enterrado. A distribuição é feita por uma galeria que se encontra no lado poente de cada piso, com uma ligeira inflexão que acompanha a topografia do terreno. Esta torção no volume, que permite a abertura de pequenos espaços de estar servidos por varanda, cumpre o propósito de mascarar o verdadeiro comprimento da galeria e permitir a entrada de luz natural num espaço sombrio que, pela sua extensão e pelo facto de ser subterrâneo, com apenas uma janela no topo, implica a iluminação através de luz artificial.

Para permitir o serviço de refeições, todos os andares são servidos por uma copa, ligados por intermédio de um elevador de serviço. Apenas no 3º piso é possível circular em paralelo à galeria de acesso dos quartos, através de um corredor pelo qual se distribui o economato e que liga a zona de serviço à copa de piso.

Esta solução, condicionada pela distribuição linear dos

quartos, implica um jogo complicado de comunicações verticais e horizontais para evitar cruzamentos no acesso aos aposentos mais distantes.

Os quartos, com áreas entre 19 e 48m², possuem duas configurações diferentes: os mais pequenos, em maior número e com uma frente de 3m correspondente a um módulo, são constituídos pelo dormitório, instalação sanitária e roupeiro; os maiores, apenas três no 4º piso e designados por apartamentos, têm uma frente de 6.20m (correspondente a 2 módulos) e acrescentam aos anteriores uma zona de estar na zona oposta à da entrada.

Nos quartos mais reduzidos procurou criar-se uma “zona de convívio em torno do vão, onde se localizam lateralmente os tradicionais bancos tão característicos da nossa arquitectura popular”⁸³. Todos possuem varandas, não só para garantir a privacidade, mas essencialmente para o enriquecimento da relação com o exterior, prolongando a área do dormitório.

A valorização do espaço externo, numa região de clima favorável e sem as desvantagens do ambiente urbano quanto ao ruído e intimidade, levou à procura de uma solução que evitasse a colocação de guardas nas varandas. Esta materializa-se numa floreira de largura suficiente para garantir a segurança e sombreamento do vão dos quartos inferiores, trazendo um pouco da imagem dos jardins suspensos que Corbusier defendia, ao mesmo tempo que incrementa a sensação de amplitude. A rejeição do modelo de varanda em caixa, amplamente utilizado e conotado com a arquitectura brasileira, mas de carácter mais fechado e restritivo, atesta a preocupação em criar ambientes intimistas mas abertos.

O primeiro piso, que se relaciona directamente com a cota mais baixa do terreno e à frente do qual se desenvolve um pequeno planalto ajardinado, permite a saída para o exterior e usufruto de uma zona de estar relvada, elevada em relação à avenida marginal junto à praia, uma área onde posteriormente seria construída a piscina do hotel.

CONCRETIZAÇÃO FORMAL

O controlo do desenho de todos os elementos do edifício, passando pelo mobiliário e iluminação, permitiu a Conceição Silva projectar o interior de forma consistente e em continuidade com o exterior. Apesar de “a verba de que se dispunha não (ter permitido) a colaboração de artistas plásticos, o que se considerou desde o início como um condicionamento ao programa”⁸⁴ e ter deixado mais longe a ideia de arte total, o arquitecto soube tirar partido dos materiais e técnicas construtivas para criar ambientes agradáveis, dos quais se destaca a sala de refeições. A utilização da madeira para a estrutura da cobertura, em complemento com a mobília desenhada na mesma matéria-prima, oferece uma ambiência convidativa e confortável ao estilo nórdico com o qual o arquitecto estava familiarizado, por ter observado de perto a mostra de arquitectura finlandesa na SNBA (Sociedade Nacional de Belas Artes) em 1960⁸⁵.

O desajuste do conteúdo programático e o seu desfasamento em relação às exigências das massas turísticas ficaram muito claros pouco tempo depois da inauguração, e levaram a uma série de ampliações desenhadas pelo próprio Conceição Silva, numa imagem semelhante núcleo inicial do Hotel do Mar. De facto, quer pelo “sucesso, traduzido pela procura que o Hotel teve, logo após a sua abertura”, quer pela exiguidade do terreno de que se dispunha para o conjunto hoteleiro, “que limitou duma maneira considerável a realização não só da piscina mas também de outros edifícios de apoio ao Hotel”⁸⁶, o investidor entendeu que deveria ser feita uma injeção de capital por forma a dotar a obra de melhores argumentos para maior atractividade.

A piscina, que não foi construída inicialmente mas já tinha sido pensada pelo arquitecto, justificou a sua construção por não existir à data nenhuma em Sesimbra, que continuava ainda com um

défice na oferta de alojamento. O projecto, de 1963, abrangia dois tanques (um mais pequeno para crianças) instalados ao nível do 1º piso, com formato circular, em contraponto às linhas ortogonais do edifício. Os balneários e zonas técnicas adossadas concretizam-se a uma cota inferior.

Da mesma forma, a afluência à sala de refeições do hotel acabou por se cifrar acima dos números esperados, já que se previa que a oferta de restauração da vila absorvesse não só as preferências dos habitantes como também dos próprios hóspedes do Hotel. De forma a colmatar a deficitária capacidade da sala é construído em 1964 um novo restaurante de funcionamento independente e com capacidade para 120 pessoas. Localiza-se sobre o corpo Nascente dos quartos, aproveitando o terraço existente, com ligação ao edifício por monta-cargas e escadas, contemplando uma nova cozinha, instalações sanitárias para o público e para o pessoal. “Procurou-se que o novo pavilhão não destruísse o aspecto arquitectónico do edifício e que se integrasse perfeitamente em todo o conjunto”⁸⁷, tendo sido construído em madeira sob a forma de um leve volume recuado.

Ainda no mesmo ano, pela necessidade de ampliação da capacidade de alojamento do hotel, é proposta a construção de um volume alongado de dois pisos atrás da zona de entrada, num terreno a poente. Este corpo, situado do lado oposto do arruamento pelo qual se faz a entrada no hotel e acompanhando o seu desenho, albergaria 24 quartos, uma loja no piso térreo, copas de piso com zona de serviço em ambos os andares, garagem para cargas e descargas e, para garantir a ligação ao edifício principal do hotel, uma galeria subterrânea que relacionaria as zonas de entrada.

Esta solução acabou por não ser construída, preterida por uma segunda que faz uso do terreno comprado pela Casa Jalco em 1965 e que desce desde a piscina até à marginal, a Avenida do Atlântico. À semelhança do projecto original do hotel,



o novo corpo de quartos, virado a sul, utiliza o mesmo método encaixando-se na encosta e servindo de muro de suporte para o jardim e zona da piscina, numa articulação mais livre que cria uma certa tensão com o pré-existente. A adaptação às exigências mais apertadas dos turistas e a preocupação em oferecer um programa mais diversificado, que colmatasse as falhas de uma vila pouco desenvolvida, motivaram a construção de uma discoteca e de um restaurante, este último à cota da marginal, sob a forma de um pavilhão em madeira hexagonal.

O Hotel do Mar surge numa altura em que o próprio fenómeno do turismo se encontrava em transformação, por isso se justificando a necessidade de constantes ampliações e adaptações a um programa que é edificado sobre uma base estatística e uma análise inadequadas. O tempo de férias, entendido como um período de descanso completo, servia bem à oferta de praia existente na costa portuguesa; porém, a alteração desta corrente pela participação cada vez maior de turistas estrangeiros define os períodos de férias como espaço privilegiado para se experimentarem actividades diferentes, suportadas por empreendimentos cada vez mais extensos.

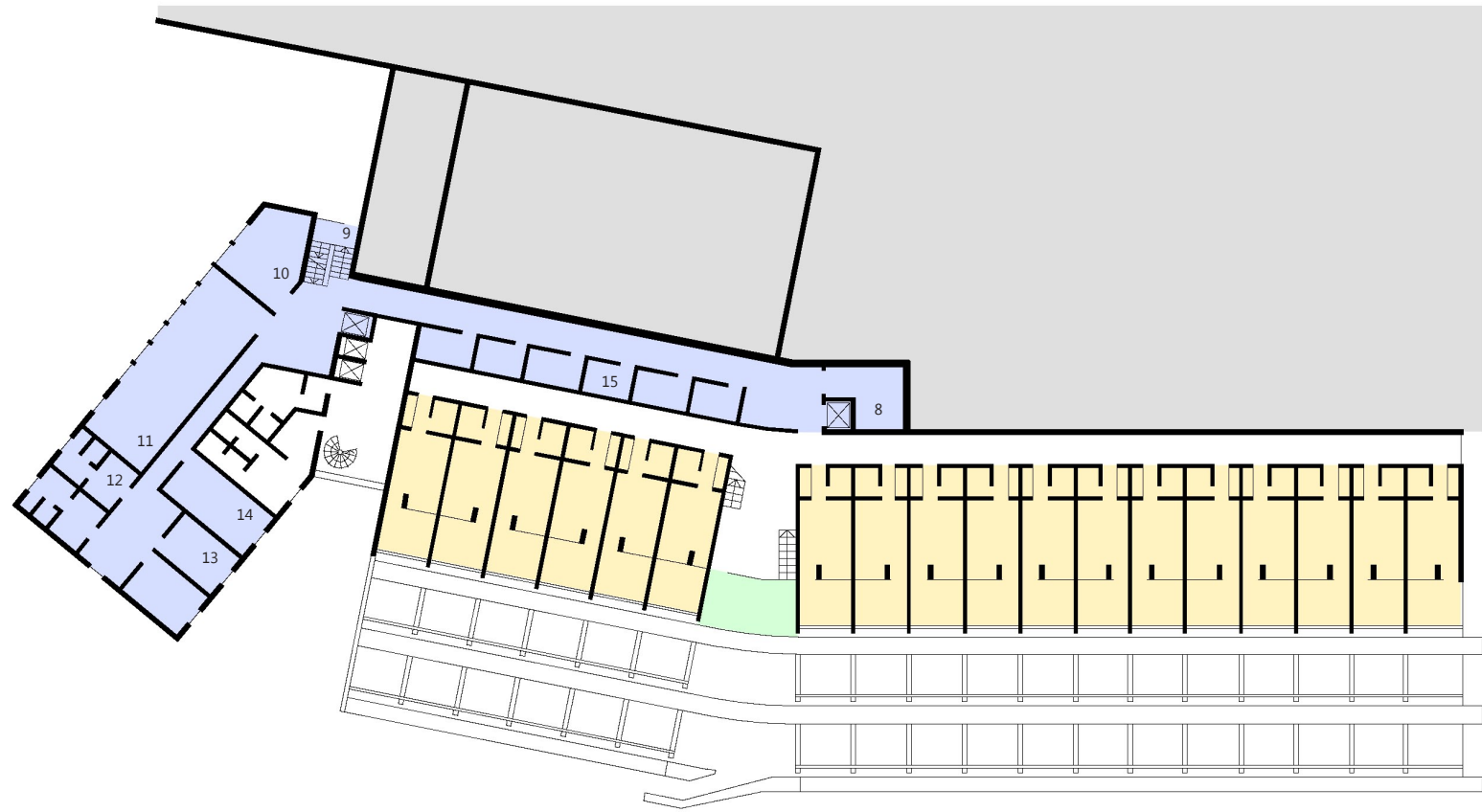


Planta do Piso de Entrada (4ºP)



1. Vestíbulo 2. Recepção 3. Hall 4. Sala de Convívio / Bar 5. Sala de Refeições 6. Cozinha 7. Copa 8. Copa de Piso

Áreas de serviço / técnicas Áreas privadas (quartos) Áreas exteriores públicas (varandas / terraços)

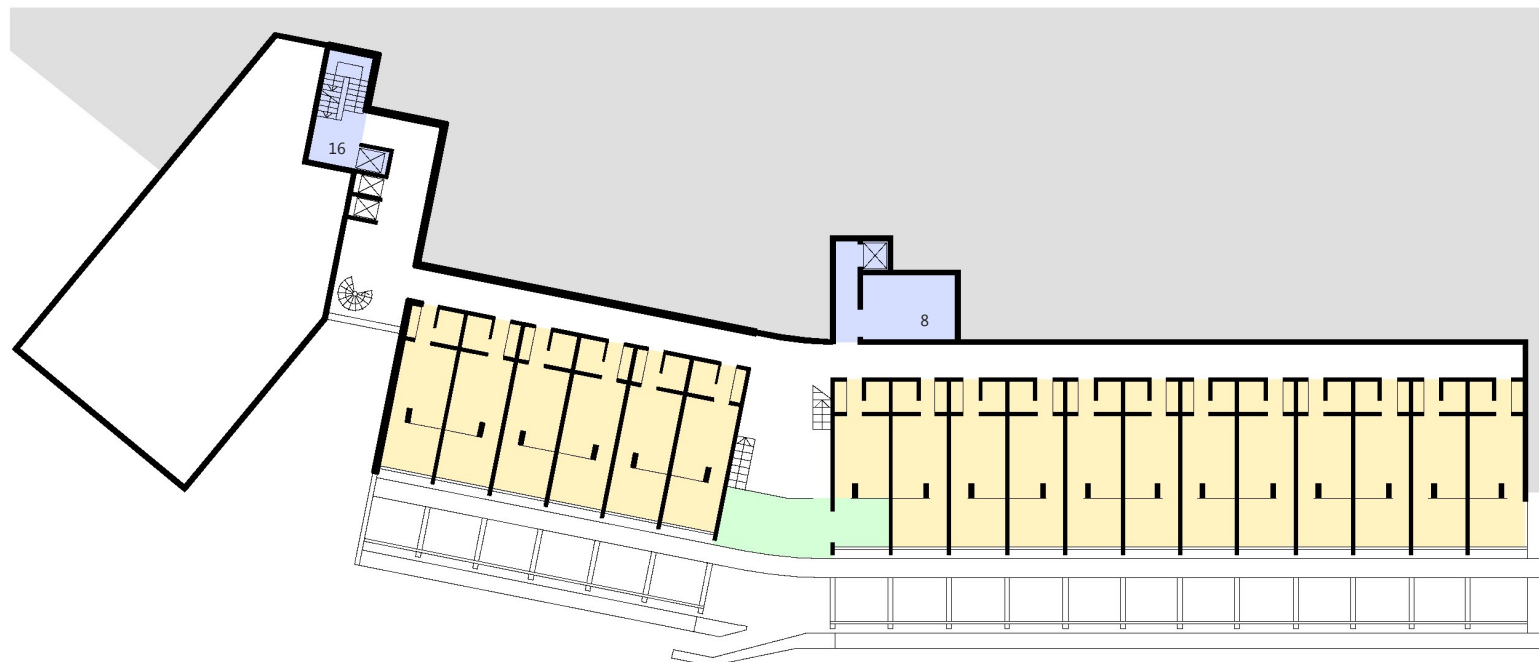


Planta do 3º Piso

8. Copa de Piso 9. Entrada de Serviço 10. Caldeiras 11. Tratamento de Roupas 12. I.S. / Vestiário de Pessoal 13. Quarto de Pessoal 14. Arrecadação 15. Economato




Áreas de serviço / técnicas Áreas privadas (quartos) Áreas exteriores públicas (varandas / terraços)





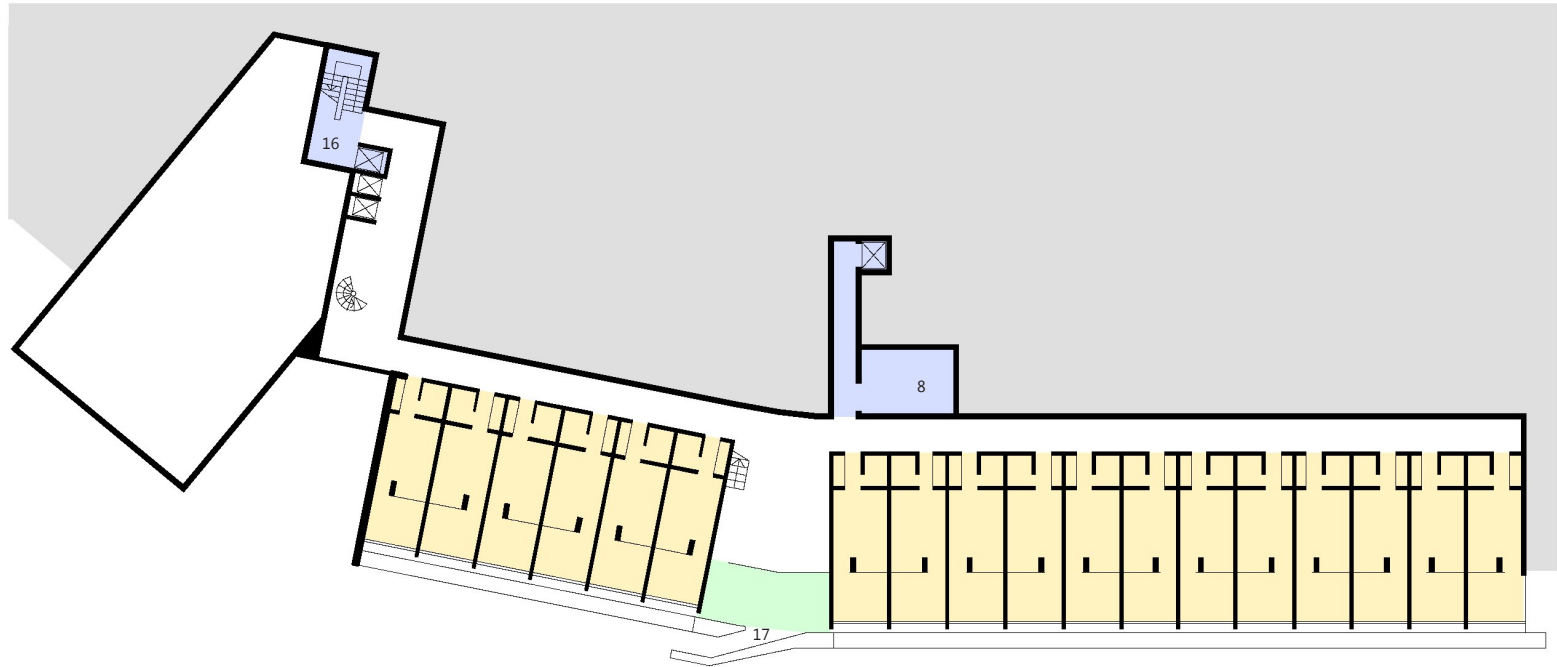
Planta do 2º Piso

8. Copa de Piso 16. Acessos de Serviço

Áreas de serviço / técnicas  Áreas privadas (quartos)  Áreas exteriores públicas (varandas / terraços) 

0 5 10m






Planta do 1º Piso



8. Copa de Piso 16. Acessos de Serviço 17. Acesso ao exterior

Áreas de serviço / técnicas  Áreas privadas (quartos)  Áreas exteriores públicas (varandas / terraços) 



O CASO PARTICULAR DO ALGARVE

A situação particular que se viveu no Algarve, com um período de grande investimento que se reflectiu na construção de inúmeros equipamentos hoteleiros num curto espaço de tempo, motiva uma breve análise das condições de tal fenómeno e suas consequências.

Pela necessidade do Governo em equilibrar as contas do país, depois de reformas anteriores falhadas e apostas na indústria sem a rentabilidade esperada, sobe o interesse na actividade turística que passa para primeiro plano nas prioridades económicas. O fomento do investimento estrangeiro em Portugal através de benefícios fiscais e isenção de impostos, destinou-se a impulsionar a construção de conjuntos hoteleiros de luxo que satisfizessem os interesses dos turistas maioritariamente europeus, oriundos de países com maior poderio económico, caso da Alemanha e Reino Unido. O interesse na região Sul de Portugal, concretamente no Algarve, surge como processo natural de um movimento de preferência pela costa mediterrânica encetado na década de 1950, materializado nos projectos de valorização da linha costeira espanhola, a “Costa do Sol” de Gibraltar a Málaga. A oferta de alojamento a preços acessíveis, suportada por uma vasta rede de equipamentos públicos e acessos qualificados, a par da democratização do automóvel e das viagens aéreas, concentrou naquela zona grande parte das estadias em tempo de férias.

Descoberto o filão, não tardou surgirem capitais privados

interessados em edificar no Algarve no início da década de 1960, esperançados na melhoria das vias e meios de comunicação com a abertura de um aeroporto em Faro (1965) e da Ponte Salazar sobre o rio Tejo (1966). Contudo, o investimento que devia acima de tudo potenciar e sustentar as regiões onde se instala, não era visto com bons olhos por Keil do Amaral, que em 1961 publica um artigo⁸⁸ onde dá conta dos perigos de uma explosão construtiva desconcertada e desregrada. Apesar de grande parte do alojamento na região algarvia se pautar por “pensões sumariamente instaladas, onde a comida é razoável e os preços módicos, mas o conforto deixa muito a desejar (...) a ânsia de *grandes lucros e rápidos* está perturbando uma visão objectiva do problema”. De facto, a especulação levou a um aumento das rendas imobiliárias e do preço do metro quadrado na região, exigindo-se “quantias fabulosas por terrenos em locais sem acesso, sem água, sem luz, sem esgotos, sem nada que justifique tamanha valorização”, consequentemente obrigando os investidores a engendrar soluções que permitam tirar rendimento de todo e cada centímetro adquirido, edificando com densidade muito acima do desejável.

Ainda que fosse necessário resolver o problema da falta de alojamento de qualidade, “quando a especulação em grande escala ameaça alterar profundamente o jogo dos interesses locais e o ritmo da construção, e pode, só numa escassa dezena de anos, conduzir a um surto de construções bastante superior às de todo

o século XIX, é quase criminoso deixar correr, deixar que a avidez do lucro, regule só por si a profunda modificação da costa algarvia que se esboça”.

A existência de planeamento que controlasse tal escalada na edificação também já estava prevista, com a elaboração de diversos planos que não se conseguiram impor, quer por falta de fiscalização, quer por conviência dos próprios municípios que procuram notoriedade e atracção turística. Estes planos, referidos no capítulo 2.3 da presente prova, definiam zonas a preservar, vias a requalificar, tipos de alojamento mais adequados em função das reais necessidades, equipamentos públicos e infra-estruturas a construir, sempre em estreito contacto com os sítios e realidades locais. No entanto, “nem o planeamento urbanístico e estatal soube, ou pôde, evitar o pior, nem as forças económicas interessadas nas mais-valias desta nova superindústria de serviços se compadeciam com as pré-existências rurais e urbanas”⁸⁹, levando à descaracterização de diversos aglomerados urbanos, caso de Armação de Pêra, Albufeira ou Quarteira. O mais flagrante foi o “Plano Urbanístico da Região do Algarve”, de 1964, que apontava a localização das maiores concentrações nos sectores orientais, de menor interesse paisagístico, contrapondo uma ocupação pontual mas de maior qualidade nas áreas ocidentais, de maior beleza natural. Uma análise rápida à implantação da oferta instalada demonstra que a quase totalidade se estabeleceu no barlavento, em territórios opostos aos recomendados, nomeadamente nos concelhos de Portimão, Lagos, Loulé e Albufeira.

Numa primeira fase, hotéis de pequena e média dimensão instalam-se com desrespeito pelo casario pré-existente nos centros urbanos - por vezes próximos de centros históricos -, mas são os grandes conjuntos, sobre as falésias ou fronteiras ao areal que vão colocar os maiores problemas do ponto de vista ambiental, ecológico e paisagístico. Nesta última categoria encaixam-se exemplos como o Hotel Vasco da Gama e Hotel Caravelas (Monte Gordo, 1960 e

1964), Hotel do Garbe (Armação de Pêra, 1963), Hotel da Baleeira (Sagres, 1966) ou Hotel Algarve (Praia da Rocha, 1967). Com uma abordagem mais cuidada e inclusivé com tratamento paisagístico da zona envolvente, contam-se o Hotel da Balaia (Albufeira, 1965) e o Hotel Alvor-Praia (Alvor, 1967). O caso da vila de Vilamoura é o mais consensual, uma urbe turística construída de raiz no início da década de 1970 mas com recursos agro-pecuários próprios, densidade controlada e bem distribuída e correcto enquadramento na paisagem.

Com vista à rápida rentabilidade e tirando partido das paisagens naturais, “fomentou-se a construção de hotéis, sem que tenham sido feitas as redes de água, luz, esgotos, telefones, estradas e serviços de saúde”⁹⁰. Os hotéis de falésia, ricos em termos paisagísticos mas pobres no que respeita a abastecimento infra-estrutural, impõem grandes investimentos para que se tornem auto-suficientes, desvantagem gerada pela sua implantação isolada longe dos centros urbanos. Estas bolhas de civilização na paisagem intocada algarvia trouxeram diversos problemas e puseram a nu as deficiências da região nos mais diversos sectores.

A concentração espacial das unidades de média e grande dimensão no litoral acentuou as diferenças litoral-interior, este último já fragilizado pela falta de oferta e preferência generalizada pelos programas à beira-mar; a sazonalidade da actividade turística arrastou consigo picos de utilização que levaram à ruptura das infra-estruturas básicas (consumo, drenagem de resíduos, sobrecarga dos sistemas), ao congestionamento dos acessos, a um aumento da população incomportável para os equipamentos da região cujo abastecimento não conseguia responder à procura e a uma flutuação do mercado de emprego que criou instabilidade. A oferta de uma actividade monoproduto, em vez de um pacote diversificado que potenciasses diversas áreas, levou também a uma viragem dos empregos primários para o sector terciário e, ao fazer depender o crescimento regional de agentes económicos externos,

ficou sob grande pressão dos mercados internacionais, sujeito a variações e sem uma base de rendimento estável.

Apesar de relevantes, os problemas de índole económica e social não são o ponto central desta análise. Pretendo apenas mostrar que o crescimento da região algarvia, de forma desordenada e anárquica, esteve longe de ser pacífico ou consensual e acarretou problemas que se verificam até aos dias de hoje. Dentro do conjunto de hotéis edificado durante a década de 1960 englobado na expansão turística de maior relevância, os exemplos tratados nas páginas seguintes servem de modelo a duas realidades distintas: o Hotel Algarve personifica o conceito de construção em cima da praia, na periferia do aglomerado urbano, com um quadro

programático diversificado e uma volumetria e implantação pouco condizentes com a envolvente; o Hotel da Balaia, da autoria do Atelier Conceição Silva, vem na senda do aclamado Hotel do Mar, procurando a integração da construção no meio natural através de uma intervenção paisagística abrangente e um tratamento volumétrico mais cuidado, apesar da grande dimensão do programa. Trata-se de um equipamento integrado num plano de valorização da costa algarvia junto à Praia Maria Luísa e, a exemplo do que se passou em Sesimbra mas estabelecendo-se como caso único no Algarve, é um projecto “chave-na-mão” – todas as fases são controladas e desenhadas no atelier, desde as macro-estruturas até aos mais pequenos objectos de mobiliário e serviços.

40. Marina de Vilamoura





HOTEL ALGARVE

Projecto de:

Raul Tojal

Data de inauguração:

1967

Localização:Praia da Rocha, Portimão
37°07,05.53'N / 008° 32,03.60'W**Capacidade:**

180 quartos

O Hotel Algarve localiza-se na Praia da Rocha, em Portimão, que gozava desde a década de 1930 de uma afluência anormal para os parâmetros da região algarvia. Para além dos turistas provenientes de Alentejo e Espanha, o facto de se tratar de uma zona de jogo, com casino desde 1910, atribuía-lhe interesse especial para uma clientela internacional que durante os períodos estivais se instalava em residências privadas luxuosas.

Durante a primeira metade do séc. XX o número de turistas que se deslocava ao sul do país manteve-se dentro dos parâmetros comuns, mas por ocasião das comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique (1960) foi erigido em Monte Gordo um grande hotel, ponto de partida para o desenvolvimento do Algarve que se viria a verificar nos anos seguintes.

Para que a região da Praia da Rocha não ficasse para trás na corrida aos turistas, foi encomendado a Raul Tojal a construção de um equipamento hoteleiro que comportasse mais de uma centena de quartos. O arquitecto, nascido em 1900, formou-se em 1926 pela Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa e notabilizou-se por vários trabalhos na capital, de entre eles a primeira piscina de carácter desportivo, do Algés e Dafundo (1930), o Palladium (1932), o Salão de Chá Imperium (1936) ou a redacção interior do Café Nicola (1935). Juntamente com Keil do Amaral, Adelino Nunes e Nuno Teotónio Pereira, passa pelo atelier de Carlos Ramos para um período de aprendizagem, com o qual colaborou em 1930 num grupo de trabalho para responder aos concursos de Liceus promovidos pelo Ministério da Instrução Pública. Depois de um período de alguma inactividade durante o cerco mais apertado do Estado Novo, nasce a obra mais emblemática de Raul Tojal que marca a linha de Cascais, o Hotel Estoril Sol inaugurado em Janeiro de 1965. Esta obra, com cerca de 300 quartos, 18 pisos e um programa extenso e abrangente (por ex. restaurante, sala de banquetes, sala de jogos, sala de baile com camarins, lojas, piscina), desenvolvida

numa linguagem moderna pouco aceite pelo Regime, serviu de preparação para o mais modesto Hotel Algarve.

A capacidade hoteleira da Praia da Rocha, que se afirmou como destino turístico depois da queda da indústria conserveira, estava parcamente distribuída por hotéis de pequena dimensão: o Hotel Viola, erigido ainda durante a primeira década do séc. XX e o Hotel Bela Vista de 1936, resultante da adaptação de um palacete a funções hoteleiras, não eram suficientes para albergar a crescente vaga de turistas, que muitas vezes se acomodava em casas alugadas. A encomenda do Hotel Algarve procurava colmatar o défice de camas disponíveis com a construção de uma unidade de luxo com condições paisagísticas privilegiadas e a proximidade do areal, oferecendo um programa diversificado e atractivo.

O investimento privado, da responsabilidade da Sociedade de Investimentos da Praia da Rocha, SARL, exigia inicialmente a criação de 100 quartos mas, por razões de ordem económica, certamente ligadas ao aumento dos preços por força da especulação, o número subiu para pouco mais de 180. Assim, o edifício único que constava da solução inicial foi aumentado no número de pisos acima do solo e marca a costa portimonense, ao qual foi anexado um segundo corpo de quartos, adossado à falésia num esquema de degraus com um impacto mais contido. As premissas projectuais passavam por oferecer aos espaços principais do hotel condições idênticas na fruição das vistas de mar e de exposição solar, com a fachada principal, abrindo-se ao areal, virada a sul.

No seguimento do caminho aberto pelo Hotel do Mar, no Hotel Algarve “para as obras de betão armado e para todas as outras instalações de aquecimento, ventilação forçada das dependências destinadas para os serviços, isolamentos acústicos e térmicos, electricidade, saneamento, aparelhagem mecânica especial das cozinhas, lavandaria, engomadaria, banhos turcos, estação de depuração de águas, etc., foram assistidos por técnicos das respectivas especialidades que trabalharam em íntima colaboração

com o arquitecto e o director de obra, de forma a resultar uma obra eficiente e que responda cabalmente ao desempenho do rendimento que se pretende tirar”⁹¹. Este trabalho de equipa, resultado das exigências de programas cada vez mais completos e com graus de qualidade mais altos, e que se afirma como única solução para um projecto satisfatório, demonstra a evolução das unidades hoteleiras e o aumento das áreas envolvidas.

A implantação de hotéis em zonas de arriba, habitualmente longe dos aglomerados urbanos, com efeitos paisagísticos e ambientais nefastos, sem respeito pelas pré existências e com apoio infra-estrutural reduzido, é comum na década de 1960 na costa algarvia. Apesar de neste caso existir já uma marginal, algumas habitações unifamiliares e mesmo um edifício de habitação colectiva com expressão no conjunto edificado, a revista *Arquitectura*⁹² não deixa de se referir a este projecto como “uma unidade hoteleira de luxo que se insere numa área de potencialidades turísticas apreciáveis mas ainda falha das infra-estruturas indispensáveis”.

41. Hotel Algarve no plano mais distante. Vista geral da Praia da Rocha



Apesar das limitações, o hotel impôs-se na linha de costa, paralelamente à Estrada Marginal e recuado em relação a esta para permitir o acesso e estacionamento, materializando-se sob a forma de um corpo principal, resultante da adição de dois paralelepídeos desfasados em relação ao seu eixo longitudinal. Este volume, constituído por 6 pisos de quartos e que se afirma em altura, está assente em 2 pisos de zonas sociais e técnicas, um à cota de entrada e outro imediatamente abaixo, num esquema semelhante ao já visto Hotel Ritz, sem no entanto alcançar a pureza geométrica e diferenciação funcional clara da obra de Pardal Monteiro.

Na zona poente do terreno, um volume discreto cuja cobertura se encontra à cota da rua e com apenas um piso, encontram-se mais alguns quartos e parte da zona técnica. A nascente, um corpo de 3 pisos que descem ao ritmo da falésia, numa aproximação ao Hotel do Mar mas com uma linguagem mais pesada, longe da abertura do estilo mediterrânico do edifício em Sesimbra, encerra os restantes quartos exigidos no quadro programático. No total, a área de 12.000m² revela a expansão dos programas hoteleiros balneares, que já não se suportam na envolvente urbana para a sua subsistência, antes encerrando em si todas as valências necessárias.

No seu diálogo com a envolvente, o edifício distingue-se claramente do casario adjacente, maioritariamente moradias de conserveiros de 2 a 3 pisos construídas até à década de 1940, sem que no entanto a sua proximidade à praia crie uma tensão desconfortável, uma vez que a costa é ocupada da mesma forma durante toda a sua extensão. Pela sua configuração em bloco, já longe dos postulados modernos que defendiam a implantação sobre pilotis, e pela frente de rua que ocupa sem permitir permeabilidade entre a zona de circulação do arruamento e a praia, o lote priva do acesso directo ao areal e das vistas sobre o oceano uma boa parte da marginal; as relações com o exterior são pensadas exclusivamente para os utentes do hotel, ficando o

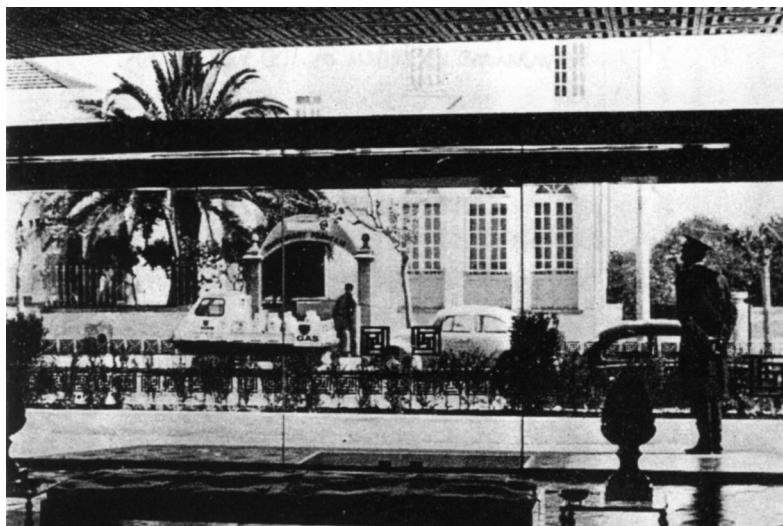
espaço público para segundo plano. Este tipo de ocupação, que sectoriza a linha de costa e dificulta o acesso, seria mais grave e em muito maior número “se tudo o que tem sido estudado nos ateliers nos últimos anos tivesse sido construído ou em vias de tal”⁹³.

PROGRAMA

Piso de entrada

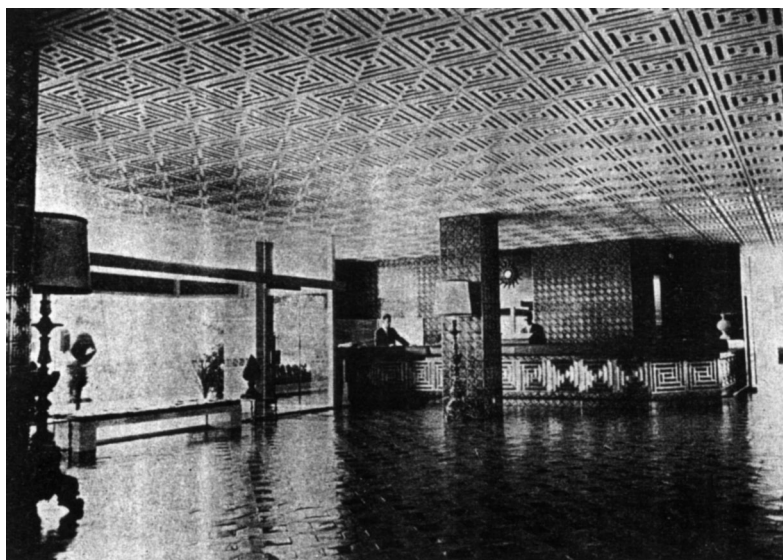
A zona de chegada exterior resulta do afastamento do edifício em relação à rua, por forma a permitir o estacionamento e acesso de viaturas sem prejuízo para o trânsito na marginal. A entrada no edifício faz-se sob uma pala que conduz ao hall de distribuição, ladeado pela recepção e pela portaria e com a grande sala de estar a eixo, separada por um envidraçado que permite a vista, logo no momento de ingresso, da paisagem marítima frente ao hotel. Os dois elevadores e o monta-cargas que conduzem aos pisos de quartos e fazem também ligação ao piso inferior situam-se a poente deste núcleo, adossados a um corredor de circulação que, depois de passar pelas instalações sanitárias que servem este piso destinadas aos hóspedes, conduz a um bloco de espaços comerciais, no qual se inclui uma agência bancária e “pequenas ‘boutiques’ para propaganda aos produtos regionais”⁹⁴.

Na direcção oposta, para Nascente, igual corredor de distribuição, rematado por uma escada proveniente do piso inferior, permite o acesso à tabacaria, sala de fumo, sala de TV e sala de jogo. Percorrendo o Hall para sul encontra-se uma grande sala de estar com uma zona mais reservada a poente, servida por uma pequena copa. Este conjunto é brindado por uma varanda a todo o perímetro, o que permite a expansão destas divisões para o exterior e o usufruto das condições climatéricas favoráveis. O piso de entrada assume grande transparência na sua fachada voltada a Sul, com claro



42. Hotel Algarve, Hall de entrada - vista para o exterior, a Norte

43. Hotel Algarve, Hall de entrada - zona da recepção



benefício para os utentes do hotel mas que poderia ser melhor trabalhada, mais filtrada, sob o risco de se tornar vulgar a enchente de vista panorâmica.

As zonas de serviço encontram-se bem articuladas, com um espaço de recepção de bagagens e depósito de valores servido por uma entrada independente, junto ao acesso principal. Esta divisão, situada por trás da portaria, inclui 2 ascensores que permitem uma rápida subida aos pisos de quartos e estão em estreita ligação com a zona de preparação de refeições e a lavandaria no piso abaixo; o Gabinete do Director e a Contabilidade completam as divisões destinadas ao pessoal neste andar, que no total representam cerca de 15% da área de piso. O esquema de circulações adoptado não foge aos modelos utilizados até à data e está presente em todos os edifícios analisados, com um núcleo central de distribuição para 3 direcções horizontais e uma vertical, permitindo fácil orientação. Esta característica, de ordem utilitária e marcadamente funcionalista, provou ser a mais imediata na resolução do problema. Mais uma vez se denota a preocupação em criar percursos diferenciados para hóspedes e pessoal, cuja actividade se quer cada vez mais discreta.

Piso térreo (sob o de entrada)

No piso térreo os espaços destinados aos hóspedes resumem-se a uma grande sala de refeições e um bar, virados a sul para a praia e acessíveis através de um hall que possui dois elevadores provenientes do vestíbulo de entrada, do piso principal. O bar está situado sob a área com a mesma função do piso acima e a sala de refeições, totalmente envidraçada, permite a utilização de uma plataforma delimitada pela arriba para esplanada. Neste mesmo espaço exterior relvado estão instaladas duas piscinas, uma delas de menor dimensão para crianças, criando um planalto sobre o areal reservado aos utentes do hotel e distanciando do bulício do

convívio na praia.

O volume de apenas um piso que se encontra a poente e tem acesso através da marginal por rampa, por se encontrar ao nível deste piso térreo, é rematado por uma cobertura ajardinada onde se encontra um mini-golfe e que atenua a dimensão da mesma perante a envolvente. A exemplo do que sucede no Hotel Ritz, o espaço das coberturas é explorado para a oferta de um número cada vez maior de actividades. Este corpo, com ligação ao programa principal e com acesso interno apenas pela caixa de escadas a poente que remata o corredor de circulação no piso acima, constitui-se por um pequeno hall que faz a distribuição e tem acesso também pelo exterior, cabeleireiro e barbeiro e 8 quartos virados a nascente e sul. Estes últimos têm uma situação privilegiada sobre a falésia, mas todos incorporam varanda com frente entre 3m e 3.5m, instalação sanitária e roupeiro, com áreas compreendidas entre 24 e 28m². Por forma a diversificar a oferta, dois deles têm também uma zona de estar acoplada, correspondente a 2 quartos, resultando numa área total em torno dos 72m² e uma frente de 9m.

As áreas técnicas e de serviço ocupam mais de metade da área do andar, sendo a maior parte delas divisões interiores: pela existência do desnível para a marginal, e uma vez que estão implantadas a norte (para oferecer às áreas privilegiadas a exposição a sul), encontram-se adossadas ao terreno. A complexidade e diversidade de divisões necessárias cria uma distribuição labiríntica na zona destinada ao pessoal, onde se podem contar, de nascente para poente, o refeitório de pessoal, a central telefónica, pastelaria, cozinha, cafetaria, lavandaria e rouparia, arrumos, armazém de víveres, vestiários de pessoal, oficinas e, no extremo oeste, depósito de água, posto de transformação, central térmica e garagem, no acesso à qual se faz também a entrada de serviço. Este grande núcleo de zonas de serviço, apesar da sua distribuição confusa, sem a clareza das zonas públicas, serve o edifício através de caixa de escadas e 2 elevadores estrategicamente colocados no

centro da composição, o que permite o acesso equitativo a todas as áreas disponíveis nos pisos superiores. Apesar de não se implantar isolado na paisagem, com uma envolvente já consolidada e servida de infra-estruturas, as exigências técnicas para um complexo desta dimensão excedem os níveis para os quais as redes públicas estão preparadas, sendo imprescindível a garantia de auto-suficiência.

A ampla área exterior disponível motivou a construção de um volume entre o corpo principal do hotel e o anexo de 3 pisos destinado a quartos, comportando o apoio necessário às actividades da piscina. Localizado em frente ao tanque para os mais novos, encontra-se um snack-bar com esplanada, balneários e vestiários e, do ponto de vista técnico, a central elevatória da água do mar. Sob o nível a que se situam as piscinas, incrustada nas rochas como se de uma gruta se tratasse, revela-se uma discoteca cujo acesso público é feito por galeria subterrânea proveniente do hall da sala de refeições e, a partir do exterior, por uma caixa de escadas que começa ao nível da piscina; há ainda uma segunda galeria que

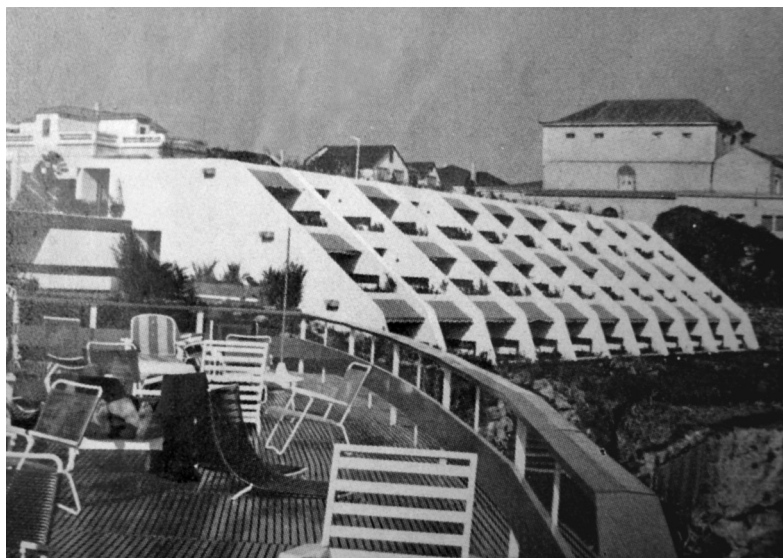
44. Hotel Algarve, Discoteca



permite o acesso do pessoal às cozinhas e a comunicação com a zona de máquinas associada ao tratamento de águas da piscina. O espaço da discoteca, isolado do hotel para prevenir o incómodo dos clientes, é um espaço à parte no que respeita à formalização espacial, com uma planta semi circular e cobertura abobadada e nervurada; também quanto à decoração interior, para a qual houve a colaboração de Sá Nogueira na execução de vitrais e de Kukas na realização do tecto com cristais e correntes metálicas, esta zona se destaca, resultando num ambiente vibrante e exuberante.

A nascente, o corpo de quartos que se desenvolve em 3 pisos num esquema de degraus, assume-se claramente como um acrescento e possui ligação interior ao edifício principal do hotel, disponibilizando 38 quartos. O carácter supérfluo deste volume no que respeita ao projecto inicial verifica-se também na contenção formal e discrição de implantação, que atribui todo o destaque aos volumes de quartos que se desenvolvem em altura.

45. Hotel Algarve, volume anexo de quartos

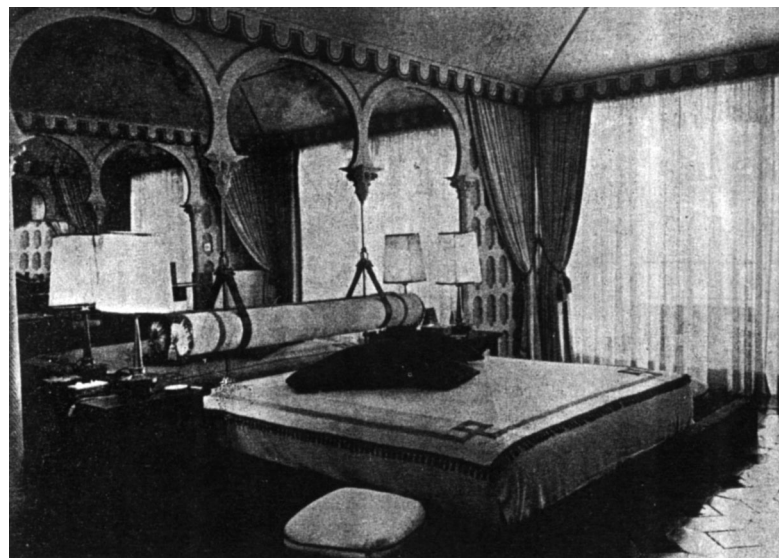


Pisos dos quartos

Repetindo uma solução já experimentada no Hotel Ritz, sobre o piso de entrada e antes do primeiro de 6 pisos de quartos, estabelece-se um piso técnico com pé-direito mais baixo, exclusivamente para "a distribuição das prumadas, dos esgostos, águas quentes e frias, electricidade, condicionamento de ar e ventilação"⁹⁵, imposto pelas exigências da construção em altura e da vontade de libertar o piso de entrada de qualquer interferência.

Os 5 primeiros pisos de quartos são todos iguais entre si, com um hall de distribuição ao centro e duas alas no sentido longitudinal do edifício. Os espaços de circulação, demasiado compridos e monótonos, são rematados a nascente pela entrada num dos quartos (que ganha assim uma antecâmara e um varandim) e a poente por uma caixa de escadas de emergência, perfazendo este corredor cerca de 50 metros.

46. Hotel Algarve, suite decorada em estilo árabe



Os 22 quartos de cada andar estão virados a sul, todos dotados das mesmas condições de insolação e vista panorâmica, varanda, extensão de frente e área (31m²). A sequência de quartos, cada um com uma frente de 3.85m, inclui os já normativos roupeiro e instalação sanitária.

Repetindo a mesma artimanha utilizada no Hotel do Mar, o centro dos corredores, onde se encontram os elevadores e a caixa de escadas, destaca-se por ser a zona mais iluminada do piso, através de luz natural que entra de sul; o desfasamento entre as duas galerias camufla o verdadeiro comprimento do edifício, que ascende a praticamente 100 metros.

No exterior, as varandas tipo caixa servem as funções de ensombreamento e prolongamento do espaço interior, a privacidade e intimidade necessárias, além da composição da fachada principal, virada a sul, num jogo geométrico com as lâminas e uma grelhagem de protecção com os elementos do emblema do hotel. A fachada virada a norte, reflexo das galerias de circulação, é mais pobre e claramente mais encerrada, numa relação de descrédito para com a envolvente.

Para assegurar o fornecimento de refeições e a recolha de roupa suja, existe por cada andar um pequeno espaço de serviço junto ao núcleo de circulações que compreende apenas uma antecâmara de acesso a dois ascensores, uma instalação sanitária e copa. Apesar de contemplar um número inferior de quartos por andar em relação à obra de Pardal Monteiro em Lisboa (onde o número máximo é de 30), é notória uma redução da área reservada ao pessoal (no Ritz é mais do quádruplo), denunciando menor exigência na qualidade e variedade da oferta aos clientes.

No 6º piso encontram-se as suites: as diferenças para os andares inferiores resumem-se ao aumento das áreas, que neste caso ocupam o equivalente a 2 módulos. No fundo, trata-se de unificar o equivalente a dois quartos, com exactamente a mesma disposição: a entrada é única e dá acesso a duas instalações

sanitárias e 2 roupeiros, com dois dormitórios separados e uma varanda única, mais aberta que nos pisos inferiores. Apenas na suite que remata o corredor nascente se cria um espaço de estar pela maior largura do módulo. Este jogo de valorização dos aposentos pedia uma solução mais criativa que somente a eliminação de uma parede divisória e uma porta de entrada.

A cobertura sob a forma de terraço torna mais uma vez a ser palco para um solário, abrangendo também, para além da inevitável casa das máquinas, "instalações para uma 'sauna' com saída para massagens e 'relax'"⁹⁶.

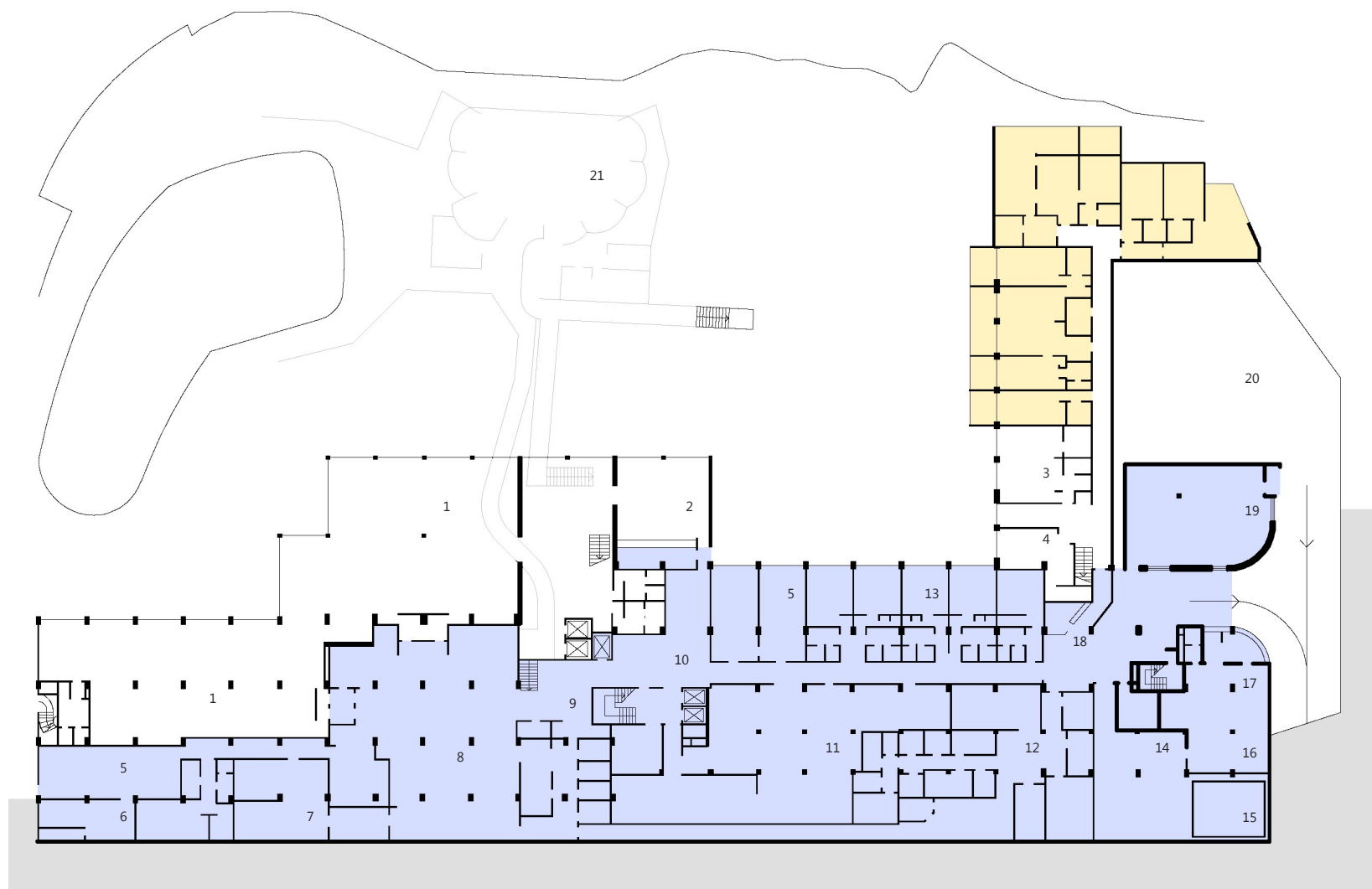
Curiosamente, o programa escolhido para actualmente rentabilizar a cobertura do Ritz em Lisboa, é constituído por um *Fitness Center*, que inclui ginásio e salão de beleza, além de uma pista exterior com 400m para *jogging*.

CONCRETIZAÇÃO FORMAL

O Hotel Algarve surge num período conturbado da arquitectura nacional, passado que estava o Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa e se questionava de forma aberta os ideais modernos, anónimos e de valores absolutos, pouco condizentes com a mentalidade emergente de aproximação ao lugar. A concretização deste edifício demonstra essa dualidade, ao apresentar resquícios do moderno mas já com diversas cedências a um modelo mais regionalista.

Seja pelo formalismo pouco convicto sem a pureza geométrica das obras modernas, pelo adorno excessivo das zonas públicas, policromáticas e ricas em texturas dos revestimentos cerâmicos, pela forma como o edifício se fecha em si e absorve o espaço exterior para proveito próprio (passando ao lado da ideia de espaço público) a obra afasta-se do mais imponente e estilizado Hotel Estoril-Sol.

O facto de se tratar de um hotel de praia, servindo um ambiente mais descontraído, poderá ter influenciado o resultado final, inspirado em motivos árabes (buscando as raízes algarvias mais antigas) e para o qual contribuíram diversos artistas plásticos com pinturas, vitrais ou esculturas. Ainda podemos encontrar sinais de uma ideologia moderna na acentuada ortogonalidade, na franqueza na abertura dos vãos e percepção pelo exterior do programa interno (atribuindo às zonas de serviço as áreas mais desfavorecidas e as janelas mais contidas), no usufruto das coberturas planas, na implantação autoritária ou nas galerias de distribuição para as células habitacionais de uma máquina de lazer, cujos circuitos internos são indispensáveis para o seu funcionamento. Longe da quietude da proposta de Conceição Silva em Sesimbra, do edifício simbolista de Inácio Peres Fernandes atracado no areal da Figueira da Foz ou da altiva torre de Pardal Monteiro na capital, o Hotel Algarve é o primeiro verdadeiro exercício hoteleiro na Praia da Rocha, pedra basilar para o desenvolvimento desta estância balnear.



95

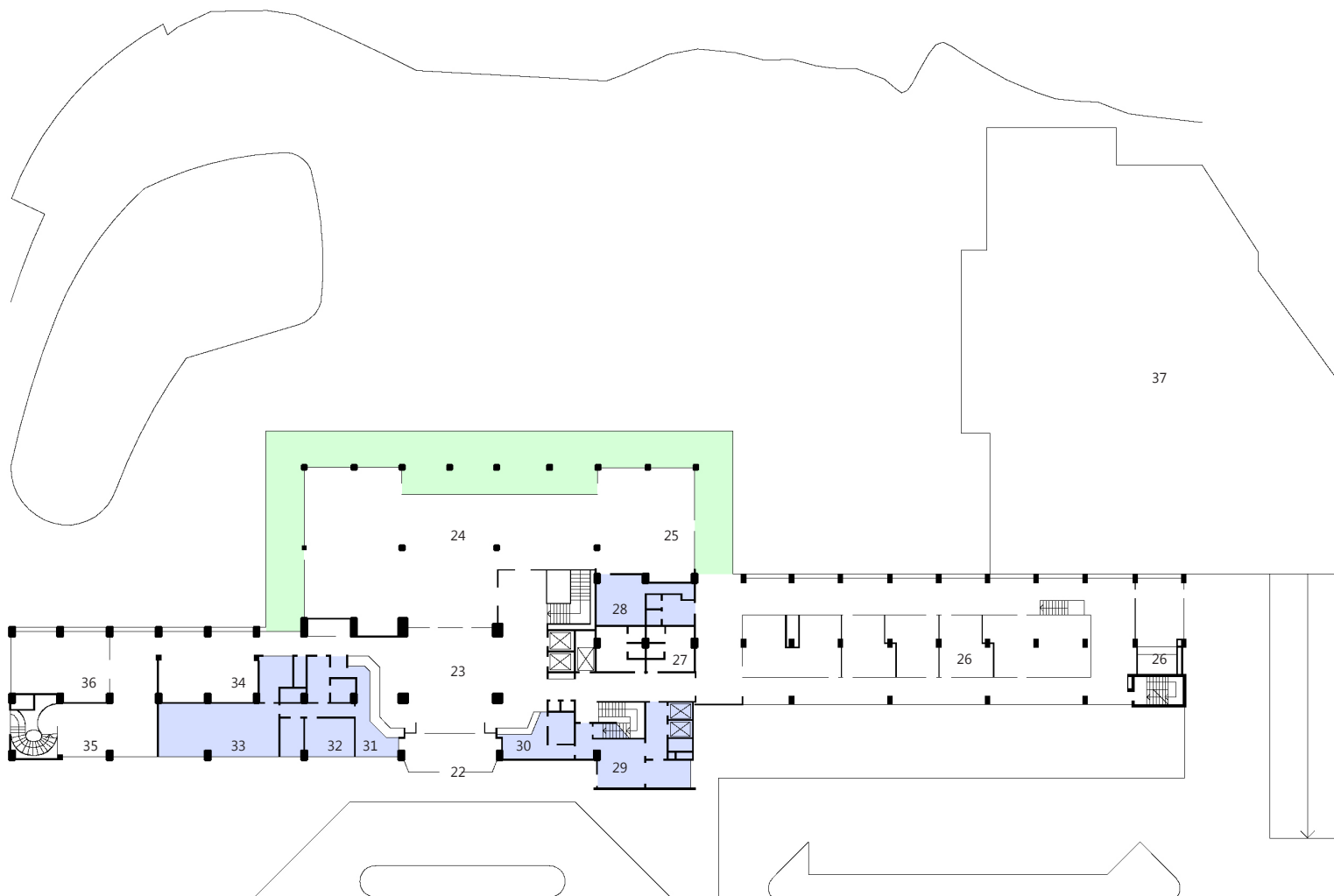
Planta do Piso Térreo

0 5 10m



1. Sala de Refeições 2. Bar 3. Cabeleireiro 4. Barbeiro 5. Refeitório de Pessoal 6. Central Telefónica 7. Pastelaria 8. Cozinha 9. Cafetaria 10. Copa 11. Lavandaria / Rouparia 12. Armazém de Viveres 13. Vestiário de Pessoal 14. Central de Ar Condicionado 15. Depósito de Água 16. Posto de Transformação 17. Oficina 18. Controlo da Entrada de Serviço 19. Central Térmica 20. Garagem 21. Discoteca

Áreas de serviço / técnicas Áreas privadas (quartos)



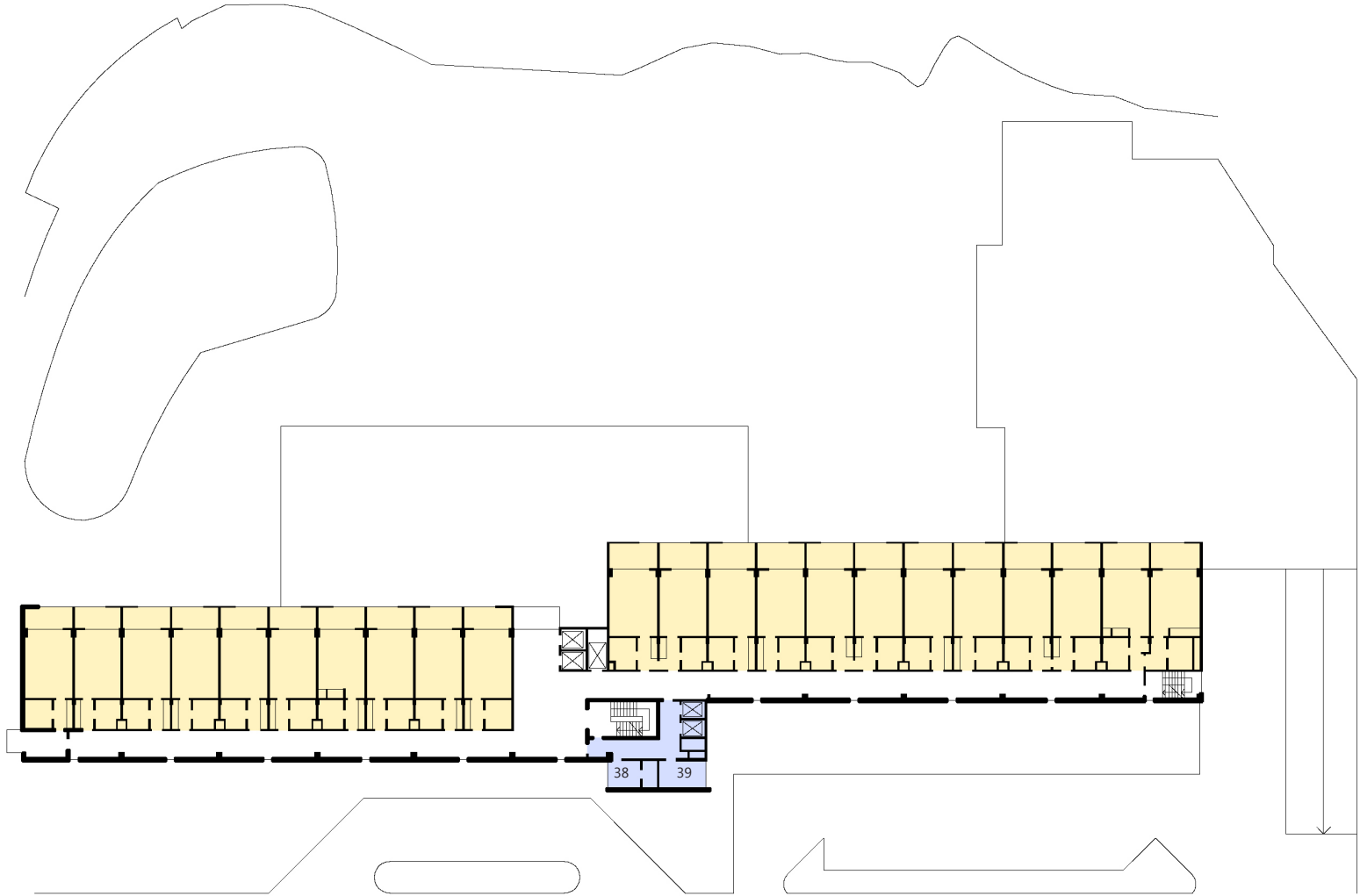
Planta do Piso de Entrada

0 5 10m

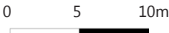


22. Entrada 23. Vestíbulo 24. Sala de Estar 25. Sala de Leitura 26. Lojas 27. I.S. Públicos 28. Copa / Pequenos-Almoços 29. Bagagens 30. Portaria 31. Recepção 32. Gabinete do Director 33. Contabilidade 34. Sala de Fumo 35. Sala de TV 36. Sala de Jogos 37. Mini-Golfe

Áreas de serviço / técnicas Áreas exteriores públicas (varandas / terraços)



Planta dos Pisos de Quartos



38. I.S. / Quarto de Pessoal 39. Copa de Piso

Áreas de serviço / técnicas Áreas privadas (quartos)



HOTEL DA BALAIA

Projecto de:

Atelier Conceição Silva

Data de inauguração:

1966

Localização:

Praia Maria Luísa, Albufeira
37° 05,5220' N / 008° 12,3868' W

Capacidade:

140 quartos

Depois da experiência do Hotel do Mar, Conceição Silva concretiza diversos projectos, essencialmente no campo da habitação unifamiliar e dos espaços comerciais. Para além destes, surgem também alguns equipamentos como a fábrica de torrefação de café Tofa (1960), a fábrica de discos Valentim de Carvalho em Paço de Arcos (1965) e a continuidade da aposta na vila de Sesimbra, com a unidade residencial Porto de Abrigo (1965). Este conjunto habitacional beneficia de condições muito semelhantes às encontradas no Hotel do Mar, uma vez que se implanta numa colina junto ao areal, a menos de 300m na direcção Poente. Contudo, pela sua grande dimensão, não consegue a mesma pacatez e intimidade com a envolvente que a anterior obra do arquitecto.

No ano de 1965, face ao volume de encomendas, surge o convite a Maurício de Vasconcellos para se associar ao seu atelier e formar uma organização estruturada em vários departamentos complementares que vai de encontro à ideia de arte total: arquitectura, engenharia, equipamento e decoração, artes plásticas e, mais tarde, planeamento e arquitectura paisagista reuniam-se sob o nome de Atelier Conceição Silva. Este grupo, que se vai desenvolvendo a par do seu próprio atelier no Chiado, marca uma transição entre uma fase de desenvolvimento projectual individual e a gestão de uma empresa multidisciplinar, que lhe permite abraçar programas mais abrangentes e intervenções mais complexas.

Para Conceição Silva, o futuro da arquitectura passaria pela criação de grandes empresas encabeçadas por arquitectos, os únicos profissionais capazes de atribuir à própria cidade a globalidade necessária através de um papel na sociedade não apenas limitado a questões estéticas, mas também políticas e sociais.

O seu desejo de um papel activo a uma esfera maior, que integrasse planeamento e urbanismo, concretizou-se no pedido de uma empresa privada, a Sociedade Hoteleira da Balaia (constituída por capitais portugueses e de uma empresa holandesa ligada a navios

de passageiros) que, para além de uma convencional unidade hoteleira, lhe encomendou um programa turístico para os terrenos limítrofes a norte e nascente. A primeira experiência do arquitecto no urbanismo lança-o no projecto do Hotel da Balaia, um dos 3 (a par da loja Rampa e do Hotel do Mar) que marcariam a sua carreira⁹⁷. Este hotel, englobado num processo de valorização da costa algarvia, é uma pequena parte do Antepiano de Expansão Turística da Praia Maria Luísa, apresentado em 1964, que contemplava também um segundo hotel, apartamentos e centro comercial, moradias, motel, hotel residencial, apoio para banhistas e amplas zonas verdes. Num total de 30 hectares e uma frente de mar de mais de um quilómetro, constituíam-se 3 grandes zonas: uma a poente, com a exposição mais privilegiada sobre a praia no limite da falésia, onde se implantaria o Hotel da Balaia, uma zona central atravessada por uma ribeira seca que serviria de divisão entre as duas restantes e que se manteria em estado natural e, mais a nascente, uma terceira zona ligada a um processo de expansão urbana, formando um remate ao casario já construído.

A intervenção num terreno isolado, de paisagem ainda virgem, desperta a preocupação em preservar e respeitar o lugar, característica já evidente nas obras anteriores de Conceição Silva, materializando-se no cuidado em definir zonas verdes, com a função não apenas de cortinas de protecção, mas também de preservação ambiental, prevenindo a erosão da arriba. A curta distância à vila de Albufeira (4km), em franco desenvolvimento, e a proximidade da povoação de Olhos d'Água, fazia prever que o local fosse considerado "por um lado, como um centro apoiado pela realidade duma vida turística e por outro por uma povoação que mantém inalteráveis as suas raízes tradicionais"⁹⁸, num conjunto que se esperava contribuisse para o desenvolvimento turístico local e de toda a região.

O seu isolamento na paisagem, além das vantagens inegáveis em termos paisagísticos, acarreta dificuldades no que se refere aos acessos e infra-estruturas necessárias, uma vez que têm de ser previstas todas as exigências técnicas para garantir auto-suficiência, um trabalho complexo que só poderia ser resolvido com

47. Albufeira na década de 1950 - ocupação das arribas





48. Hotel da Balaia, vista aérea da situação actual

a contribuição da equipa que constituía o grupo de trabalho do atelier de Conceição Silva. Por outro lado, a promoção destes organismos autónomos, que promovem a descontinuidade com a envolvente e com o tecido social existente, fragmentam o território e passam a exploração e propriedade da faixa costeira algarvia para mãos estrangeiras.

A cidade de Albufeira, que até à primeira metade do séc. XX não era mais que uma pequena vila piscatória, sustentada por fábricas de conservas de peixe e de transformação de figo e alfarroba, tornou-se um destino internacional durante a década de 1960, durante a qual foi inaugurado o aeroporto em Faro e que contribuiria para a explosão demográfica e turística nos anos seguintes.

Em termos da oferta hoteleira, o concelho começava a despontar para a oferta de alojamento mais qualificado, do qual o Hotel do Garbe, em cima da praia de Armação de Pêra, é um bom exemplo. A febre de investimento na região algarvia multiplica os empreendimentos hoteleiros e o Hotel da Balaia surge como uma proposta pioneira, marcante no panorama medíocre verificado pela sede de lucros imediatos e por desrespeito aos planos de ordenamento vigentes.

O seu carácter de projecto total, firmado com um contrato “chave na mão” que permite ao Atelier Conceição Silva a direcção e execução do hotel, “implicando todas as decisões e actos construtivos que passaram pelo edifício, seu equipamento e mobiliário, intervenção de artistas plásticos, arranjos exteriores e até escolha de guardanapos, loiça ou desenho gráfico dos menus”⁹⁹, torna-o um exemplo único no país e, a nível mundial, dos poucos entregues totalmente prontos para a abertura. Para o arquitecto, trata-se de repetir o processo do hotel de Sesimbra, mas a uma escala muito superior e com maiores condicionantes.

A proposta do Hotel faz parte do Plano de Expansão Turística da Praia Maria Luísa, de 1966 (que se seguiu ao antepiano já



49. Antepiano de Valorização da Zona da Praia Maria Luísa, Conceição Silva, 1964

referido), do qual se construíram apenas um bloco de apartamentos e uma dezena de casas que, seguindo os princípios da Carta de Atenas, se implantam distribuídos pelo terreno em faixas verdes. A valorização da frente costeira, que seria conseguida à custa de uma proposta contínua e coerente, com uma distribuição espacial e programática controlada, fica-se pelo papel.

A experiência recolhida no Hotel do Mar leva à repetição de algumas premissas, caso da organização do espaço em dois corpos distintos em função do programa e da entrada por uma frente menos valorizada, numa subversão do sentido hierárquico das fachadas. O hotel, albergando 140 quartos, divide-se exterior e volumetricamente em zonas públicas e privadas: estas últimas estão concentradas num corpo de 5 pisos que se espraia em duas alas com diversas inflexões a partir de um hall de distribuição central, enquanto os espaços de maior frequência se organizam numa composição mais horizontal que se abre para a praia e para os espaços exteriores através de salas, pátios, terraços e jardins, estruturada em apenas dois pisos em torno de um pátio interior.

O conjunto denota mais uma vez a influência da arquitectura mediterrânica na conjugação do branco caiado das paredes dos quartos com as lâminas de protecção solar em madeira, mas aponta também para os padrões do brutalismo inglês, com o recurso ao betão aparente e a uma implantação regrada em função da exposição solar e das vistas, num jogo de volumes rico e recortado mas de grande ortogonalidade.

No confronto com a envolvente, ainda no seu estado puro, o edifício destaca-se e ganha uma posição ativa que marca a falésia e o perfil da costa, sendo visível para quem frequenta a praia. Assim, assumem importância capital os espaços exteriores, trabalhados para atribuir um enquadramento vegetal ao bloco do hotel, mas também um palco para as actividades desportivas que oferece, caso do campo de mini-golfe, das piscinas e dos campos de ténis.

PROGRAMA

Piso de entrada

O piso de entrada é o piso principal da composição, articulando as zonas públicas, privadas e de serviço. “A quem se dirige ao hotel vindo de Albufeira por uma estrada de mau traçado, propositadamente construída, depara-se a fachada norte do corpo de quartos, que praticamente encobre o corpo de salas virado a sul e constitui um biombo algo pesado e de legibilidade pouco nítida”¹⁰⁰. Esta citação demonstra a precaridade dos acessos, fruto do isolamento da proposta, e a exemplo do que acontecia no Hotel do Mar, a opção do ingresso pela fachada menos nobre. Este momento de entrada é marcado por uma plataforma coberta constituída por elementos encastrados (lembrando estruturas de madeira) que permite o estacionamento abrigado dos veículos.

Uma vez dentro do edifício, o grande hall triangular com pé direito total encimado por uma clarabóia em betão armado e circundado pelas galerias de acesso aos quartos, centra todas as atenções. À esquerda situa-se a zona de recepção e a sul abrem-se espaços comerciais, separados do cabeleireiro e barbeiro por um acesso ao terraço; esta continuidade entre espaços interiores e exteriores é uma constante na obra, potenciada pelo facto de a envolvente não obrigar a erigir barreiras em busca de privacidade, resultando numa grande fluidez espacial, mesmo que a concepção do edifício em bloco possa sugerir o contrário.

O vestíbulo é o nó das circulações do hotel, ponto central de distribuição para as alas de quartos e espaços de salas, situados no corpo mais baixo. Uma vez no hall e tomando a direcção nascente, deixamos a zona de valências destinadas aos hóspedes para aceder a um bloco de serviços com ligação à recepção, constituído por sala de reuniões, sala de espera, contabilidade, secretaria, arquivo, cofre, enfermaria, gabinete de chefe do pessoal, vestiários e

instalações sanitárias de pessoal e zona de bagagens, com acesso exterior directo desde a zona de entrada. É neste bloco de desenho compacto e arrumado que se encontram as circulações verticais que permitem a comunicação tanto com o espaço das cozinhas no piso inferior, como com todos os pisos de quartos que se desenvolvem para cima. Ultrapassando este conjunto de divisões, existe um segundo hall mais pequeno com escadas e elevador, do qual parte a galeria de distribuição para os 8 quartos disponíveis.

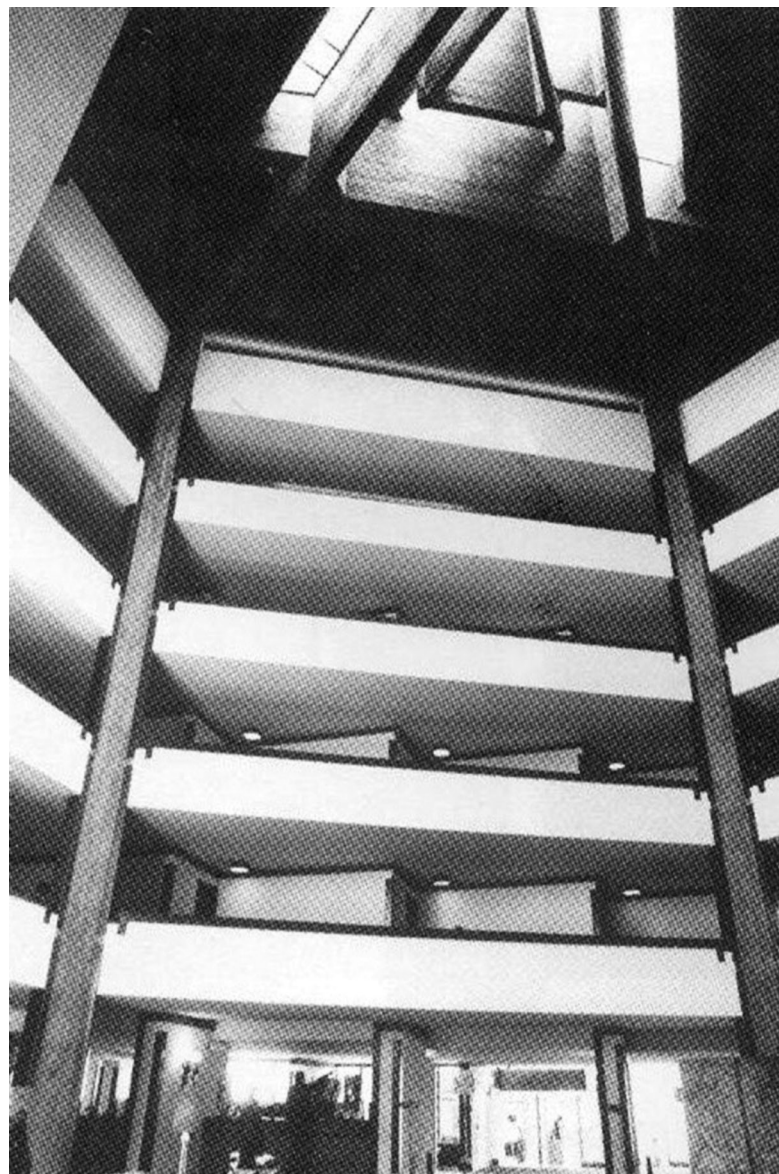
Repete-se o esquema distributivo apresentado no Hotel Algarve, com um corredor longo de iluminação reduzida e virado para norte, rematado por uma escada de emergência. A ala poente, com acesso directo desde o espaço de entrada, utiliza o mesmo padrão. Esta solução, que privilegia os espaços de alojamento abrindo-os a sul, cria faixas de circulação muito extensas e pouco convidativas, apesar de em comparação com a obra da Praia da Rocha este problema ser atenuado pela contenção no comprimento (36m contra os quase 50 do Hotel Algarve).

O acesso às zonas de maior frequência e convívio, afastadas do corpo dos quartos pela quietude exigida nos espaços de descanso, faz-se atravessando a cobertura ajardinada da cozinha instalada no piso inferior, através de uma galeria que serve como local para exposições de arte. As clarabóias para iluminação zenital da área de confecção de refeições, ajudam a caracterizar e dinamizar um espaço de difícil tratamento e utilização, ao mesmo tempo que satisfazem a necessidade de ventilação de divisões interiores.

Tendo avançado em direcção ao mar, para sul, e depois de atravessada a galeria, um hall secundário com imponente escadaria para o andar inferior socorre-se mais uma vez de iluminação através da cobertura para se demarcar, impondo uma escala que se aproxima do espaço de entrada mas que esmaga os espaços à sua volta. É ladeado pelas instalações sanitárias públicas e por um primeiro espaço de estar, debruçado sobre um pátio interior.

A galeria que percorre os restantes 3 lados deste pátio liga

50. Hotel da Balaia - vestíbulo de entrada com galerias de acesso aos quartos



2 bares, intercalados por uma pequena copa (um mais aberto, o outro mais intimista e encerrado, denominado salão-bar), uma sala de estar ampla virada à praia e a entrada para o restaurante-grill, um espaço de refeições mais ligeiras, servido por uma cozinha de apoio ligada à principal no andar inferior por meio de escadas. Em todo este piso há uma ortogonalidade sempre presente; se na zona dos quartos ela é parcialmente quebrada pelas inflexões do corpo de 5 pisos, a área das salas desenvolve-se em sucessivos planos transparentes ou mais opacos, espaços que se interpenetram e se articulam. No Balaia o esquema de circulações é definido por nós de distribuição ligados por galerias, num organigrama simples que permite fácil orientação e uma formalização rica.

A área ocupada pelas zonas de serviço é diminuta (cerca de 15% da área total do andar), cingindo-se ao bloco administrativo com dimensão considerável junto à entrada e a pequenas divisões de apoio a espaços de convívio maiores, distribuídos de forma homogénea. O piso de entrada beneficia da concentração da maioria das áreas técnicas exigidas no piso inferior, que aproveita o desnível no terreno para enterrar os compartimentos de serviço, longe dos olhares dos hóspedes.

Piso inferior

O piso inferior tem comunicação directa com o exterior por se encontrar ao nível do terreno na quase totalidade do perímetro, abrindo-se de forma mais franca com os espaços relevados que caracterizam a envolvente. Sendo o acesso preferencial feito pelo exterior, a ligação interna com o piso de entrada é feita apenas pela escadaria do hall secundário, através da qual se acede às instalações sanitárias públicas, à discoteca e ao restaurante principal, de área coberta superior ao grill. Este local de refeições é potenciado por uma varanda que praticamente duplica a área do interior, assumindo-se como um espaço de fruição das condições

climatéricas privilegiadas. A abertura de grandes vãos na busca de acrescida polivalência e atractividade está já presente no projecto de Pardal Monteiro em Lisboa, valorizando os terraços e varandas, mas com divisões mais estanques.

Estabelecendo-se como um volume independente e com acesso apenas pelo exterior, concentram-se a poente a sala de leitura e a sala de jogos, isoladas das divisões restantes pelo pátio. Esta situação, criada pelos entraves à concretização do projecto na sua totalidade, que previa um corpo mais elevado no remate do conjunto das salas e um grupo de circulações verticais que ligavam espaços de estar, jogos e leitura, deram origem a uma falta de hierarquia espacial nesta zona, que parece desintegrada. A discoteca e restaurante encontram-se adossados ao grande núcleo das cozinhas que caracterizam este andar; a sala de refeições beneficia de acesso directo e o clube nocturno tem serviço de bar abastecido por intermédio de uma pequena galeria que o liga ao núcleo referido.

A zona de serviços é, neste andar, substancialmente maior (praticamente 2/3) e alberga todas as valências necessárias à subsistência de um organismo independente da rede pública de infra-estruturas: cozinha, lavandaria, armazéns de víveres, depósitos de óleo, incineração de lixos, central térmica, depósito de gás e centrais de ar condicionado. Por não estar prevista nos quadros iniciais, a "introdução de ar condicionado na totalidade da unidade hoteleira numa fase já muito avançada do desenvolvimento do projecto (Maio de 1966)"¹⁰¹ criou sérias dificuldades de integração, visíveis na introdução de diversos espaços separados para o efeito.

A extensão que a sequência de espaços de serviço acarreta permite a criação de uma entrada de serviço no lado norte do volume dos quartos, com uma pequena pala disfarçada sob o desnível do terreno, permitindo a recepção de bens para abastecimento (que tem que ser constante) num cais coberto.

Sob a área do restaurante, desenvolvem-se num 2º piso abaixo do de entrada os balneários e sanitários para ambos os sexos e um bar com esplanada protegida para apoio à piscina de formato quadrado. Esta sofreu também com os cortes orçamentais impostos pelo cliente, tendo sido reduzido o tratamento dos espaços exteriores confinantes ao mínimo, “que trouxe como resultado ela aparecer perdida na relva e quase completamente desligada do edifício”¹⁰².

Pisos dos quartos

O piso-tipo destinado a quartos repete-se em 4 andares e sobrepõe-se ao piso de entrada, onde existem já 16 quartos. Organiza-se em torno do vazado sobre o hall de entrada, à volta do qual correm as galerias que dão acesso aos aposentos e chegam os dois elevadores que partem da cota daquele mesmo espaço. Enquanto no núcleo central a entrada para os quartos é feita de forma directa, chegar ao topo das alas poente ou nascente implica o percurso por uma galeria: no caso da nascente, esta limita-se a um corredor simples de largura constante, rematado por uma caixa de escadas; caso se tome a direcção nascente, este corredor divide-se em dois troços, quebrado por uma inflexão sensivelmente a meio do percurso, na qual um espaço de descompressão com escada e elevador de uso público rompe com a monotonia do passeio.

A fachada reflecte a opção de deslocar as galerias para a zona norte do edifício, resultando numa frente com poucas fenestraçãoes que antecede, no percurso de entrada no edifício, uma grande abertura à paisagem. Esta sucessão de acontecimentos verificava-se já no Hotel do Mar e, mais recentemente, no Hotel Algarve.

Pelo facto de cada piso comportar 36 quartos, existe na primeira metade da ala nascente um conjunto de áreas de apoio ao serviço, no qual se inclui uma copa de dimensão generosa,



51. Corpo dos quartos visto de Sul

vestiários e instalação sanitária para pessoal, 2 elevadores ligados ao piso da cozinha que permitem um rápido abastecimento e uma coluna de tubagens que se estende até ao piso mais baixo. A dispersão espacial dos quartos e a inexistência de um piso técnico para desvio horizontal das infra-estruturas de abastecimento e esgoto não invalida uma planta livre no piso de entrada mas obriga a cuidados adicionais no planeamento destas redes.

Os quartos são muito semelhantes entre si, com instalação sanitária, roupeiro e zona de dormitório, com uma área em torno dos 32m². Os do piso de entrada são mais pequenos (27m²) mas beneficiam de um espaço exterior sob a forma de terraço de maior dimensão; nos restantes pisos as varandas estão presentes em todos os módulos por forma a garantir o sombreamento e a privacidade. Os elementos de protecção solar utilizados, em madeira, caracterizam o volume dos quartos e contrastam com a escolha de materiais para o corpo das salas, onde é utilizado o betão à vista, e dão à zona dos quartos uma imagem mais mediterrânica em oposição à rudeza das zonas de convívio.



52. Salas do piso inferior no topo sul

Nos últimos dois andares, pelo facto de o terreno apresentar um desnível no sentido poente-nascente, também o próprio edifício acompanha esta descida das cotas, apresentando uma linha quebrada e que se traduz na amputação de uma das alas: se no 4º piso esta se resume a metade da zona nascente, no 5º e último piso os quartos são dispostos em torno do hall principal e na galeria poente. A cobertura plana, ao contrário do que se tem verificado até aqui, é destinada à instalação das máquinas necessárias ao funcionamento do hotel, ligadas à manutenção dos elevadores e maioritariamente do ar condicionado. O facto de dispor de uma vasta área exterior tratada e de se encontrar na falésia, numa posição elevada em relação à envolvente, contrapõe a não utilização do espaço de cobertura.

No topo nascente do edifício surge em 1971, pela necessidade de renatibilização do investimento, uma torre de 10 pisos que remata o volume destinado a quartos. Este acrescento, da responsabilidade do Atelier Conceição Silva pela mão de Tomás Taveira, destaca-se do pré-existente e introduz uma nova escala na

composição, apesar da tentativa de mimetizar a imagem da obra já erigida.

CONCRETIZAÇÃO FORMAL

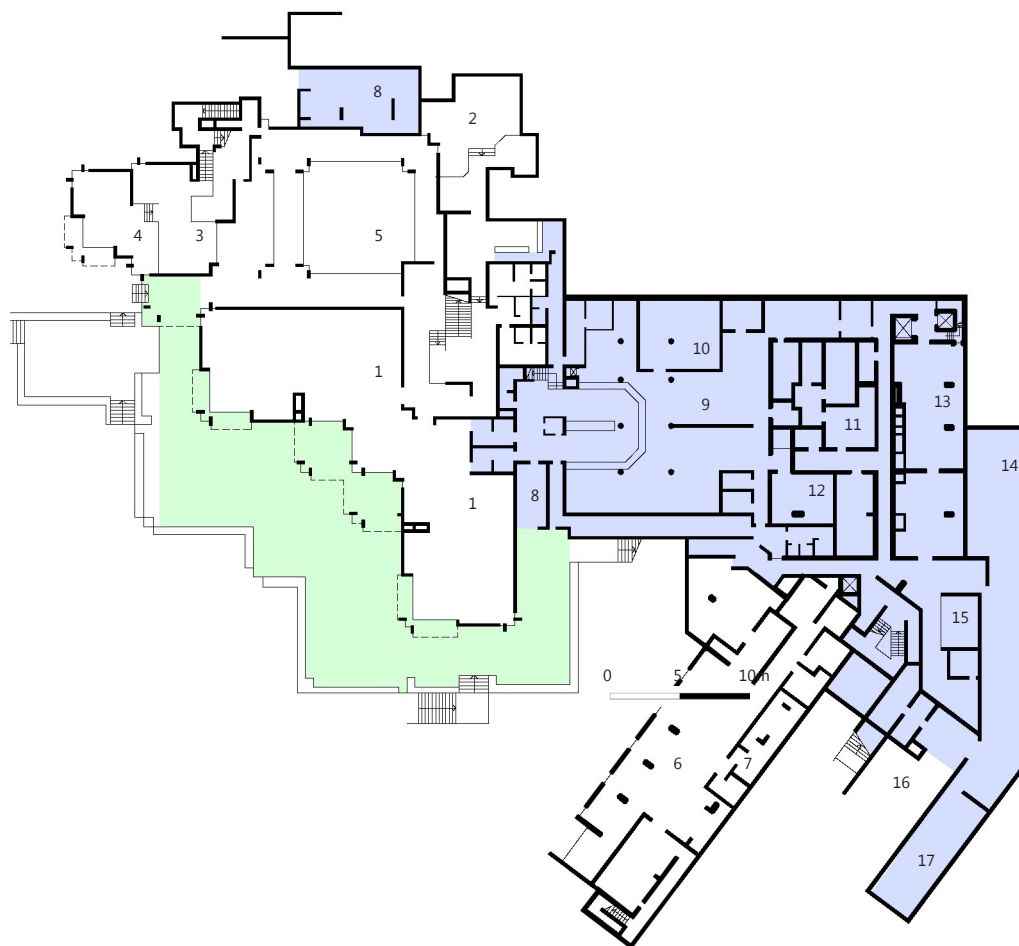
O Hotel da Balaia, à semelhança do que já acontecia com a obra de Conceição Silva para Sesimbra, vive da relação estreita com os espaços exteriores e a própria envolvente natural. A utilização de um reduzido número de materiais que expressam as suas potencialidades plásticas volta a ser prato principal na imagem do edifício, com influências nórdicas e brutalistas que os próprios autores não negam. Betão à vista, madeira e o branco das paredes caiadas combinam-se e atribuem ao conjunto uma ambiência mediterrânica que se observava no Hotel do Mar, apesar de neste caso, pela sua dimensão, se revestir de maior monumentalidade e afirmação. Os volumes dos quartos, recortados pelas varandas, encontram paralelo no jogo de volumes fragmentados da zona das salas, num desenho mais duro e geométrico, de acordo com os padrões europeus e “sem apego a sedimentos regionais, ainda ontem justificáveis mas hoje ultrapassados na dimensão do espaço e do tempo novos que vivemos”¹⁰³.

No interior, a concepção de um projecto total conduz a uma solução harmoniosa, de continuidade entre os espaços, a iluminação e o próprio mobiliário, apesar das dificuldades encontradas na produção deste último, uma vez que a indústria “não dispõe de modelos, ou capacidade, para o fabricar segundo desenho com a brevidade necessária, considerando a enorme quantidade de objectos necessários”¹⁰⁴; pela necessidade de cumprimento de prazos, impôs-se a opção por modelos menos complexos, o que não desvirtua o resultado final. A nível das opções construtivas a escolha de sistemas modulares, por forma a encurtar o tempo de execução, encontra paralelo apenas nas obras ligadas à engenharia

e implica grande proximidade entre projectista e fornecedor, sendo pioneira no país no que respeita à edificação de conjuntos hoteleiros.

O grande cuidado no tratamento do conjunto, quer no que respeita à imagem quer nos espaços interiores, tem repercussão também nas áreas adjacentes ao edifício. Pela sua localização peculiar e única, no topo da arriba com vistas privilegiadas para o mar, e conhecendo-se a preocupação de Conceição Silva no que concerne ao respeito pelo enquadramento natural, é sem surpresa que se encontra anexo ao projecto de arquitectura um arranjo paisagístico da responsabilidade de Gonçalo Ribeiro Telles. De forma a valorizar a paisagem local e criar ou melhorar pontos de interesse, mas também para sustentar o processo erosivo das escarpas e defender o edificado dos ventos dominantes do quadrante norte, a implantação criteriosa de mata adjacente ao edifício torna-se indispensável. As actividades que se desenrolam no exterior têm palco no grande relvado em torno das zonas de salas que através de terraços e varandas se prolongam e se abrem à paisagem.

A implantação de grandes conjuntos hoteleiros em locais distantes dos aglomerados populacionais propicia a pacatez e riqueza natural que tais localizações oferecem, mas carecem de condições e atractivos que só uma cidade pode proporcionar. A ambiência urbana, a possibilidade de escolha, a riqueza do património e das relações humanas, a descoberta de novas culturas, não se resolvem com uma vasta oferta de serviços e distrações dentro do mundo à parte que é o hotel. Para além disso, a escassez de acessos e a necessidade de infra-estruturação de raiz têm reflexos nas tarifas praticadas, podendo afastar a procura e reservando o acesso a um turismo de luxo, marcadamente europeu e de grande instabilidade. O Hotel da Balaia é um bom exemplo quanto à integração na envolvente, mas não pode ser o caminho a tomar sob pena de uma fragmentação excessiva e prejudicial do território.



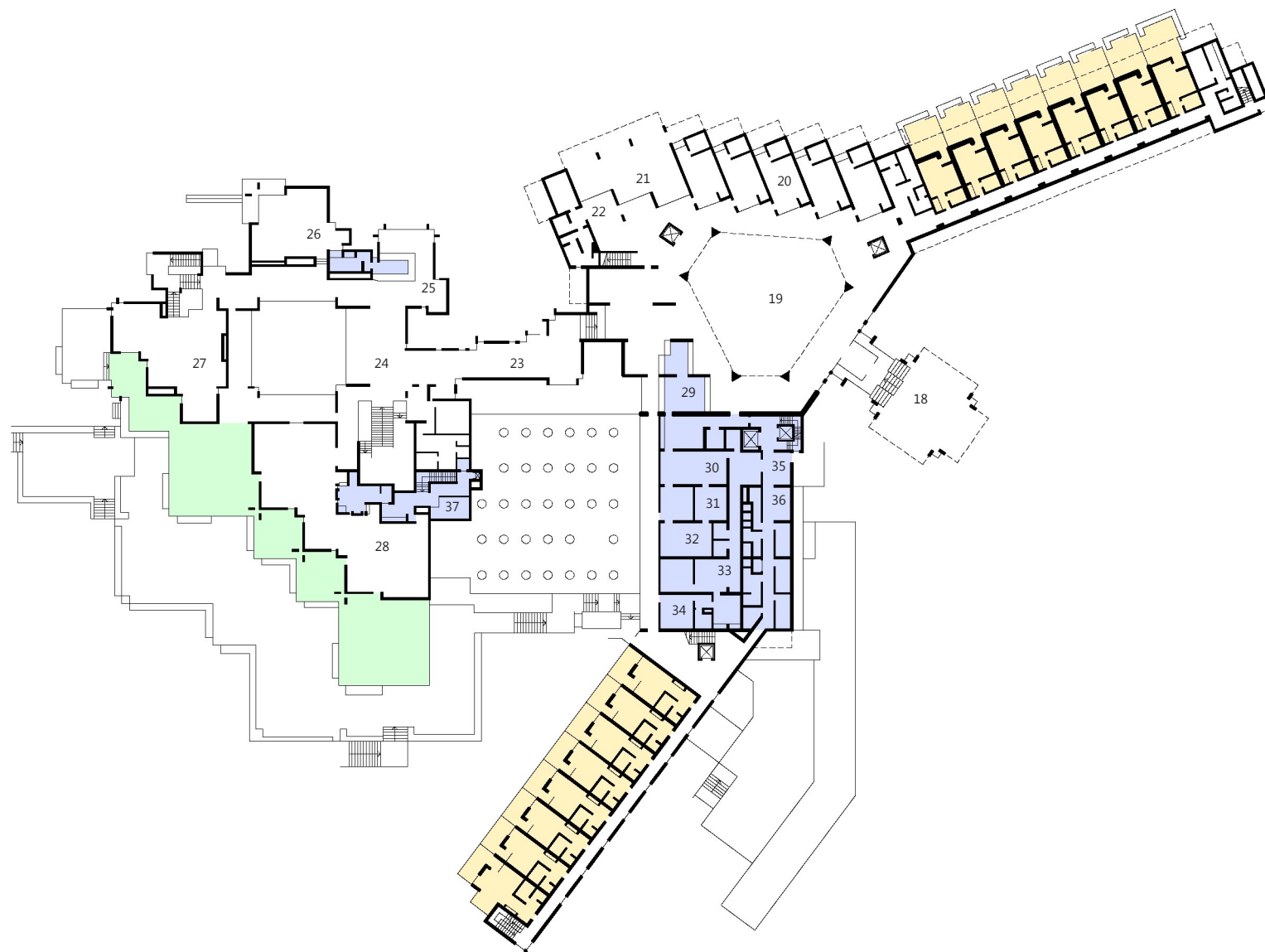
Planta do Piso Inferior

0 5 10m



1. Restaurante Principal 2. Discoteca 3. Sala de Jogos 4. Sala de Leitura 5. Pátio 6. Espaço Polivalente 7. Vestiários 8. Central de Ar Condicionado 9. Cozinha 10. Armazém de Víveres 11. Câmaras de Frio 12. Depósito de Óleos 13. Lavandaria 14. Central Térmica 15. Depósito de Gás 16. Entrada de Serviço Coberta 17. Incineração de Lixos

Áreas de serviço / técnicas Áreas exteriores públicas (varandas / terraços)



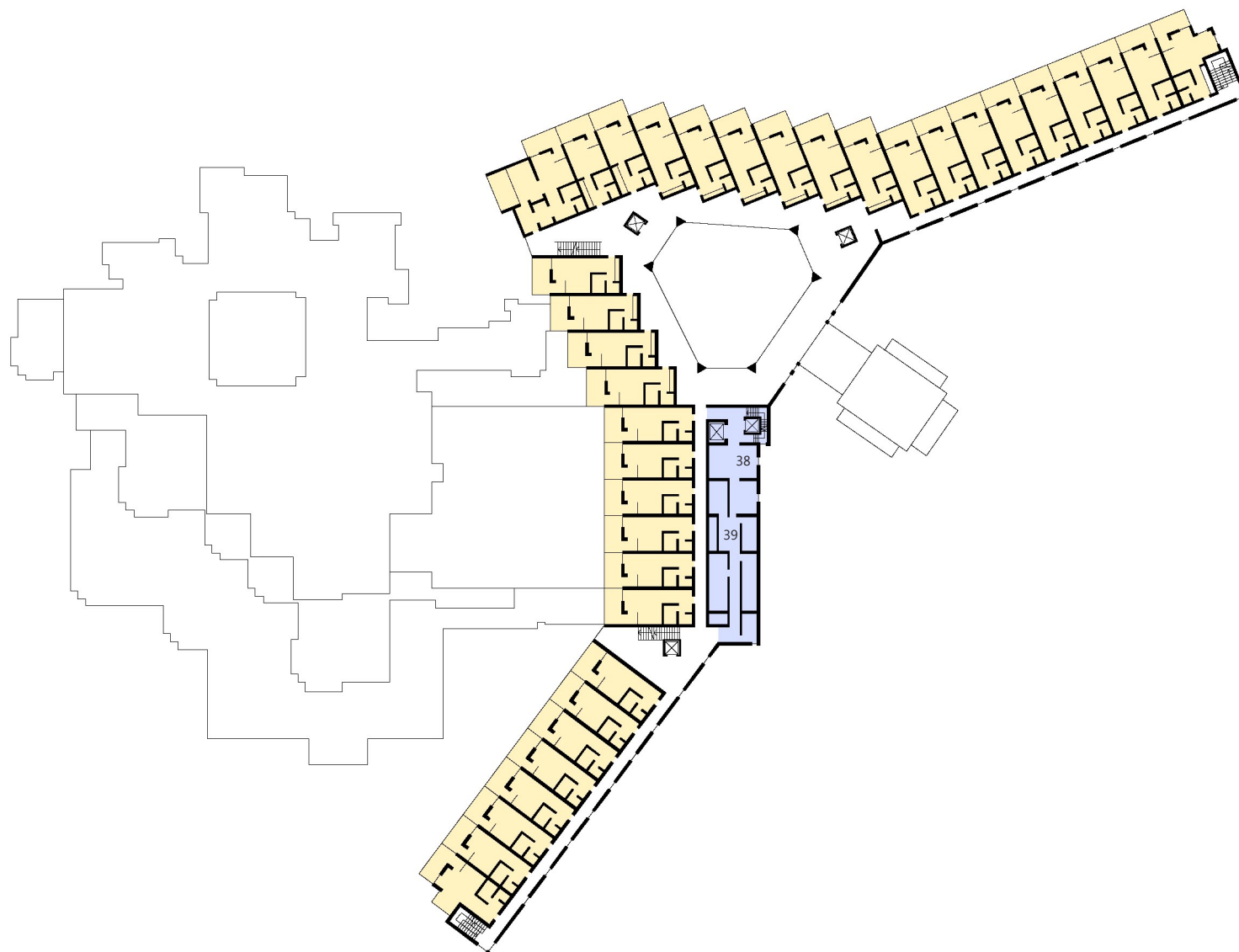
Planta do Piso de Entrada

0 5 10m



18. Entrada 19. Vestíbulo 20. Lojas 21. Acesso ao Exterior 22. Cabelheiro / Barbeiro 23. Galeria / Exposições de Arte 24. Espaço de Estar 25. Bar 26. Salão-Bar 27. Sala de Estar 28. Restaurante Grill 29. Recepção 30. Secretária 31. Arquivo 32. Gabinete do Chefe de Pessoal 33. Sala de Reuniões 34. Enfermaria 35. Bagagens 36. I.S. / Vestiários de Pessoal 37. Cozinha de Apoio

Áreas de serviço / técnicas Áreas privadas (quartos) Áreas exteriores públicas (varandas / terraços)



Planta dos Pisos de Quartos

38. Copa de Piso 39. I.S. / Vestiários de Pessoal

Áreas de serviço / técnicas  Áreas privadas (quartos) 

0 5 10m



DESTINO FINAL



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vinte e quatro anos separam os casos de estudo apresentados nesta prova, período durante o qual tanto o fenómeno turístico como os programas hoteleiros conheceram franca evolução, resultado das exigências de uma sociedade que se vinha emancipando no que aos tempos livre diz respeito desde o início do séc. XX. A ideia dos tempos de descanso como recompensa pelo trabalho desenvolvido e a associação destes a uma maior produtividade conferiram-lhe a legitimidade necessária à sua aceitação. As vitórias nos direitos a períodos de férias pagas e redução das jornadas de trabalho, a democratização das vias e meios de transporte, que aproximaram dos portugueses os destinos até então inacessíveis, contribuíram para o desenvolvimento do turismo em Portugal.

O nascimento da consciência da saúde catapultou as estadias nas termas, tomadas como salvação à insalubridade das cidades e que a população urbana procurava como locais de purificação. Este ideal higienista de um construir saudável teve reflexos na arquitectura, que passou a oferecer espaços arejados e limpos, com superfícies lisas e grandes áreas envidraçadas, mas também nos hábitos dos portugueses, que fugiam à saturação do quotidiano, empreendendo migrações sazonais. Se até à década de 1930 as preferências se repartiam entre o termalismo e o turismo balnear, este último conheceu um crescimento exponencial que o tornaria a principal actividade económica para o país. O desenvolvimento de

pólos turísticos na costa portuguesa motivou a análise dos casos apresentados, sintomáticos de períodos e abordagens diferentes à mesma temática do alojamento de luxo em área balnear, cada qual com vantagens e inconvenientes adjacentes.

IMPLANTAÇÃO

O Grande Hotel da Figueira (1953) marca o início das grandes realizações à beira-mar, no pós II Grande Guerra e, a par do Hotel do Mar (1962), materializa uma primeira experiência de alojamento de qualidade superior, ainda muito ligada à cidade. De facto, estes 2 primeiros casos sustentam a sua actividade nas áreas envolventes, delegando na oferta dos aglomerados urbanos as actividades a proporcionar aos seus hóspedes. Ainda que a obra de Inácio Peres Fernandes possua uma capacidade de confecção de refeições superior àquela que pode comportar e os serviços que possui já se afastem dos moldes até então construídos, o que é certo é que vive essencialmente da fruição das praias e do entusiasmo pelos casinos, não se afirmando como verdadeira alternativa ao tecido da cidade, ao qual se cose. O facto de se enquadrar num lote exíguo e estar condicionado por uma configuração que transitou de um projecto anterior, ainda muito ligado aos moldes nacionalistas do regime, não permitiu a realização de um complexo mais ambicioso.

O Hotel do Mar, implantado numa zona da vila de Sesimbra em crescimento, é paradigmático da falta de informação e do desconhecimento dos contornos das práticas turísticas: o hotel, que se julgava apenas um complemento à vivência da cidade, assume-se como centro das atenções e pólo catalizador da área em que se insere. O seu desajuste em relação à realidade, consubstanciado nas ampliações a que foi sujeito num curto período após a sua inauguração, tornou claras as insuficiências de um programa contido na sua área e pouco adequado às reais necessidades de uma comunidade que emergia para o turismo.

Aprendida a lição, abriram-se as portas a novos modelos mais completos e de muito maior dimensão, como sejam o Hotel Algarve (1967) e o Hotel da Balaia (1967). Estes imprimem perante a envolvente uma atitude completamente diferente, desligando-se do existente: localizados em terrenos isolados do tecido urbano, com grande valor paisagístico, socorrem-se da imagem, das condições naturais atractivas e do seu próprio quadro programático para garantir a subsistência financeira e a manutenção dos hóspedes dentro das suas quatro paredes.

A criação destas “ilhas” autónomas, fruto da iniciativa privada e investimento de capitais exteriores ao país, provoca a fragmentação do território e fomenta o alheamento de uma realidade urbana adjacente que, no caso da região algarvia, é ainda pouco desenvolvida.

Os hotéis fecham-se sobre si mesmos e sorvem os rendimentos da estadia em território português de turistas estrangeiros, surtindo o efeito contrário que presidiu ao seu incentivo por parte do Estado, que via nos equipamentos turísticos a solução para o problema das contas públicas. A mudança de paradigma nas soluções encontradas para os conjuntos hoteleiros prende-se também com a alteração dos próprios hábitos associados às viagens de férias, que deixam de ser um período de inactividade e repouso físico, para passarem a ser palco das mais diversas

actividades: já não chega somente a fruição do sol, areia e mar, é imprescindível a prática de desportos náuticos e ao ar livre.

O Hotel Ritz (1959) é um caso à parte no que respeita à sua implantação, por se integrar na malha urbana da capital num lote bem definido, em condições diferentes dos restantes casos estudados. Em vez do isolamento procurado pelas obras na costa em cima do mar, a localização do edifício é decorrente da facilidade nos acessos aos principais pontos da cidade (nomeadamente ao Aeroporto da Portela), reflectindo um público-alvo e objectivos diferentes. Em oposição aos hotéis de praia, destinados a uma clientela abrangente mas que procura o lazer, uma estadia de carácter lúdico e um retiro ao bulício da cidade, o Ritz tem como principais clientes os empresários e profissionais em trânsito pela Europa, maioritariamente em viagens de negócios.

O hotel é um espelho da oferta da cidade, por contraponto à monocultura de praia que se verifica no Algarve; na capital a oferta cultural, de negócios e congressos pede um programa mais variado. Assim, os conteúdos programáticos da obra de Pardal Monteiro assumem duas vertentes: por um lado, o conjunto de valências que permitem ao hóspede a rápida satisfação das suas necessidades, sem que tenha de se deslocar ao exterior do edifício – caso das salas de dactilografia, de leitura e de correspondência; por outro, uma série de divisões que se abrem à cidade e que buscam uma relação de complementaridade com o tecido urbano, na qual se incluem o salão de exposições, o salão de festas (cuja flexibilidade do espaço permitia acolher variados eventos) e os diversos restaurantes que servem o próprio hotel, com entrada directa pelo exterior e sem perturbar o seu normal funcionamento. Esta dualidade permite a rentabilização dos espaços mas simultaneamente proporciona uma concentração da actividade, fechando-se nos muros que o afastam do movimento dos arruamentos, numa solução quase hermética e sem a tão desejada permeabilidade almejada pelo movimento moderno.

ZONAS PÚBLICAS

No que às zonas públicas diz respeito, a adaptação dos modelos hoteleiros passa indubitavelmente pela expansão das áreas dedicadas ao convívio e distração. À excepção do Hotel Ritz, incorporado no meio urbano de uma grande cidade, que pede mais diversidade e permite o desenvolvimento de espaços mais específicos, é notório o aumento do quadro programático no que respeita a áreas sociais das unidades costeiras. Tendo em conta o Hotel do Mar ou o Grande Hotel da Figueira, que mesmo assim já possuíam particularidades inovadoras para a época, constata-se que o Hotel Algarve oferece valências diversas e um maior leque de atracções (como as lojas e agência bancária, sala de jogo, discoteca, sauna, mini-golf ou cais para barcos a motor), a que o Hotel da Balaia acrescenta ainda restaurantes diferenciados à escolha, campos de ténis e jardins para caminhadas ou exercício.

Os primeiros hotéis, adaptados de velhos palácios e com condições deficitárias, apenas disponibilizando os quartos e uma pequena sala para refeições, estavam longe dos grandes empreendimentos algarvios projectados como microcosmos, à semelhança do que acontecia já com os transatlânticos.

Os programas diversificam-se, desenvolvem-se, crescem proporcionalmente às exigências de novas formas de turismo e adaptam-se a diferentes propósitos, contemplando espaços de maior flexibilidade. O hotel de praia deixa de ser um mero complemento ou um espaço onde apenas se pernoita e faz a primeira refeição do dia, para passar a ser um conjunto de actividades, fonte de divertimento e lazer, um mundo à parte que pede maior frequência, mais tempo de permanência e que agarra os hóspedes no seu interior, procurando rentabilizar ao máximo o espaço disponível.

A relação com o exterior também personifica uma constante alteração ao longo do tempo e é decorrente da envolvente: na

obra da Figueira da Foz, a volumetria fechada em bloco e com apenas uma zona de entrada não permite uma relação aberta. À parte a linguagem moderna do edifício que o separa do casario já construído e a utilização da cobertura enquanto solário e espaço de convívio, a forma como ocupa o lote e se relaciona com os arruamentos não é muito diferente de propostas anteriores, não sendo particularmente inovador. A oferta de uma área de varanda nos quartos a Poente, virados ao mar, não é suficiente para que se possa afirmar que a adaptação de Peres Fernandes seja um sucesso, e a construção da piscina no terreno limítrofe a Norte comprova a necessidade de uma maior abertura do programa, mesmo numa zona onde a praia tem uma forte presença.

O Hotel Ritz, ainda que incorporado num ambiente citadino, integra melhor as relações com os espaços ajardinados contidos no lote, privilegiando as divisões de maior importância e permitindo a sua expansão tanto visual como física; na cobertura, as vistas panorâmicas para a cidade e para o Parque Eduardo VII tornam-na o lugar ideal para a instalação de um restaurante. Aos poucos, algumas das zonas sociais vão sendo elevadas para o último nível dos edifícios, numa aproximação ao modelo da Unité de Marselha de Le Corbusier, que valoriza e explora as possibilidades da cobertura plana.

O Hotel do Mar denota as características do seu autor Conceição Silva, cuja grande preocupação é a integração da obra no ambiente circundante: a volumetria em degraus, o grande terraço que serve a sala de refeições, as varandas dos quartos sem guardas para maiores horizontes e o acesso directo do piso mais baixo a uma plataforma exterior ajardinada remetem para ambientes mediterrânicos, com uma escala mais humana e em maior comunhão com a ambiência natural. Afirma-se a constestação aos modelos modernos, de valores absolutos e soluções tipificadas, contrapondo uma arquitectura subjugada ao homem, construída com materiais e técnicas locais. A sua obra sobre a Praia Maria

Luísa leva esta possibilidade ao máximo, uma vez que o edifício do hotel se implanta num grande plano relvado, afastado e protegido dos acessos viários pela vegetação. Esta opção permite a oferta de quartos no piso térreo, servidos por terraços amplos, a criação de salas em contacto directo com o exterior, mediadas por espaços de transição que alojam zonas de esplanadas, num esquema permeável e sem constrangimentos. A construção de piscinas, campos de ténis e mini-golf, além de um acesso à praia, motivam a utilização da área em torno do hotel e alargam o papel do arquitecto ao arranjo paisagístico, que deixa de conceber apenas o edifício e é confrontado também com necessidade de prever as condições para o usufruto dos terrenos confinantes.

O Hotel Algarve, sobre a Praia da Rocha, representa uma situação intermédia: por estar imiscuído numa área parcialmente urbanizada, não pode organizar-se de forma tão ampla mas oferece uma área exterior espaçosa onde pontuam a piscina e respectivos apoios.

ZONAS DE SERVIÇO / TÉCNICAS

Consequência do aumento das áreas públicas anexas ao hotel, do número de quartos disponibilizados, das exigências crescentes de conforto por parte dos turistas e do sobredimensionamento das infraestruturas necessárias em relação à rede pública (quando esta existe), também as zonas de serviço e técnicas tiveram de crescer, ocupando uma parte importante da área total que não deve ser descurada. O hotel, verdadeira máquina de lazer que permite o rejuvenescimento e a preparação para o retorno ao ritmo de trabalho, é organizada para rentabilizar o tempo livre da melhor forma possível, com uma hierarquia muito clara: quem serve e quem é servido.

Para que todo o circuito funcione na perfeição, é necessária a criação de percursos diferenciados para o pessoal e para os

hóspedes, que não se devem aperceber do trabalho contínuo e da manutenção necessária ao funcionamento isento de problemas. Para além disso, a orientação dentro do edifício deve ser fácil e de rápida apreensão, direccionando a atenção para as zonas de maior frequência. Neste aspecto, todos os casos estudados se valem de organização semelhante, quase diagramática e bem estruturada, com acessos claros às principais divisões e comunicações verticais bem situadas, reflectindo uma filiação funcionalista. Também comum aos vários exemplos, ainda que com grau de complexidade proporcional à dimensão dos conjuntos hoteleiros, é a preocupação em ocultar as áreas reservadas ao staff com entrada separada, estrategicamente distribuídas mas junto das valências servidas: as zonas de cozinhas contíguas às salas de refeições e com comunicação vertical para os pisos de quartos, onde também estão dispostas a lavandaria e respectivos apoios, as copas de piso adjacentes às galerias de acesso aos quartos ou um bloco de administração e depósito de bagagens junto à entrada. Refeitório, vestiários e instalações sanitárias para o pessoal, aposentos para criados pessoais de utilizadores do hotel, arrumos, armazéns de víveres, cais de descargas ou oficinas são divisões correntes e que devem ser previstas.

O aumento das áreas técnicas prende-se não só com a expansão das restantes zonas do hotel e das redes necessárias, mas principalmente com a disponibilidade de recursos do local de implantação: em ambiente urbano, como se verifica na Figueira da Foz, os espaços de pendor técnico relevantes resumem-se a uma pequena casa de máquinas e um depósito de água no topo da torre. No Hotel do Mar a técnica construtiva adoptada é simples e os espaços de serviço têm um peso muito reduzido no conjunto; o Hotel da Balaia representa a situação oposta, por se encontrar erigido num local onde nem os acessos viários estavam construídos. Pelo seu isolamento, a grande desvantagem encontra-se no facto de ter de se garantir a sua auto-suficiência, obrigando a um investimento

elevado e grande dispêndio de área para alojar toda a maquinaria exigida. Desta obra fazem parte depósitos de óleo, incineração de lixos, central térmica, depósito de gás e água, centrais de ar condicionado, central telefónica ou posto de transformação, sendo que uma boa parte destes recursos poderia ser suprimido ou minimizado num edifício ligado ao tecido urbano. Esta situação, que se repete nas várias unidades hoteleiras espalhadas pela costa meridional portuguesa, materializa-se no Hotel Algarve num piso técnico sobre o de entrada que repete a opção de Pardal Monteiro, demonstrando a importância destes sistemas pela atribuição de um piso somente para a sua instalação.

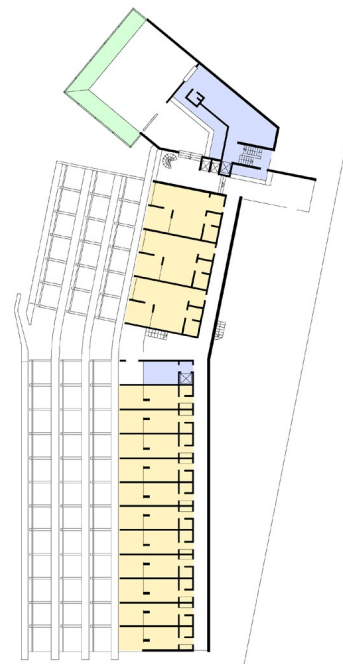
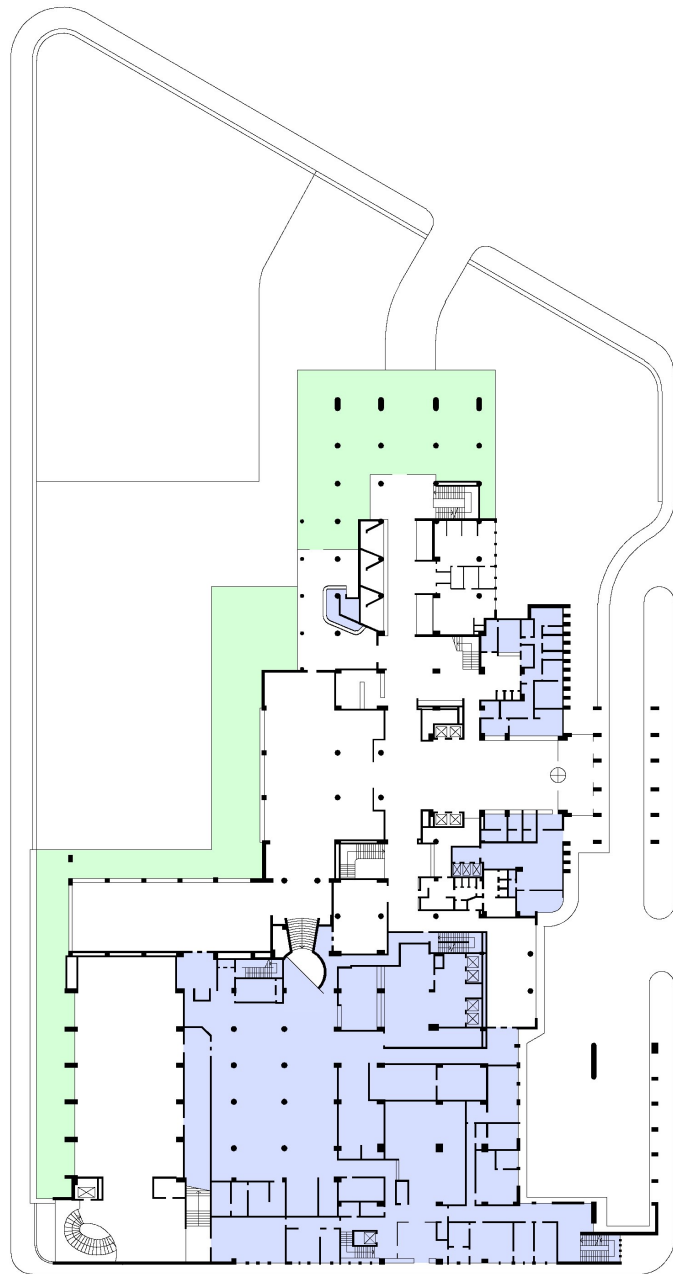
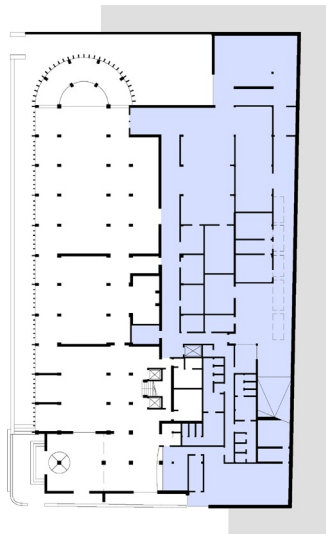
Com o desenvolvimento da envolvente e o crescimento do tecido urbano, o enunciado inicial alterou-se: a implantação privilegiada longe da urbe e a qualidade paisagística de que algumas propostas se socorriam para garantir maior atractividade perdeu-se por completo, tendo sido em grande parte dos casos absorvidas pelo edificado adjacente de maior volumetria.

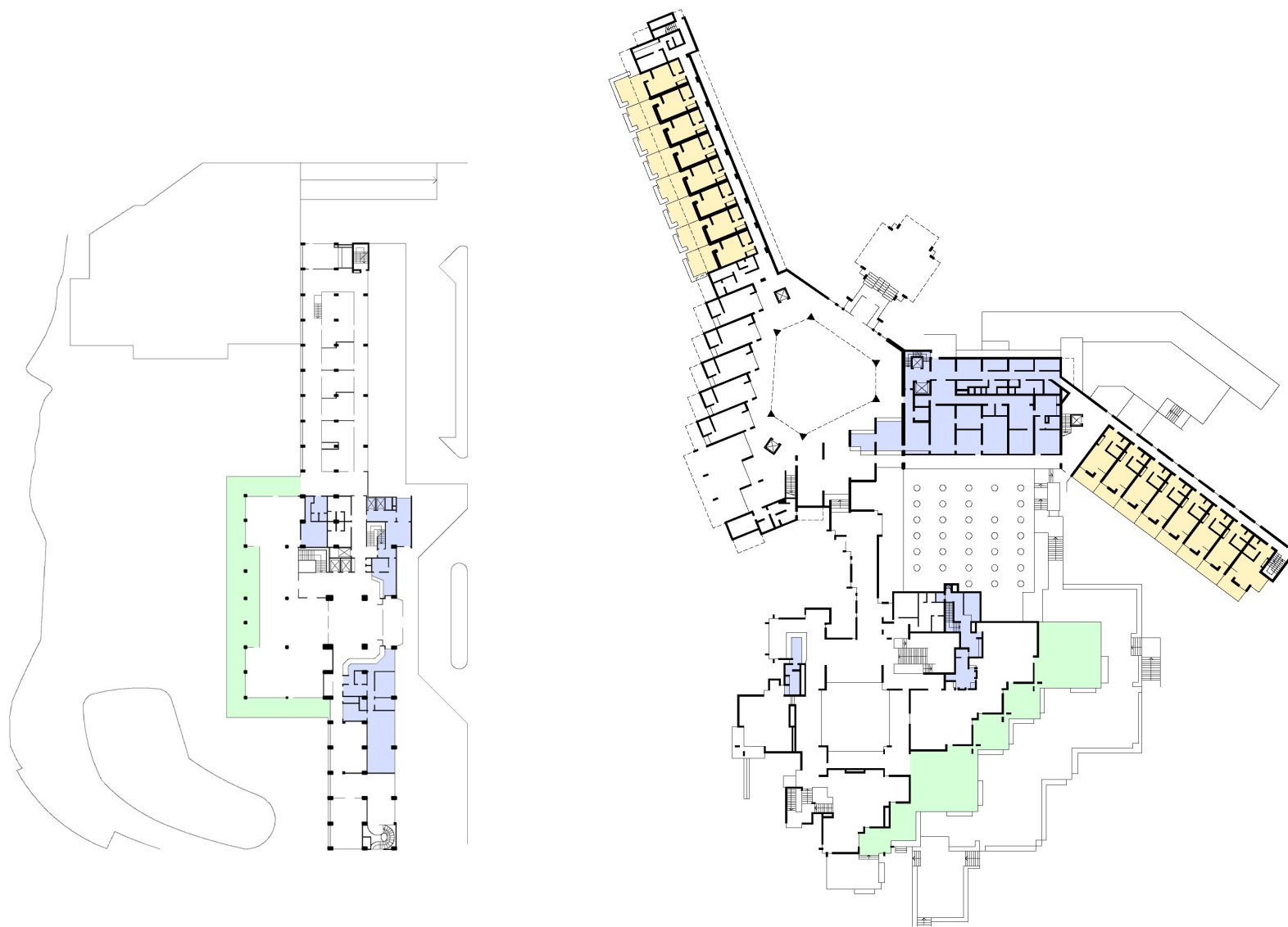
Quatro décadas depois da inauguração do último dos hotéis referenciados, a pressão urbanística suscitou diferentes resultados que demonstram a validade das opções projectuais tomadas.

Os conjuntos mais amplos com oferta diversificada, mantiveram-se praticamente inalterados – ainda que por razões diferenciadas - e limitaram-se a adaptar os seus serviços a funções mais actuais; neste grupo encontram-se o Hotel Ritz e o Hotel Alvor, datado de 1967 e da autoria de Alberto Cruz (projectado desde o início num terreno extenso englobando plano paisagístico). Pelo desenvolvimento exponencial dos aglomerados em que se implantaram, o Grande Hotel da Figueira, o Hotel do Garbe e o Hotel Algarve foram engolidos pelo edificado e são actualmente uma pequena parte do alojamento disponível. No caso da Praia da Rocha, para que o hotel se demarque, foi-lhe associado um casino; na Figueira da Foz e em Armação de Pêra pouco foi feito para tornar as unidades hoteleiras mais atractivas, reduzindo-se as intervenções a pequenas obras de modernização ou actualização de

53. Hotel do Mar, situação actual (a preto e branco o núcleo original)



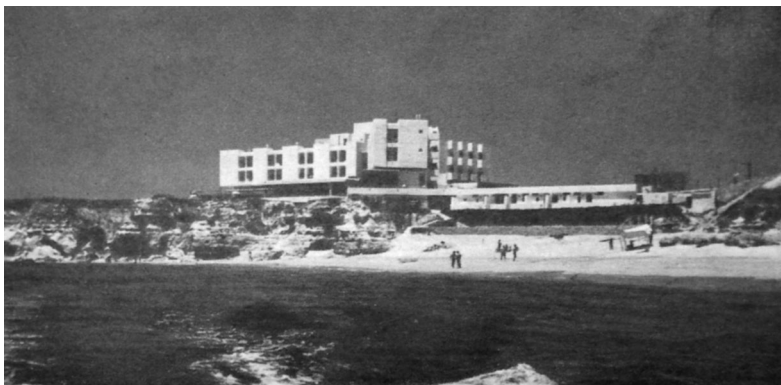




Comparação dos Pisos de Entrada dos vários casos de estudo à mesma escala.

Da esq. para a dir.: Grande Hotel da Figueira, 1953; Hotel Ritz, 1959; Hotel do Mar, 1962; Hotel Algarve, 1967; Hotel da Balaia, 1966

imagem, sustentando a sua sobrevivência em clientela que se mantém fiel e que procura os ícones de um passado não muito distante. O Hotel do Garbe chegou a ter um ambicioso projecto de ampliação que nunca foi aprovado, quedando-se pela anexação de pequenos volumes contíguos ao hotel e pelo aumento em mais um piso da proposta original, mesmo assim cotando-se hoje em dia como um dos edifícios mais contidos da linha de costa.



54. Hotel Garbe, projecto inicial

55. Hotel Garbe, projecto para ampliação (não construído)



O Hotel da Balaia encontra-se a meio da escala no que respeita à manutenção da distribuição original: ainda que beneficiando da amplitude do plano de valorização para se manter fisicamente distante do casario, sofreu algumas ampliações para o dotar de um programa mais completo, maior capacidade de alojamento e melhores condições técnicas, imposta por concorrência feroz na costa meridional portuguesa, que se continua a afirmar como destino preferencial.

No extremo oposto situa-se o Hotel do Mar, na vila de Sesimbra, cuja popularidade conduziu a uma multiplicidade de investimentos imobiliários que tornaram o hotel obsoleto e insuficiente para o tráfego de turistas verificado. Encontra-se totalmente descaracterizado, escondido por sucessivas ampliações que mais do que duplicaram a sua capacidade, atestando o seu desajuste aos parâmetros turísticos e o desrespeito pelo projecto de Conceição Silva, numa ânsia de maior produtividade.

A mudança dos padrões turísticos trouxe à indústria hoteleira o desafio de uma adaptação constante a que os arquitectos modernos portugueses souberam responder. Quer pela vontade de dotar determinada região de um alojamento de qualidade ou simplesmente pela sede de lucros rápidos, o país viu crescer a lista de unidades hoteleiras, essencialmente na faixa litoral, reflexo das preferências internacionais pelo turismo balnear. A metamorfose pela qual passaram estes programas está patente não só na imagem, que foi acompanhando as tendências dos movimentos em voga, mas também no desenvolvimento de conjuntos cada vez mais vastos e complexos, a que se foram somando novas valências, exigências técnicas e a aposta em locais de qualidade excepcional.

Enquanto tipologia assumidamente moderna, o hotel proporcionou aos arquitectos uma oportunidade de aprofundamento de um desenho e materialidade muito próprias, que as mudanças nos padrões da indústria hoteleira não mais permitiram: a standardização e globalização actualmente associadas a uma imagem de marca não deixam espaço de manobra criativo ao arquitecto. A teia de regras e condicionantes no que respeita ao desenho de interiores e a assunção dos equipamentos hoteleiros enquanto resultado final de uma linha de produção imutável, banalizam as propostas existentes. O hotel de autor, em que a arquitectura vale por si própria sem necessidade de recorrer a regionalismos simbólicos ou temáticas exageradas, acaba com o final do modernismo e o início dos exageros do pós-moderno.

Se nem todas as soluções encontradas foram as mais adequadas, o que é certo é que o negócio do turismo não mais parou de crescer, passando por cima de planeamentos, legislações e interesses ambientais, mas sempre com o objectivo de prestar o melhor serviço possível, proporcionando uma estadia completa, diversificada e satisfatória, um mundo à parte onde tudo converge para o lazer. Indissociável da iniciativa privada, o turismo marcou a arquitectura moderna de forma irreversível no território e no património através de um conjunto de obras que atestam a complexidade do equilíbrio entre o respeito pelo ambiente envolvente e a avidéz da rentabilização de investimentos, um jogo em que a mão do arquitecto não é suficiente para garantir uma intervenção racional.

56. Armação de Pêra, situação actual com o Hotel Garbe no centro da imagem



NOTAS

Movimento Moderno

A. Porfírio Pardal Monteiro, citado por Ana Tostões; "Sob o signo do inquérito" in ROSETA, Helena [et al.]; *IAPXX: Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006, p.22

1. Ana Tostões; "Sob o signo do inquérito" in ROSETA, Helena [et al.]; *IAPXX: Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006, p.23

2. João de Sousa Rodolfo; *Luís Cristino da Silva e a Arquitectura Moderna em Portugal*; Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2002, p.67

3. João de Sousa Rodolfo, op. cit., p.66

4. Secessão Vienense, Deutsche Werkbund, De Stijl, a Bahaus, modernismo em França liderado por Le Corbusier

5. Ana Tostões, op.cit., p.22

6. Cottinelli Telmo destaca-se na pasta dos caminhos-de-ferro, Pardal Monteiro nas Gares Marítimas de Lisboa

7. Realiza, entre 1937 e 1941, os projectos dos balcões de Espinho, Guarda, Castelo Branco, Elvas, Leiria, Beja, Loulé e Setúbal "as propostas reflectem o compromisso possível entre uma linguagem de base moderna e os formalismos de gosto impostos pela encomenda oficial". (Gonçalo Canto Moniz; "Arquitectos e Políticos. A Arquitectura Institucional em Portugal nos Anos 30", www.darq.uc.pt/estudos/GCMoniz.html, p.8)

8. Ana Tostões, "Arquitectura Portuguesa do séc. XX" in PEREIRA, Paulo [dir.]; *História da Arte Portuguesa*; 3º vol., Lisboa, Círculo de Leitores e Autores, 1995, p.522

B. Spiro Kostof; *História de La Arquitectura*; Madrid, Alianza, 1988, pp.1254, 1255

9. Atente-se o caso da Cidade Universitária de Coimbra, que levou à destruição de grande parte da Alta da cidade

10. Em relação ao Liceu de Beja, obra de Cristino da Silva: "problemas de manutenção, decorrentes da aplicação de tecnologias ainda mal dominadas (terraços mal isolados, grandes janelas sem qualquer protecção num clima meridional)". (Ana Tostões; "Sob o signo do inquérito" in ROSETA, Helena [et al.]; *IAPXX: Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006, p.24)

11. José Manuel Fernandes, *Português Suave: Arquitecturas do Estado Novo*; Lisboa, IPPAR, 2003, p.23

12. Nota Oficiosa da Presidência do Conselho, ponto 2 in *Revista dos Centenários* nº1, Janeiro de 1939

13. Nota Oficiosa da Presidência do Conselho, ponto 5

14. Charles Jencks, *Movimentos Modernos em Arquitectura*; Lisboa, Ed. 70, 1985, p.33

15. A Praça do Areeiro (1941-1956), da autoria de Cristino da Silva, será dos exemplos mais significativos, adoptando a forma de um escudo, o símbolo mais utilizado na propaganda oficial como representativo da Nação

16. Nuno Portas, "O efémero Modernismo", in ZEVI, Bruno, *História da Arquitectura Moderna*; Lisboa, Arcádia, 1970-1973, Vol. II, p.724

17. João de Sousa Rodolfo, op. cit., p.101

C. TÁVORA, Fernando; *Da Organização do Espaço*; 3ª ed., Porto, FAUP, 1996

18. Nuno Portas, "A Resistência", in idem, op. cit., p.731

19. Critica-se os princípios da cidade-jardim que, segundo Jorge Segurado, eram "um desperdício de enormes áreas de terreno" e apoia-se a Carta de Atenas: construção em altura, separação dos edifícios da estrutura viária, zonamento rígido, separação do trânsito de automóveis e peões, constituição de unidades de vizinhança, condições mínimas de insolação e ventilação e criação de espaços verdes comunitários

20. Cinema Império (1949-1951), de Cassiano Branco

21. Mercado da Feira (1954), de Fernando Távora

22. Escola para o bairro de S.Miguel, Lisboa (1949), de Ruy d'Athouguia

23. Pique-Nique (1952), de Victor Balla e Bento de Almeida; loja Rampa (1955), de Conceição Silva

24. Feira das Indústrias Portuguesas (1952-1957), de Keil do Amaral

25. O Hotel Ritz (1952-1959), de Pardal Monteiro, "um notável projecto hoteleiro como uma acrópole sobre o vale do Parque Eduardo VII". (Ana Tostões, "Arquitectura Portuguesa do séc. XX" in PEREIRA, Paulo [dir.]; *História da Arte Portuguesa*; 3º vol., Lisboa, Círculo de Leitores e Autores, 1995, p.536)

D. Associação dos Arquitectos Portugueses [ed. lit.]; *Arquitectura Popular em Portugal*; 3ª ed., Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988, 1º Vol., p.5

26. Ana Tostões; *Os verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*; 2ª ed., Porto, FAUP Publicações, 1997, p.202

27. Ana Tostões; "Sob o signo do inquérito" in ROSETA, Helena [et al.]; *IAPXX: Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006, p.30

28. Já nos CIAM VIII de Hoddesdon (1951), onde participou Fernando Távora e cujo tema foi "o coração da cidade", surgiram as primeiras vozes discordantes dos princípios racionalistas da Carta de Atenas, condenando o zonamento demasiado rígido que ignorava a complexidade das inter-relações dos aglomerados urbanos

29. Ana Tostões; *Os verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*; 2ª ed., Porto, FAUP Publicações, 1997, p.168

E. PORTAS, Nuno; *A cidade como arquitectura*; 2ª ed. (1ª ed., 1969), Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p.17

30. Abertura da Ponte sobre o Tejo (1966), Aeroporto Internacional de Faro (1965)

31. Paulo Varela Gomes, "Arquitectura, os últimos vinte e cinco anos", in PEREIRA, Paulo [dir.]; *História da Arte Portuguesa*; 3º vol., Lisboa, Círculo de Leitores e Autores, 1995, p.552

Tempos Livres e Turismo

32. H.Fairchild, referenciado por Paula Malta; *Turismo, Espaços de Turismo e Intervenção do Estado em Portugal*; Coimbra, 1996, p.24

33. *Vers une civilisation du loisir?*, de 1962, é a publicação que melhor sintetiza as ideias do autor acerca desta temática

34. PATMORE, J.Allan, *Recreations and resources: Leisure patterns and leisure places*, Oxford, 1983, citado por Paula Malta; *Turismo, Espaços de Turismo e Intervenção do Estado em Portugal*; Coimbra, 1996, p.28

35. Paula Malta; *Turismo, Espaços de Turismo e Intervenção do Estado em Portugal*; Coimbra, 1996, p.30

36. Ana Maria Guedes Lebre; "A Urbanística do Lazer e do Turismo", in *Sociedade e Território*; nº28, Ago.1998, p.24

37. José Luis Casanova; "Turismo e Território", in *Sociedade e*

Território; nº13, Jun.1991, p.36

38. Jorge Paulo Pedrosa Simões; *Do Victória ao Ritz: Dois Momentos do Modernismo na Arquitectura Hoteleira em Portugal*; Coimbra, 2000, p.20

39. Paula Malta, op. cit., p.37

40. O mais importante é a criação da máquina a vapor por James Watt, em 1777. A sua aplicação nos transportes, nomeadamente no comboio, democratizou a mobilidade na Europa do séc.XIX.

41. As primeiras cadeias de hotéis padronizadas surgem em 1830-1840; César Ritz assumiu o cargo de director geral pela primeira vez em 1878 e inaugurou a cadeia de hotéis de luxo com o seu apelido em 1898, com o Hotel Ritz em Paris

42. "Esta Associação é estabelecida para fornecer um meio central de comunicação e cooperação entre as Sociedades de Trabalhadores existentes em diferentes países e tendentes ao mesmo fim, a saber: a protecção, o progresso e a completa emancipação das classes operárias." (Estatuto nº1 dos Estatutos Gerais da Associação Internacional dos Trabalhadores, publicada sob a forma de folheto em Novembro de 1871)

43. Traduzido da Convenção nº47 da OIT, datada de 1935, originalmente em inglês, "it is desirable that workers should as far as practicable be enabled to share in the benefits of the rapid technical progress which is a characteristic of modern industry"

44. Na Alemanha, em 1873, todos os funcionários do reino tinham direito a férias remuneradas; na Áustria, em 1910, na Rússia em 1921, em Itália em 1924 e em França em 1936

45. J. Dumazedier, referenciado por Paula Malta, op. cit., p.52

Turismo em Portugal

46. Carminda Cavaco; *O Turismo em Portugal: Aspectos Evolutivos*

e *Espaciais*; Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, INIC, 1979, p.9

47. Carminda Cavaco, op. cit., p.11

48. *Incentivos à Construção Hoteleira*, documento referenciado por Paula Malta, op. cit., p.120

49. Susana Lobo; "A Colonização da Linha de Costa: da Marginal ao «Resort»", in *Jornal Arquitectos*; nº227, Abr-Jun.2007, p.19

50. Susana Lobo; *Pousadas de Portugal: Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX*; Coimbra, 2001, p.21

51. Discurso do Director do Secretariado da Propaganda Nacional, proferido na sede do SPN, a 27 de Março de 1943

52. Paula Malta, op. cit., p.125

53. Elaborado em 1947 pelo arquitecto-urbanista Faria da Costa

54. O Sindicato Nacional de Informação foi criado em 1945 e substituiu o SPN, criado 12 anos antes, mantendo como objectivos a propaganda política, a informação pública, a comunicação social e uma acção cultural e turística

55. O Decreto nº40.193 de 1956 garantia a "Comparticipação na construção, ampliação ou adaptação de edifícios destinados a estabelecimentos hoteleiros ou similares; Prestação de garantias por empréstimos à Caixa Nacional de Crédito; Subsídios de participação para realizações de interesse turístico; Subsídios e prémios a iniciativas de reconhecido interesse turístico"

56. Opção reforçada mais tarde no III Plano de Fomento, para 1968-1973, onde se consideram "como principais núcleos motores da aceleração do crescimento do produto nacional as indústrias transformadoras e da construção e o turismo, pelas suas elevadas taxas de crescimento e pela influência determinante nas transformações estruturais da nossa economia".

57. Artigo da autoria de Keil do Amaral, "Nuvens negras sobre o futuro do Algarve", integrado na crónica "Não deixemos estragar a nossa terra", in *Diário de Lisboa* de 23 de Fevereiro de 1961, pp.1,11

Grande Hotel da Figueira da Foz

58. António Jorge Lé; *Grande Hotel da Figueira - Viajando no Tempo*; Figueira da Foz, Sociedade Figueira Praia, 1997, p.4

59. O Grande Casino Peninsular , resultante de obras de remodelação do Teatro Circo em 1900, e o Casino Oceano, construído no séc. XIX

60. O antigo Serviço de Propaganda Nacional, criado em 1933, que foi transformado em 1944 no SNI pela mão de António Ferro

61. *O Figueirense*, ano 41º, nº 3223 de Julho de 1959

62. Inácio Peres Fernandes; "Grande Hotel da Figueira: o Projecto e a Obra" in *Grande Hotel da Figueira – Número Único Comemorativo da sua Inauguração*; Figueira da Foz, Cruz & Cardoso, 1953

63. ibidem

64. ibidem

Hotel Ritz

65. João Vieira Caldas; *Porfírio Pardal Monteiro: Arquitecto*; Lisboa, Ass. Arquitectos Portugueses: Secção Regional do Sul, 1997, p.87

66. Porfírio Pardal Monteiro; "Excertos da Memória Descritiva para o Hotel Ritz"; in *Binário* nº13, Out.1959, p.1

67. ibidem

68. ibidem

69. Eduardo Brito Henriques; *Lisboa Turística, Entre o Imaginário e a Cidade: a Construção de um Lugar Turístico Urbano*; 1ª ed., Lisboa, Colibri, 1996, p.119

70. Porfírio Pardal Monteiro, op. cit., p.4

71. Porfírio Pardal Monteiro, op. cit., p.13

72. Porfírio Pardal Monteiro, op. cit., p.2

73. Porfírio Pardal Monteiro, op. cit., p.5

74. Porfírio Pardal Monteiro, op. cit., p.10

75. Porfírio Pardal Monteiro, op. cit., p.6

76. Ofício de Leonardo Castro Freire, datado de 10 de Janeiro de 1955, citado por Jorge Paulo Pedrosa Simões; *Do Victória ao Ritz: Dois Momentos do Modernismo na Arquitectura Hoteleira em Portugal*; Coimbra, 2000, p.115

77. DELAFON, Gille "O VII Congresso Internacional de Arquitectura Moderna" in *Arquitectura* nº31, Junho/Julho de 1949, citado por Jorge Paulo Pedrosa Simões; op. cit., p.137

Hotel do Mar

78. Inês Leite; "Atelier Conceição Silva: Território e Turismo"; in *Jornal Arquitectos*; nº227, Abr-Jun.2007, p.26

79. Francisco Conceição Silva; "Hotel do Mar, Sesimbra"; in *Arquitectura*; 3ª Série, nº80, Dez.1963, p.24

80. Francisco Conceição Silva; "Hotel do Mar"; in *Binário*; nº66, Mar.1964, p.155

81. Francisco Conceição Silva, op. cit., pp.155, 159

82. Francisco Conceição Silva, op. cit., p.155

83. Francisco Conceição Silva, op. cit., p.160

84. ibidem

85. Inês Leite, op. cit., p.27

86. Francisco Conceição Silva; Memória Descritiva de *Projecto duma Piscina a Construir em Sesimbra – Hotel do Mar*, 1963, Arquivo Municipal de Sesimbra, Proc. nº 135/64 de 1964

87. Francisco Conceição Silva; *Construção de um Novo Restaurante*, Memória Descritiva; 1964, Arquivo Municipal de Sesimbra, Proc. nº 13/64 de 1964

O Caso Particular do Algarve

88. Keil do Amaral; “Nuvens Negras Sobre o Futuro do Algarve”; in *Diário de Lisboa*, 23.Fev., 1961, pp.1,11

89. José Manuel Fernandes; Ana Janeiro; *Arquitectura no Algarve: Dos Primórdios à Actualidade, Uma Leitura de Síntese*; Santa Maria da Feira, CCDR do Algarve, 2005, p.109

90. João Constantino; “As Infra-Estruturas do Algarve e o Turismo”; in *Binário*; nº195, Dez.1974-Jan.1975, p.553

Hotel Algarve

91. Raul Tojal; “Hotel Algarve”, in *Binário*; nº107, Ago.1967, pp.65, 66

92. Alberto Cruz; “Hotel Alvor Praia, no Algarve, Praia dos Três Irmãos, Alvor”; in *Arquitectura*; nº100, Nov.-Dez.1967, p.247

93. Raul Tojal; “O Hotel Algarve na Praia da Rocha, Portimão”; in *Arquitectura*; nº97, Mai.-Jun.1967, p.101

94. Raul Tojal; “Hotel Algarve”, in *Binário*; nº107, Ago.1967, p.60

95. Raul Tojal; “O Hotel Algarve na Praia da Rocha, Portimão”; in *Arquitectura*; nº97, Mai.-Jun.1967, p.103

96. ibidem

Hotel da Balaia

97. A este respeito consultar a entrevista dada à revista *Arquitectura* nº120, Mar.-Abr. 1971, transcrita em parte no livro ARTES, Sociedade Nacional de Belas; *Francisco Conceição Silva, Arquitecto 1922-1982*; Lisboa, Casa Portuguesa, 1987.

98. Francisco Conceição Silva; *Memória Descritiva do Projecto do Hotel da Balaia*; 1966, Arquivo Municipal de Albufeira, Proc. nº 5T/96 de 1996

99. ARTES, Sociedade Nacional de Belas; *Francisco Conceição Silva, Arquitecto 1922-1982*; Lisboa, Casa Portuguesa, 1987, p.24

100. Carlos S. Duarte; “Hotel da Balaia”; in *Arquitectura*; 4ª série, nº108, Mar.-Abr.1969, p.69

101. Francisco Conceição Silva; Maurício de Vasconcelos; Tomás Taveira; “Hotel da Balaia, Praia Maria Luísa, Algarve”; in *Arquitectura*; 4ª série, nº108, Mar.-Abr.1969, p.54

102. ibidem

103. Carlos S. Duarte; op. cit., p.69

104. Francisco Conceição Silva; Maurício de Vasconcelos; Tomás Taveira; op. cit., p.55

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

1.
TZONIS, Alexander; Le Corbusier: *The Poetics of Machine and Metaphor*; Londres, Thames & Hudson, 2001
- 2, 50, 51, 52
ARTES, Sociedade Nacional de Belas; *Francisco Conceição Silva, Arquitecto 1922-1982*; Lisboa, Casa Portuguesa, 1987
- 3, 31, 32, 33, 35.
Arquivo de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian
4.
Fototeca do Palácio Foz /PCM
- 5, 6, 7.
Arquivo Fotográfico da C.M. Lisboa
8.
s/a, disponível em <http://picasaweb.google.com/antonio.ramos23/MATOSINHOEmFotografia#5109691100466970946>
9.
s/a, disponível em <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=476594>
10.
Ana Tostões
11.
s/a, disponível em <http://www.telegraph.co.uk/finance/personalfinance/2817169/It-may-not-be-a-Depression%2C-but-save-now-just-in-case....html>
12.
s/a, disponível em http://baixaki.ig.com.br/imagens/wpapers/BXK201768_santuاريو-de-fatima-portugal800.jpg
13.
s/a, disponível em http://www.aphort.com/nm_quemsomos.php?id=111
14.
s/a, disponível em <http://picasaweb.google.com/ruudvisser/Paris2006#5120896785958196450>
15.
s/a, disponível em http://www.airplane-blog.com/uploaded_images/Airport_03-714006.jpg
16.
Arquitectura nº13, Março 1947
17.
LOBO, Susana; *Pousadas de Portugal, Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX*; Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006
18.
Binário nº75, Dezembro 1964
19.
Binário nº 3, 1958
20.
s/a, disponível em http://armacaodepera.com/gallery/details.php?image_id=194
21.
OSMARE, LDA; Alçado Principal de *Hotel Figueira da Foz*; 1948,

Arquivo Municipal da Figueira da Foz, Proc. nº 683/49 de 1949

22, 23, 24.

LÉ, António Jorge; *Grande Hotel da Figueira - Viajando no Tempo*; Figueira da Foz, Sociedade Figueira Praia, 1997

25, 53.

Foto do Autor

26.

s/a, disponível em www.antoniocruz.net/fotografar/antigas/mono/

27.

México, Portugal Hoje, 1956

28, 30.

CALDAS, João Vieira; *Porfírio Pardal Monteiro: Arquitecto*; Lisboa, Ass. Arquitectos Portugueses: Secção Regional do Sul, 1997

34.

Binário nº13, Out.1959

36, 37.

SILVA, Francisco Conceição; "Hotel do Mar, Sesimbra"; in *Arquitectura*; 3ª Série, nº80, Dez.1963

38, 39.

TOSTÕES, Ana [et al.]; *Arquitectura Moderna Portuguesa: 1920-1970*; Lisboa, IPPAR, 2004

40.

s/a, disponível em www.simok.co.uk

41.

s/a, disponível em <http://www.prof2000.pt/users/avcultur/postais>

42, 45.

Arquitectura nº97, Mai.-Jun.1967

43, 44, 46.

Binário; nº75, Dez.1964

47.

s/a, disponível em <http://www.alojarfotos.com/images/nelito/vistaantiga2.jpg>

48.

Google Earth, © 2008 IGP/DGRF

49.

Conceição Silva; Planta do *Ante Plano de Urbanização da Zona da Praia Maria Luísa*; 1964, Arquivo Municipal de Albufeira, Proc. nº 5T/96 de 1996

54.

CHAVES, Jorge Ferreira; SANTANA, Frederico; "Hotel do Garbe"; in *Arquitectura*; nº83, Set.1964

55.

Fotografia constante no processo de ampliação do Hotel do Garbe, cedida pela Administração do mesmo

56.

JORGE, Filipe; *Algarve Visto do Céu*; 1ªed., Lisboa, Argumentum, 2005

BIBLIOGRAFIA

ACCIAIUOLI, Margarida; *Exposição do Estado Novo, 1934-1940*; Lisboa, Livros Horizonte, 1998.

ARTES, Sociedade Nacional de Belas; *Francisco Conceição Silva, Arquitecto 1922-1982*; Lisboa, Casa Portuguesa, 1987.

BANDEIRINHA, José António Oliveira; *Quinas Vivas: Memória Descritiva de Alguns Episódios Significativos do Conflito Entre Fazer Moderno e Fazer Nacional na Arquitectura Portuguesa*; 2ª ed., Porto, FAUP, 1996, Orig. Apresentado no âmbito da Prova de Aptidão e Capacidade Científica, Coimbra.

CALDAS, João Vieira; *Porfírio Pardal Monteiro: Arquitecto*; Lisboa, Ass. Arquitectos Portugueses: Secção Regional do Sul, 1997.

CAVACO, Carminda; *O Turismo em Portugal: Aspectos Evolutivos e Espaciais*; Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, INIC, 1979.

CAVACO, Carminda; *Turismo e Demografia no Algarve*; Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, INIC, 1979.

COOKE, Catherine; SHARP, Dennis [ed. lit.]; *The Modern Movement in Architecture: Selections From the DOCOMOMO Registers*; Roterdão, 010 Publishers, 2000.

FERNANDES, José Manuel; *Arquitectura Modernista em Portugal: 1890-1940*; Lisboa, Gradiva, 1993.

FERNANDES, José Manuel; *Português Suave: Arquitecturas do Estado Novo*; Lisboa, IPPAR, 2003.

FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Ana; *Arquitectura no Algarve: Dos Primórdios à Actualidade, Uma Leitura de Síntese*; Santa Maria da Feira, CCDR do Algarve, 2005.

GOMES, Paulino; *Figueira da Foz – Conhecimento, Memória e Inovação*; Paços de Ferreira, Héstia Editores, 2002.

GONÇALVES, José Fernando de Castro; *Ser ou Não Ser Moderno: Considerações Sobre a Arquitectura Modernista Portuguesa*; Coimbra, EDARQ-Edições do Departamento de Arquitectura, 2002, Orig. Trabalho de Síntese apresentado no âmbito das Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica ao Departamento de Arquitectura da Fac. de Ciências e Tecnologia da Univ. de Coimbra, 1996.

GULBENKIAN, Fundação Calouste [org.]; *Carlos Ramos: Exposição Retrospectiva da Sua Obra*; Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

HENRIQUES, Eduardo Brito; *Lisboa Turística, Entre o Imaginário e a Cidade: a Construção de um Lugar Turístico Urbano*; 1ª ed., Lisboa, Colibri, 1996.

HENRIQUES, Isabel; *Figueira da Foz – Rotas do Concelho*; Santa Maria da Feira, Rainho e Neves, 2005.

JACOBS, Jane; *The Death and Life of Great American Cities*; Londres, Penguin Books in Association with Jonathan Cape, 1994.

JENCKS, Charles; *Movimentos Modernos em Arquitectura*; Lisboa, Ed. 70, 1985.

JENKINS, David; *Unité d'Habitation, Marseilles: Le Corbusier*,

Londres, Phaidon, 1993.

JORGE, Filipe; *Algarve Visto do Céu*; 1ªed., Lisboa, Argumentum, 2005.

KOSTOF, Spiro; *História de La Arquitectura*; Madrid, Alianza, 1988.

LÉ, António Jorge; *Grande Hotel da Figueira - Viajando no Tempo*; Figueira da Foz, Sociedade Figueira Praia, 1997.

LISBOA, Câmara Municipal [ed. lit.]; *Cassiano Branco: Uma Obra Para o Futuro*; Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1991.

LISBOA 94 [org.]; *Anos 60: Anos de Ruptura: Arquitectura Portuguesa nos Anos Sessenta*; Lisboa, Livros Horizonte, 1994.

LOBO, Susana; *Pousadas de Portugal, Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX*; Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

LOUREIRO, J. Carlos; LOUREIRO, J. Manuel; RAMOS, L. Pádua; *40 Anos de Arquitectura: 1950-1990*, Porto, Árvore, 1992.

LOUSA, António Portovedo; *Edifícios-Torre: 1961-1973*; Porto, Ordem dos Arquitectos Secção Regional do Norte: Livraria Civilização Editora, 2001.

PEREIRA, Paulo [dir.]; *História da Arte Portuguesa*; 3º vol., Lisboa, Círculo de Leitores e Autores, 1995.

PESSÔA, José Simões de Belmont [et al.]; *Moderno Nacional*; Rio de Janeiro, EDUFF, 2006.

PORTAS, Nuno; *A Cidade Como Arquitectura: Apontamentos de Método e Crítica*; 2ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 2007.

PORTUGUESES, Associação dos Arquitectos [ed. lit.]; *Arquitectura Popular em Portugal*; 3ª ed., Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988

RODOLFO, João de Sousa; *Luís Cristino da Silva e a Arquitectura Moderna em Portugal*; Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2002.

ROSETA, Helena [et al.]; *IAPXX: Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal*; Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006.

SERRALVES, Fundação de [org.]; *Arquitectura Portuguesa Contemporânea: Anos Sessenta – Anos Oitenta*; Porto, Fundação de Serralves, 1991.

TOSTÕES, Ana; *Os verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*; 2ª ed., Porto, FAUP Publicações, 1997.

TOSTÕES, Ana [et al.]; *Arquitectura Moderna Portuguesa: 1920-1970*; Lisboa, IPPAR, 2004.

TZONIS, Alexander; *Le Corbusier: The Poetics of Machine and Metaphor*; Londres, Thames & Hudson, 2001.

ZEVI, Bruno; *História da Arquitectura Moderna*; Lisboa, Arcádia, 1970-1973.

PROVAS ACADÉMICAS

ILDEFONSO, António Manuel Alves; *Memória Vertical: Edifícios-Torre no Território Português*; Coimbra, 2005, Prova Final de Licenciatura Apresentada ao Departamento de Arquitectura da F.C.T da Univ. de Coimbra, 2005.

LOBO, Susana; *Pousadas de Portugal: Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX*; Coimbra, 2001, Prova Final de Licenciatura Apresentada ao Departamento de Arquitectura da F.C.T da Univ. de Coimbra, 2001.

MALTA, Paula; *Turismo, Espaços de Turismo e Intervenção do Estado em Portugal*; Coimbra, 1996, Dissertação de Mestrado em Geografia (Geografia Humana) apresentada à Faculdade de Letras da Univ. de Coimbra, 1996.

PRATAS, Ana Raquel Pimentel Machado; *Marcas de Água: Vila Nova, Salamonde, Caniçada, Alto Rabagão*; Coimbra, 2006, Prova Final de Licenciatura Apresentada ao Departamento de Arquitectura da F.C.T da Univ. de Coimbra, 2006.

SIMÕES, Jorge Paulo Pedrosa; *Do Victória ao Ritz: Dois Momentos do Modernismo na Arquitectura Hoteleira em Portugal*; Coimbra, 2000, Prova Final de Licenciatura Apresentada ao Departamento de Arquitectura da F.C.T da Univ. de Coimbra, 2000.

ARTIGOS

AMARAL, Francisco Keil do; "Nuvens Negras Sobre o Futuro do Algarve"; in *Diário de Lisboa*, 23.Fev., 1961, pp.1,11.

ANAHORY, Eduardo; CID, Pedro; "Hotel de Porto Santo"; in *Binário*; nº88, Jan.1966, pp. 28-31.

BOTELHO, José Rafael; "A Península de Setúbal é uma Zona Privilegiada que Importa Defender"; in *Diário de Lisboa*, 25.Fev., 1961., pp.1-2.

CAPELA, José; "Regionalismo: Crítico?"; in *Jornal Arquitectos*; nº207, Set-Out.2002, pp. 85-91.

CASANOVA, José Luís; "Turismo e Território"; in *Sociedade e Território*; nº13, Jun.1991, pp. 33-37.

CHAVES, Jorge Ferreira; SANTANA, Frederico; "Hotel do Garbe"; in *Arquitectura*; nº83, Set.1964, pp. 100-110.

CONSTANTINO, João; "As Infra-Estruturas do Algarve e o Turismo"; in *Binário*; nº195, Dez.1974-Jan.1975, pp. 553-554.

CRUZ, Alberto; "Hotel Alvor Praia, no Algarve, Praia dos Três Irmãos, Alvor"; in *Arquitectura*; nº100, Nov.-Dez.1967, pp. 246-254.

DUARTE, Carlos S.; "Hotel da Balaia"; in *Arquitectura*; 4ª série, nº108, Mar.-Abr.1969, pp. 69,96.

FERNANDES, Inácio Peres; "Grande Hotel da Figueira: o Projecto e a Obra" in *Grande Hotel da Figueira – Número Único Comemorativo da sua Inauguração*; Figueira da Foz, Cruz & Cardoso, 1953.

FREITAS, António Pinto de; "Nem Sempre é com Edificações que se Valorizam os Sítios"; in *Diário de Lisboa*, 22.Fev., 1961., pp.1,20

"GRANDE Hotel da Figueira – Renovação Não Esquece Preservação" in *CENTUR, Revista de Turismo*; nº5, Jul-Set.1991.

LEBRE, Ana Maria Guedes; "A Urbanística do Lazer e do Turismo"; in *Sociedade e Território*; nº28, Ago.1998, pp. 23-30.

LEITE, Inês; "Atelier Conceição Silva: Território e Turismo"; in *Jornal Arquitectos*; nº227, Abr-Jun.2007, pp. 26-31.

LOBO, Susana; "A Colonização da Linha de Costa: da Marginal ao «Resort»"; in *Jornal Arquitectos*; nº227, Abr-Jun.2007, pp. 18-25.

MONTEIRO, Porfírio Pardal; "Excertos da Memória Descritiva para o Hotel Ritz"; in *Binário*; nº13, Out.1959, pp.1-14

NIEMEYER, Óscar; "Dois Projectos de Oscar Niemeyer para Portugal"; in *Binário*; nº208, Mai.1976, pp. 148-152.

"O Casino Peninsular e O Grande Hotel da Figueira – Dois Elementos Fundamentais do Turismo da Figueira da Foz"; in *Terras de Portugal*; nº31, Ago.1954.

"OS Mil Encantos da Praia da Figueira da Foz"; in *Terras de Portugal*, nº44, Set.1955.

RAMOS, Carlos Manuel; MENDES, Fernando; "O Hotel dos Templários em Tomar"; in *Arquitectura*; nº99, Set.-Out.1967, pp. 198-201.

RIBEIRO, Maria Dolores Pinto; "Turismo e Tempos Livres"; in

Binário; nº186, Mar.1974, pp. 87-89.

SILVA, Francisco Conceição; "Hotel do Mar"; in *Binário*; nº66, Mar.1964, pp. 155-162.

SILVA, Francisco Conceição; "Hotel do Mar, Sesimbra"; in *Arquitectura*; 3ª Série, nº80, Dez.1963, pp. 22-27.

SILVA, Francisco Conceição; VASCONCELOS, Maurício de; TAVEIRA, Tomás; "Hotel da Balaia, Praia Maria Luísa, Algarve"; in *Arquitectura*; 4ª série, nº108, Mar.-Abr.1969, pp. 52-65.

SILVA, João Albino; "O Planeamento Turístico do Algarve: Um Breve Balanço"; in *Sociedade e Território*; nº28, Ago.1998, pp. 50-54.

SILVA, João Albino; Silva, José Vieira; "Algarve. Crescimento Turístico e Estruturação de um Espaço Regional"; in *Sociedade e Território*; nº13, Jun.1991, pp. 22-32.

SILVA, João Miguel Figueiredo; "Conceição Silva: Obras Completas"; in *Arquitectura e Construção*, nº13, Abr.2001, pp. 102-107.

SILVA, J. P. Vicente da; "A Estrutura do Hotel Ritz"; in *Binário*; nº13, Out.1959, pp. 15-22.

TOJAL, Raul; "Hotel Algarve", in *Binário*; nº107, Ago.1967, pp. 58-66.

TOJAL, Raul; "O Hotel Algarve na Praia da Rocha, Portimão"; in *Arquitectura*; nº97, Mai.-Jun.1967, pp. 100-105.

TOJAL, Raul; "Projecto do Hotel Estoril-Sol no Morro da Castelhana, em Cascais"; in *Binário*; nº75, Dez.1964, pp. 332-339.

RECURSOS ONLINE

ALBERTO, José; ALEXANDRE, Afonso; "O Turismo em Portugal: Evolução e Distribuição"; <http://br.monografias.com/trabalhos2/turismo-portugal/turismo-portugal.shtml>, Jan.2008.

BARROCO, Cristina; "Princípios Gerais de Turismo"; www.estv.ipv.pt/paginaspeessoais/cbarroco/principios_gerais_de_turismo.htm, Abr.2008.

FONTES, Carlos; "Trabalho e Tempos Livres"; <http://educar.no.sapo.pt/trabtemplivres.htm>, Abr.2008.

LOBO, J. Huertas; Dias, Francisco Silva; "Associações de Arquitectos em Portugal"; www.oasrs.org, Fev.2008.

MONIZ, Gonçalo Canto; "Arquitectos e Políticos. A Arquitectura Institucional em Portugal nos Anos 30", www.darq.uc.pt/estudos/GCMoniz.html, Jan.2008.

"O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO EM PORTUGAL"; <http://panda.igeo.pt/beot/html/>, Abr.2008.

"O PLANO REGIONAL DO ALGARVE, 1963-1974"; www.ciitt.ualg.pt, Jan.2008.

ORTIZ-ECHAGÜE, C.; "Racionalismo", www.canalsocial.net, Out.2007.

"OTIUM E NEGOTIUM"; www.exames.org/apontamentos/latim/, Abr.2008.

VEAL, A.J.; "Definitions of Leisure and Recreation"; www.business.uts.edu.au/ulstdownloadsWP04_Veal.pdf, Abr.2008.

ARQUIVOS

SILVA, Conceição; *Planta do Ante Plano de Urbanização da Zona da Praia Maria Luísa*; 1964, Arquivo Municipal de Albufeira, Proc. nº 5T/96 de 1996

SILVA, Conceição; *Memória Descritiva do Antepiano de Valorização da Zona Vizinha à Praia da Maria Luísa*; 1964, Arquivo Municipal de Albufeira, Proc. nº 5T/96 de 1996

SILVA, Conceição; *Memória Descritiva do Projecto do Hotel da Balaia*; 1966, Arquivo Municipal de Albufeira, Proc. nº 5T/96 de 1996

HOTEL DA BALAIA, *Plantas Gerais*, 1995, Arquivo Municipal de Albufeira, Proc. nº 5T/96 de 1996, Desenhos nº 3.3, 3.4, 4.1-4.5

SILVA, Francisco Conceição; *Memória Descritiva de Projecto duma Piscina a Construir em Sesimbra – Hotel do Mar*; 1963, Arquivo Municipal de Sesimbra, Proc. nº 135/64 de 1964

SILVA, Francisco Conceição; *Memória Descritiva de Projecto de Ampliação do Hotel do Mar - Sesimbra*; 1964, Arquivo Municipal de Sesimbra, Proc. nº 226/64 de 1964

SILVA, Francisco Conceição; *Construção de um Novo Restaurante*, *Memória Descritiva*; 1964, Arquivo Municipal de Sesimbra, Proc. nº 13/64 de 1964

SILVA, Francisco Conceição; *Plantas Gerais do Hotel do Mar*; 1962, Arquivo Municipal de Sesimbra, Proc. nº 46/62 de 1962

OSMARE, LDA; *Memória Descritiva de Ante Projecto para um*

Hotel; 1948, Arquivo Municipal da Figueira da Foz, Proc. nº 683/49 de 1949, fls. 5-7

OSMARE, LDA; Alçado Principal de *Hotel Figueira da Foz*; 1948, Arquivo Municipal da Figueira da Foz, Proc. nº 683/49 de 1949, fl. 12

OSMARE, LDA; Plantas Gerais de *Hotel Figueira da Foz*; 1948, Arquivo Municipal da Figueira da Foz, Proc. nº 683/49 de 1949, fls. 27-29

GRANDE HOTEL FIGUEIRA DA FOZ; Plantas Gerais, 1995, Arquivo Municipal da Figueira da Foz, Proc. nº 3180/92 de 1992, fls. 914-199

HOTEL ALGARVE; Plantas Gerais, 1983, Arquivo Municipal de Portimão, Proc. nº1991/80 com a licença de construção nº72/80